

PERSPECTIVAS
Revista de Ciências Sociais



UNESP – Universidade Estadual Paulista

Reitor

Sandro Roberto Valentini

Vice-Reitor

Sergio Roberto Nobre

Pró-Reitor de Pesquisa

Carlos Frederico de Oliveira Graeff

Pró-Reitor de Pós-Graduação

João Lima Sant'Anna Neto

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

PERSPECTIVAS
Revista de Ciências Sociais

ISSN 0101-3459
PRSVDY

Perspectivas	São Paulo	v. 52	p. 1-160	jul./dez. 2018
--------------	-----------	-------	----------	----------------

A correspondência e os artigos para publicação deverão ser encaminhados a:
Correspondence and articles for publication should be addressed to:

PERSPECTIVAS: Revista de Ciências Sociais
Bibliotecária responsável: Sandra Pedro da Silva
Faculdade de Ciências e Letras
Caixa Postal 174
Rodovia Araraquara-Jaú, km 1
14800-901 – SP – Brasil

Comissão Editorial

Dagoberto José Fonseca, Francisco Luiz Corsi, Luis Fernando Ayerbe, Marco Aurélio Nogueira, Marcos Cordeiro Pires, Marcos Tadeu Del Roio.

Conselho Consultivo

Álvaro de Vita, Anita Simis, Bárbara Freitag Rouanet, Brasília Sallum Jr., Charles Pessanha, Edgard de Assis Carvalho, Elide Rugai Bastos, Fernanda Peixoto, Gabriel Cohn, Giovani Alves, Gláucia Vilas Boas, Helena Carvalho de Lorenzo, Ilse Scherer, Lúcia Helena Vitalli Rangel, José Antonio Segatto, Lucília Neves, Luiz Eduardo Soares, Luiz Werneck Vianna, Marcelo S. P. Ridenti, Marcia Teixeira de Souza, Marcos Nobre, Maria Aparecida de Moraes Silva, Maria Arminda do Nascimento Arruda, Maria Helena Oliva, Maria José de Rezende, Maria Orlanda Pinassi, Maria Teresa Miceli Kerbauy, Raimundo Santos, Renato de Andrade Lessa, Rubem Barbosa Filho, Vera Lúcia Botta Ferrante, Tullo Vigevani, Walquíria Domingues Leão Rêgo.

Diretor da Revista

Milton Lahuerta

Organização

Francisco Luiz Corsi, José Maringoni Camargo e Agnaldo Dos Santos

Assessoria Técnica

Diagramação: Eron Pedroso Januskeivictz
Normalização: Laura Gabrieli Pereira da Silva
Publicação Semestral/Biannual publication
Revisão técnica: Milton Lahuerta
Solicita-se permuta/Exchange desired

Perspectivas: revista de Ciências Sociais / Universidade Estadual
Paulista. – Vol.1 (1976)– . – São Paulo: UNESP, 1976-

Semestral
Interrompida, 1978, 1979, 2004 e 2014.
ISSN 0101-3459

Os artigos publicados em PERSPECTIVAS são indexados por:

The articles published in PERSPECTIVAS are indexed by:

Abstracts in Anthropology; Bibliographie Latino-américaine D'Articles; Bulletin Signalétique; Clase-Cich-Unam; Sociological Abstracts; IBZ-International Bibliography of Periodical Literature, IBZ-CD-ROM; GeoDados: Indexador de Geografia e Ciências Sociais; International Political Science Abstracts.

SUMÁRIO/CONTENTS

DOSSIÊ: A CRISE BRASILEIRA E SUAS CIRCUNSTÂNCIAS

- Apresentação 9
- Brasil, 2018: como chegamos até aqui e o que esperar da política e da economia de agora em diante?
Brazil, 2018: how did we arrive here and what to expect from politics and economy from now on?
Agnaldo dos Santos 11
- Da recessão à frágil recuperação: uma análise da política econômica (2015-2018)
From recession to fragile recovery: an analysis of economic policy (2015-2018)
Francisco Luiz Corsi..... 29
- Guerra híbrida no Brasil: o caso Lula
Hybrid war in Brazil: the Lula case
Marina Gusmão de Mendonça 47
- Do golpe de 2016 ao bonapartismo
From 2016 coup to bonapartism
Everaldo de Oliveira Andrade..... 69
- Uma breve análise das propostas de Jair Bolsonaro para a política externa brasileira
A brief analysis of Jair Bolsonaro's proposals for Brazilian foreign policy
Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos e Diana Patricia Ferreira de Santana..... 89

- O desmonte da agenda ambiental no governo Bolsonaro
The disassembly of the environmental agenda in the Bolsonaro's
government
André Scantimburgo 103

- Padrões recentes de crescimento e desenvolvimento da China
(2008-2017)
China's recent growth and development standards (2008-2017)
Luís Antonio Paulino..... 119

- A ilusão da democracia no capitalismo histórico
The illusion of democracy in historical capitalism
Rosângela de Lima Vieira..... 137

- ÍNDICE DE ASSUNTOS 151

- *SUBJECT INDEX*..... 153

- ÍNDICE DE AUTORES / *AUTHORS INDEX* 155

**DOSSIÊ: A CRISE BRASILEIRA
E SUAS CIRCUNSTÂNCIAS**

APRESENTAÇÃO

O presente dossiê é composto de textos originariamente apresentados no XVIII Fórum de Análise de Conjuntura, no qual se analisou a crise brasileira e suas circunstâncias. O Fórum de Análise de Conjuntura é um dos eventos mais tradicionais da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC – Campus de Marília) da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Realizado em novembro de 2018, o Fórum deste ano foi organizado pelo Grupo de Pesquisa Estudos da Globalização e pelo Instituto de Estudos de Economia Internacional (IEEI) da UNESP, com a perspectiva de pensar, a partir de uma perspectiva crítica, a crise política e econômica vivida pelo Brasil desde o desencadeamento do processo que levou ao *impeachment* de Dilma Rousseff, considerado por muitos como um golpe institucional, tendo como referência o contexto de persistência da crise estrutural do capitalismo global e o mundo multipolar que parece se consolidar como resultado dessa crise. Ou seja, o evento buscou discutir as transformações econômicas, sociais, políticas e culturais em curso na contemporaneidade capitalista no Brasil, articulando-as às transformações da sociedade global, a partir de um olhar dialógico e interdisciplinar.

Os temas centrais do evento foram: a crise política, a crise econômica, a ameaça aos direitos sociais, a inflação, o desemprego, a preservação do meio ambiente, a desigualdade social, a manutenção dos serviços públicos universais, as estratégias de desenvolvimento, as eleições, a crise da democracia e a inserção do Brasil na economia mundial. Essas discussões ocorreram logo após as últimas eleições, quando Jair Bolsonaro já havia sido eleito presidente da República.

Portanto, os artigos aqui apresentados tratam fundamentalmente do período que antecedeu o pleito de 2018 e projetam algumas hipóteses a partir das medidas anunciadas pelo governo eleito.

O dossiê é composto por oito artigos. O primeiro, de Agnaldo dos Santos, busca apresentar, em formato ensaístico, algumas considerações sobre a vitória de uma plataforma de direita radical nas eleições de 2018, relacionando-a com características estruturais da sociedade brasileira, mais precisamente com a desigualdade e com a violência, para mostrar como as forças políticas conservadoras procuraram se adequar às novas formas de luta política efetivadas no país.

No texto seguinte, Francisco Luiz Corsi discute a política econômica levada a cabo no período entre 2015 e 2018, dando ênfase

especial às causas da forte recessão de 2015 e 2016 e à frágil recuperação observada em 2017 e 2018, atribuindo à adoção de um receituário político neoliberal grande responsabilidade pela crise e pela fraca retomada da atividade econômica.

Marina Gusmão de Mendonça discute a conjuntura brasileira a partir do conceito de guerra híbrida, apontando para a vigência no processo político do país de um de seus principais mecanismos, o chamado *lawfare*, que consiste na utilização de variados instrumentos legais para perseguir e destruir inimigos políticos.

Na sequência, Everaldo de Oliveira Andrade faz uma análise do processo que levou ao *impeachment* de 2016 e de seus desdobramentos até as eleições de 2018, projetando um cenário bastante preocupante, que poderá ser marcado tanto por uma solução de tipo bonapartista quanto pela adoção de um caminho explicitamente fascista.

Os dois textos seguintes tratam das relações exteriores e do meio ambiente, e num certo sentido se complementam. O texto de Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos e de Diana Patrícia Ferreira de Santana apresenta uma breve análise crítica das propostas de política externa de Jair Bolsonaro, tendo como pano de fundo as políticas de Lula da Silva e de Dilma Rousseff nesta área. André Scantimburgo trata das perspectivas para a política ambiental do governo Bolsonaro a partir de uma avaliação tanto de suas propostas de campanha quanto das primeiras medidas anunciadas quando já eleito, no sentido de apontar que está em curso um projeto de desmonte das instituições que regulam e fiscalizam a questão ambiental no país.

O texto seguinte, de Luís Antonio Paulino, trata de um ator fundamental no atual cenário internacional, a China, buscando apresentar as mudanças operadas em sua economia desde a ascensão de Deng Xiaoping ao comando do PC chinês, entre 1978 e 1992. A contribuição de Paulino é importante para se compreender não só as razões que levaram a China a adquirir a relevância que tem hoje na economia mundial, mas também para se pensar o quanto o Brasil está atrelado cada vez mais a ela.

Por fim, o texto de Rosângela Lima Vieira discute, a partir da abordagem da economia política e da obra de I. Wallerstein, como a democracia prossegue, em larga medida, marcada pela incompletude e pela crise, seja no centro do sistema-mundo capitalista seja na periferia, mostrando suas intersecções com o Brasil.

Boa leitura!

*Francisco Luiz Corsi
José Maringoni Camargo
Agnaldo Dos Santos*

BRASIL, 2018: COMO CHEGAMOS ATÉ AQUI E O QUE ESPERAR DA POLÍTICA E DA ECONOMIA DE AGORA EM DIANTE?

Agnaldo dos SANTOS¹

■ **RESUMO:** Buscamos apresentar, em formato ensaístico, algumas considerações sobre como as características históricas da desigualdade e da violência no Brasil se adequaram às novas formas de luta política executadas pelas forças políticas conservadoras, explicando a vitória de uma plataforma de direita radical nas eleições de 2018. A partir desta apresentação, buscamos identificar os novos desafios para os movimentos populares e as possibilidades que se abrem para o resgate e o fortalecimento da democracia brasileira.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Desigualdade. Eleições. Neoliberalismo.

Apresentação

Boa parte dos analistas políticos, desde 2016, aponta para o fato de que o período recente, com a culminância da eleição de Jair Bolsonaro à presidência da República, representa uma ruptura com uma fase da história brasileira. É possível sugerir, pelo menos, cinco ciclos da história republicana brasileira anteriores à fase atual: 1) o fim do Império, com a Primeira (ou Velha) República (1889-1930); 2) o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945); 3) os governos de “democracia racionalizada” (1946-1964); 4) a ditadura militar (1964-1985); 5) o período do “*welfare state* inconcluso” (1990-2016).

O afastamento de Dilma Rousseff, em um controverso processo de *impeachment* que empossou o seu vice Michel Temer,

¹ UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília. Departamento de Ciências Políticas e Econômicas. Marília – SP – Brasil. 17.525-900. agnaldo@marilia.unesp.br.

com uma plataforma política fortemente neoliberal, teria iniciado este novo ciclo. Alguns traços já são facilmente identificados, mas não podemos prever o desfecho dos embates que virão adiante.

O que é possível identificar, de antemão: a pressão para reduzir o papel do Estado em pontos sensíveis da economia, desestruturando programas sociais importantes e relegando ao mercado o aporte de serviços essenciais à população, o que deixará boa parte dela excluída de tais serviços. Também é visível o uso explicitamente político-partidário do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Polícia Federal, que tem como maior exemplo a condenação e prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, também em um processo judicial cheio de vícios e irregularidades, reconhecidos por juristas brasileiros e internacionais, além de órgãos da ONU. Como consequência desse fenômeno, a criminalização da oposição à agenda neoliberal, que deverá atingir pessoas e movimentos sociais, como parlamentares de esquerda e grupos como o Movimento Sem-Terra (MST), o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e sindicatos. Essa nova fase histórica promete ser um grande desafio para a população pobre e para as forças de contestação do *status quo*.

As breves reflexões que apresentamos neste texto foram divididas em três partes: a histórica estrutura de desigualdade (e violência) no Brasil, ainda não superada; as características da luta política em um novo quadro, onde a direita avança com uma agenda cultural regressiva e oculta os reais interesses econômicos envolvidos; os desafios para o campo progressista diante dessas novas formas de disputa política. Longe de apontar respostas às questões levantadas, buscamos com essas reflexões prospectar as possibilidades que se abrem, frente aos enormes desafios que já existem e que tendem a se avolumar.

Uma nação forjada na violência

Nenhuma discussão sobre as profundas desigualdades sociais no país, que nos colocam entre as mais perversas em relação à distribuição de renda e à violência, pode ser feita sem levar em conta a mácula da escravidão em nossa história. Antes de a América Portuguesa se constituir em uma nação independente, já havia por aqui a instituição do trabalho em cativeiro, inicialmente com os índios e depois com as diversas populações africanas. Enquanto temos pouco menos de 200 anos

de independência política, a escravidão durou nestas terras por 380 anos, ou seja, quase o dobro. Como as mudanças políticas e sociais no Brasil ocorreram sempre “de cima para baixo”, na melhor definição “lampedusiana”, muitas características dessa sociedade permaneceram inalteradas. Especialmente o desprezo e maus tratos físicos contra negros e pobres, que possuem seus melhores exemplos na violência das grandes cidades e nos índices de letalidade da ação policial. Mas também nos indicadores socioeconômicos da população não-branca do país, que compõe a maioria do povo brasileiro.

O tema não é novo e já foi abordado por muitas das melhores cabeças do pensamento social brasileiro, desde os abolicionistas oitocentistas como José do Patrocínio, Luís Gama e Joaquim Nabuco, passando por Gilberto Freyre, Florestan Fernandes, Jacob Gorender e Darcy Ribeiro, entre outros. O tema foi revisitado recentemente pelo sociólogo Jessé de Souza, em seus livros *A tolice da inteligência brasileira* (2015), *A elite do atraso* (2017) e *A classe média no espelho* (2018). Em sua tentativa de explicar as vicissitudes da política brasileira, em particular no último período caracterizado pela trama do *impeachment* contra Dilma e a prisão de Lula, Souza mostra que a escravidão, por ter sido abolida por pressão econômica britânica e não por uma superação derivada das lutas sociais, cristalizou os preconceitos racial e classista, impossibilitando a emergência de uma cidadania efetiva. Existe uma violência física e simbólica contra as classes populares, que são tratadas pelas instituições políticas da mesma forma que os antigos escravos. O que explica essa situação, apesar da igualdade formal de todo cidadão perante a lei, é a aliança histórica entre a minúscula elite do poder (econômico) e a classe média, detentora dos privilégios do capital cultural (educação).

Ainda de acordo com Souza, a elite econômica de matriz escravocrata, após ser derrotada em 1930 com a ascensão de Vargas apoiado pela classe média (sendo o tenentismo sua face mais conhecida), percebeu a importância de cooptar esses estratos médios por meio da educação. Daí surgiu a construção de uma narrativa moralista, identificando todas as mazelas sociais no Estado (e na política) e todas as virtudes no mercado. A própria criação da Universidade de São Paulo² em 1934 teria

² Esse é um dos pontos mais polêmicos da tese que Souza defende desde *A tolice da inteligência brasileira*: a de que autores como Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro teriam criado a imagem do “homem cordial” e a do “patrimonialismo lusitano” como formas de “racismo cultural”, colocando a

servido a esse propósito: disputa de narrativa e atração da classe média para uma aliança de longa duração:

O capital cultural, ou seja, o conhecimento incorporado pela pessoa como algo inseparável de si mesmo, é aquele tipo de capital que pré-determina as chances de vida das pessoas que nascem em dada classe social não pela posse da propriedade material, mas pela posse do conhecimento considerado legítimo e de seus pressupostos. [...] O bloco de poder entre a elite endinheirada e a classe média do conhecimento se constrói primeiro como uma articulação para reproduzir o privilégio dos dois capitais mais importantes da sociedade moderna e que garantem a reprodução deste privilégio para seus descendentes (SOUZA, 2018b, p. 18-19).

Dessa forma, enquanto nos países capitalistas de tradição social-democrata o acesso à educação universalizou-se e diminuiu as diferenças sociais, no Brasil essa “elite do atraso” teria cooptado a classe média, prometendo a exclusividade da educação para evitar uma ordem social mais competitiva que colocaria em risco não só os privilégios de sua própria formação cultural como também os da elite econômica. O corolário dessa situação foi naturalizar as diferenças, explicadas por meio de uma pseudo-meritocracia das classes privilegiadas e pela “preguiça e corrupção” do povo pobre e de seus eventuais representantes dentro do aparato estatal, classificados como “populistas”. E, assim, manteve-se a questão social como “caso de polícia” ao longo de todo o século XX, restando aos marginalizados dos serviços públicos e da alocação profissional adequada apenas a violência física outrora destinada aos escravos.

Esse ponto torna-se central no argumento porque o comportamento truculento da polícia com as populações pobres, a militarização das polícias estaduais após 1964 e a inexistência de condenações exemplares de oficiais envolvidos em tortura, estupro e assassinato durante a ditadura seriam exemplos da manutenção dessa cultura da violência. A Constituição Federal de 1988, a despeito de seus inúmeros avanços, manteve, na

brasilidade em uma posição inferior à do homem anglo-saxão, este último visto como “racional”. A cultura anglo-saxã seria apta, nessa abordagem, a separar os interesses privados do interesse público; já a lusobrasilidade faria exatamente o oposto. Não pretendemos entrar nos detalhes dessa polêmica, mas vale notar que para Souza a chamada sociologia paulista, nas figuras de Fernando Henrique Cardoso e Francisco Weffort, esforçou-se por perpetuar os (controversos) conceitos de “populismo” e “patrimonialismo” (SOUZA, 2015; SOUZA, 2017).

prática, a tutela dos militares sobre o poder político, como ficou claro quando o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu em 2010 a Lei da Anistia feita pelos próprios militares para evitar as punições de seus carrascos, equiparando crimes comuns a “crimes políticos”. As recorrentes mortes de lideranças sem-terra na luta por reforma agrária, de populações indígenas, além da truculência da polícia ao lidar com manifestações populares atestam a manutenção dessa cultura da violência. Não é extraordinário, ainda que inédito, que um antigo capitão com discurso de ódio tenha chegado à presidência da República por meio do voto: a cultura política brasileira engendra esse tipo de posicionamento, que após 2016 resolveu sair definitivamente à luz do sol.

Novas formas de ação política e a ascensão conservadora

Mudanças profundas ocorrem de forma lenta diante de nossos olhos, e quase sempre não as percebemos de imediato. Os últimos 20 anos do século passado foram o palco dessas mudanças no comportamento político, e que hoje cobram uma fatura alta das forças progressistas devido à incompreensão daquela dinâmica.

De fato, a bibliografia sobre as mudanças no mercado de trabalho e na economia, com reflexos sobre a capacidade fiscal dos Estados nacionais e o desenvolvimento dos países é tão extensa e conhecida por quem estuda o assunto que é ocioso reconstruí-la aqui³. Foram tais mudanças, lentas, mas ininterruptas, que alteraram também a forma de fazer política, a rigor criada com os grandes partidos social-democratas europeus no final do século XIX, e que durou até as últimas décadas do século XX. Quem viveu as últimas décadas do século passado presenciou esse *modus operandi* político: grandes concentrações de trabalhadores, especialmente em plantas industriais, que possibilitavam a agitação sindical e a atuação de partidos trabalhistas; identidade política criada a partir da vivência comum, facilitando o discurso classista; ocupação profissional relativamente garantida nos grandes centros urbanos em expansão, especialmente para quem obtinha qualificação educacional.

O sociólogo estadunidense Richard Sennett (1999) fez um diagnóstico preciso desse quadro no livro *A corrosão do caráter*.

³ Apenas a título de ilustração, podemos citar Hobsbawm (1995), Chesnais (1996), Belluzzo (2009) e Varoufakis (2016).

Os trabalhos em tempo parcial, a alta rotatividade, o desemprego permanente e a compressão salarial minaram as antigas formas de arregimentação política, pois ninguém consegue mais criar raízes no seu local de trabalho e com as pessoas próximas ao seu padrão econômico. A ideologia neoliberal convenceu boa parte dos trabalhadores de que eles são os únicos responsáveis por sua situação, tratando-se apenas de uma questão de esforço e competência. Desemprego, baixa renda ou nenhuma renda são consequências de escolhas individuais, não das estruturas sociais.

À medida que as hierarquias piramidais são substituídas por redes mais frouxas, as pessoas que mudam de emprego experimentam muitas vezes o que os sociólogos chamaram de “mudanças laterais ambíguas”. São mudanças em que a pessoa na verdade se mexe para o lado, embora acreditando que está subindo na rede frouxa. Esse movimento de caranguejo ocorre, afirma o sociólogo Manuel Castells, mesmo que as rendas se tornem mais polarizadas e desiguais; as categorias de emprego se tornam mais amorfas (SENNETT, 1999, p. 100).

Em tal cenário, promover arregimentação política na forma tradicionalmente desenvolvida por partidos e sindicatos décadas atrás não surte mais efeitos. Ao mesmo tempo em que o mercado de trabalho foi sofrendo profundas mudanças, em função das reorganizações estruturais na economia capitalista (grosso modo caracterizadas como “globalização”), outras mudanças institucionais importantes ocorriam no final do século passado. A Igreja Católica, por séculos vinculada aos centros de poder ao redor do mundo, experimentou mudanças teológicas e políticas importantes desde o Concílio Vaticano II, convocado pelo papa João XVIII. Propunha-se uma “atualização” da igreja, com maior diálogo inter-religioso e aproximação das populações mais pobres. Uma das correntes que emergiram desse encontro do episcopado foi a Teologia da Libertação, uma abordagem que privilegia a justiça social e uma leitura da realidade usando as ciências sociais, olhando para aspectos econômicos e culturais. Havia uma tentativa de aproximar a tradição da Patrística, na qual os primeiros teólogos da Antiguidade atacavam a usura e o luxo, com as contribuições do marxismo, excetuando o seu notório ateísmo (LÖWY, 1991). Uma das regiões onde o catolicismo é

importante e recebeu forte influência da Teologia da Libertação é a América Latina.

No Brasil, após o apoio inicial do alto clero católico ao golpe de 1964, padres e religiosos começaram a se aproximar da resistência à ditadura, denunciando torturas e assassinatos de presos políticos, entre eles católicos leigos e outros pertencentes à estrutura eclesiástica. Orientados pela Teologia da Libertação, alguns bispos investiram em formas mais descentralizadas de estrutura eclesial, conhecidas como Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Um dos grandes incentivadores foi o cardeal arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, que no início da década de 1970 vendeu o palácio episcopal (moradia dos arcebispos) e investiu na compra de terrenos para construir CEBs na periferia de São Paulo, ação conhecida como “Operação Periferia” (UNISINOS, 2016).

Como registrou Eder Sader (2001), as CEBs foram de enorme importância na organização dos trabalhadores que residiam nas franjas das metrópoles brasileiras, lutando por saúde pública, escolas e contra a carestia que atingia essa população. Também estiveram presentes na reorganização do movimento sindical, após as perseguições e prisões decorrentes do golpe militar. Existe farta literatura sobre como os católicos estiveram presentes na Oposição Sindical Metalúrgica em São Paulo e no “novo sindicalismo” do ABC Paulista. Portanto, entre o início dos 1970 até o final da década de 1980, a estrutura eclesial católica foi uma aliada na organização e deu capilaridade aos movimentos sociais que lutavam pela redemocratização. A criação do Movimento dos Sem Terra, da Central Única dos Trabalhadores e do Partido dos Trabalhadores, entre outros, foi consequência dessa forma organizativa que atingia os bairros mais afastados das grandes cidades e as regiões rurais.

Mas, da mesma maneira que a reestruturação produtiva trouxe em seu bojo o desemprego estrutural e o enfraquecimento do movimento sindical, a mudança de papado alterou a disposição do clero em apoiar as lutas sociais. João Paulo II, de origem polonesa e militante contrário à influência soviética na Europa oriental, foi o escolhido para suceder os papas Paulo VI e João Paulo I (este último veio a falecer pouco depois de iniciar o seu pontificado), que ainda davam espaço para os ventos do Concílio Vaticano II. João Paulo II promove o esvaziamento das antigas CEBs na América Latina, em especial no Brasil, não

escondendo sua simpatia por políticos conservadores, como Ronald Reagan, nos Estados Unidos, e Margareth Thatcher, na Grã-Bretanha. Ao mesmo tempo que a oposição à ditadura foi se institucionalizando, com a eleição de parlamentares, prefeitos e governadores de esquerda e centro-esquerda (para não falar da sua atuação na Assembleia Constituinte de 1987-1988), o trabalho de base arrefeceu. E no seu lugar aumentou a presença das igrejas protestantes pentecostais e neopentecostais, além do fortalecimento do crime organizado, nas regiões periféricas.

No lugar da Teologia da Libertação, entrou a Teologia da Prosperidade – a concepção de que a felicidade terrena é fruto da participação na igreja e de seu “investimento” por meio dos dízimos. O casamento com a concepção neoliberal é completo, já que o sucesso material depende exclusivamente do fiel, em especial de sua capacidade de contribuir com sua igreja, recebendo em troca a prosperidade econômica. A participação política das igrejas neopentecostais é expressiva, constituindo no Congresso Nacional uma “Bancada da Bíblia”, defensora de uma agenda culturalmente conservadora e alinhada com propostas favoráveis ao mercado⁴. Possuem também intensa programação comprada em canais abertos, e no caso mais notável, a Igreja Universal do Reino de Deus é proprietária da Rede Record, combinando entretenimento com proselitismo religioso.

É importante ressaltar que esse conjunto de mudanças, que ocorreu no mundo todo, mas com características distintas em cada contexto nacional, foi contemporâneo da crise teórica e política da esquerda. Os regimes socialistas, que saíram vitoriosos no final da II Guerra Mundial, estavam enfrentando muitos questionamentos no mundo ocidental, especialmente após as denúncias dos crimes de Stalin no XX Congresso do Partido Comunista da URSS em 1956, da invasão soviética na Tchecoslováquia em 1968, dos expurgos na Revolução Cultural Chinesa (1966-1969) e da invasão soviética no Afeganistão, em 1979. A crise econômica mundial da década de 1970 também atingiu o bloco socialista, que foi incapaz de promover uma reorganização produtiva, como no Ocidente. E, junto com a crítica geral à sociedade industrial (tanto capitalista quanto socialista), emergiu também uma profunda crítica filosófica sobre os limites da razão e dos ideais universais iluministas (como justiça, igualdade e liberdade).

⁴ Uma boa investigação jornalística sobre esse fenômeno religioso pode ser encontrada em Dip (2018).

Essa crítica, que ficou conhecida genericamente como “pós-moderna”, argumentava que todos os discursos e narrativas eram válidos, já que os ditos ideais universais eram apenas a expressão de uma cultura específica, a ocidental de matriz judaico-cristã e greco-romana. Os dois principais filhos do Iluminismo – o liberalismo e o socialismo – seriam apenas reflexos dessa sociedade, e mesmo assim não haveria em seu interior hierarquia discursiva. Após as jornadas de 1968, e ao longo das décadas de 1970 e 1980, as universidades passaram a estudar e os grupos políticos à esquerda se aproximaram de agendas identitárias muito específicas (feminismo de 3ª geração, questões étnicas, de gênero, ambientalistas, etc). A centralidade no discurso econômico e de classe foi gradativamente sendo substituída pela diversidade de temas, o que também dificultou a organização política nos antigos moldes.

As forças de direita, que durante algumas décadas estiveram numa posição defensiva, em função da memória do horror nazifascista e da posterior hegemonia econômica keynesiana, aproveitaram a oportunidade que se abria. A desregulamentação do setor financeiro (cujo controle fora base do *New Deal* estadunidense e dos Estados de bem-estar europeus) e o conseqüente enfraquecimento da capacidade fiscal, aliados à formação de cadeias globais de produção em busca de mão-de-obra barata, foram a marca da nova era.

A crise e a *débaclé* da União Soviética, no final da década de 1980, acelerou esse processo. O Estado deveria “diminuir”. E o crescimento econômico seria fruto da expansão dos mecanismos do “mercado autorregulado”. Se a indústria automobilística era o símbolo do capitalismo regulado, o setor de informática despontou como a face desse capitalismo desregulamentado. A cultura *geek*, com forte apelo libertário e individualista, substituiu a cultura coletivista de décadas anteriores.

Mas, o que parecia ser uma “vingança dos *nerds*”, com a ascensão de antigos estudantes de *startups* com perfil tímido a altos postos de gestão corporativa, mostrou-se mais como uma ode ao anti-intelectualismo. Pois as modernas ferramentas de conexão *online*, como as redes sociais, tornaram-se poderosos instrumentos de disputa de narrativas, em grande medida descompromissadas com os fatos, e hostis ao mundo acadêmico e aos produtores de cultura. Este ambiente foi decisivo em eventos políticos recentes, como o plebiscito sobre a saída da

Grã-Bretanha da União Europeia (“*brexit*”), a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos e agora a eleição de Jair Bolsonaro no Brasil.

Tais redes sociais e plataformas aproveitam a crise conjugada das instituições políticas e da grande imprensa para estimular um discurso de intolerância, de confusão deliberada (conhecida doravante como *fake news*) e de ocultação dos reais problemas econômicos (como o enorme aumento da desigualdade em todo o mundo) para pautar temas caros à agenda conservadora, como o religioso, o identitário e o de costumes (aborto, homoafetividade, etc). Foi esse (não) debate que levou à ascensão de forças políticas reacionárias na Europa, na Ásia, nos Estados Unidos e agora no Brasil. Mas o que devemos esperar dessa nova onda conservadora?

Quanto tempo poderá durar esse ciclo conservador?

Havia uma expectativa, entre economistas e cientistas sociais, de que a agenda neoliberal entraria em refluxo após a grande crise econômica de 2008. O diagnóstico era que não haveria mais espaço para um sistema financeiro desregulado, que formou as bolhas especulativas no final do século passado. Nessa leitura, haveria condições para retomar os mecanismos keynesianos de estímulo à produção, para se contrapor à massa de capital fictício que jogava as economias nacionais em persistentes estados de recessão ou modesto crescimento (STIGLITZ, 2010; LEVY; DUMÉNIL, 2013). As vitórias eleitorais de partidos de centro-esquerda na América Latina na primeira década do século, região que antes havia abraçado a agenda neoliberal com fervor, pareciam indicar novos rumos. Movimentos políticos estruturados de forma horizontal, como o *Occupy Wall Street*, também pareciam reforçar a sensação de crise da hegemonia neoliberal.

Contudo, não ocorreu a superação da ortodoxia econômica e da pauta conservadora, como alguns esperavam. A crise europeia, com o ilustrativo caso da Grécia (onde um partido de esquerda, apesar de vitorioso nas urnas, rendeu-se à política de austeridade fiscal), indicava outros rumos. A direita soube utilizar o mal-estar causado pela crise econômica (especialmente quanto ao desemprego) para defender propostas nacionalistas e xenófobas, avançando sobre a centro-direita e a centro-esquerda, esvaziando

esse *locus* político. O mesmo ocorreu no caso estadunidense, com a já citada eleição de Donald Trump.

De fato, a situação é mais complexa do que uma simples volta à pauta neoliberal poderia fazer crer. O deslocamento do polo de acumulação do capital para o Oriente, em especial para a economia chinesa, bem como o aumento de sua *expertise* nas indústrias de produtos com maior valor agregado, vem despertando na Europa e nos Estados Unidos medidas cada vez mais protecionistas. O fracasso da privatização de algumas empresas responsáveis por serviços essenciais, como saneamento básico e transportes públicos, está levando à reestatização de algumas delas na Inglaterra e nos Estados Unidos, além da possível revisão dos serviços de previdência privada no Chile. Apesar disso, existe forte pressão na periferia do sistema para intensificar os programas de austeridade fiscal, de manter e expandir os programas de privatizações de empresas estatais e de promover cortes em serviços públicos essenciais.

O caso brasileiro foi particularmente interessante. Após o afastamento de Dilma Rousseff e a posse de Michel Temer, houve a tentativa de promover uma profunda reforma da previdência, e até mesmo ocorreram mudanças estruturais na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), bem como o congelamento por 20 anos dos investimentos em políticas sociais, como saúde e educação. Os índices de impopularidade de Temer bateram recordes, e na campanha presidencial de 2018 todos os candidatos comprometidos com sua agenda (do MDB e do PSDB, principalmente) obtiveram uma votação pífia. Uma defesa explícita de Estado mínimo não encontrava recepção na maioria da população, porém a pauta política acabou capturada tanto pelos temas moralistas (homoafetividade, aborto) quanto pelo sentimento antipetista forjado ao longo dos últimos cinco anos, especialmente após o início da Operação Lava Jato.

Esta operação da Polícia Federal e do Ministério Público, a pretexto de dismantelar redes de corrupção envolvendo estatais e partidos políticos, acabou se transformando em instrumento político contra o Partido dos Trabalhadores e seus aliados, acusando e condenando com base em delações premiadas de réus que acusavam em grande medida sem provas materiais, poupando os partidos da oposição flagrados nos mesmos esquemas de financiamento, chamados de “caixa 2”. Parte da comunidade de juristas não esconde sua indignação diante da farsa que se converte em cinismo:

Há um evidente descaso das pessoas, sobretudo dos agentes públicos, com a ordem jurídica, cuja transgressão é feita às claras, à vista de todos, sem o menor pudor. Acabou a preocupação com a dissimulação: se um juiz quer prender alguém, prende, sem qualquer apreço à presunção de inocência; se um promotor quer acusar alguém, forja uma denúncia com base em delações falsas; se o legislador quer derrubar um Presidente, invoca em sua motivação o aniversário da neta, os militares de 64, ou a proteção da família brasileira; se o Presidente da República quer promover negociatas e beneficiar interesses escusos, simplesmente dilapida o patrimônio nacional (VALIM, 2018, p. 116).

Com apoio da grande mídia, o sentimento antipetista foi fundamental para fragilizar o PT, que mesmo assim conseguiu chegar ao 2º turno das eleições de 2018.

Ocorre que o debate econômico, que poderia ser uma forma de resistência ao antipetismo, foi totalmente negligenciado na campanha presidencial, pois o candidato que se apresentou como *anti-establishment*, Jair Bolsonaro, sofreu um atentado a faca durante a campanha e não participou dos debates promovidos pelas redes de televisão. Dessa forma, acabou eleito sem apresentar ao público sua plataforma política para questões importantes como as políticas de geração de emprego, o Bolsa Família, a previdência social, a saúde e a educação, entre outras.

Tais temas começam a ser apresentados apenas após o término das eleições, e o que surge dos primeiros pronunciamentos oficiais é a perspectiva de aprofundamento das políticas de austeridade do Governo Temer. A reforma da Previdência é elevada à prioridade “número 1”, com elevação do tempo de contribuição e da idade mínima para pedir o benefício, além de uma obscura “capitalização” em fundos de pensão geridos pelo setor privado, que faz lembrar os casos chileno e mexicano, hoje em crise. Também sugerem privatizar a maior quantidade possível das empresas estatais que ainda existem, talvez preservando um esqueleto da Petrobrás, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, para financiar o agronegócio com financiamentos a juros mais generosos. E aprofundar a reforma trabalhista, criando uma “carteira verde-amarela”, no lugar dos contratos regidos pela CLT, no qual o trabalhador abriria mão de direitos como férias de 30 dias e décimo terceiro salário. Em outra ponta, promete endurecer a legislação penal, reforçando a onda punitivista que vem sendo tolerada pelo STF, passando ao largo de direitos fundamentais em

nome da luta contra o crime e o “terrorismo”. No plano internacional, indica um alinhamento incondicional aos Estados Unidos, em questões como a crise da Venezuela e do reconhecimento de Jerusalém como capital do Estado de Israel.

Uma pergunta que muitos analistas estão fazendo é: essa onda conservadora terá fôlego para muitos anos? Para quem observa o fenômeno político desde 2013, quando movimentos conservadores saíram às ruas para disputar a visibilidade com a esquerda, há os que apostam que este ciclo será duradouro, mesmo sem a figura de Bolsonaro capitaneando eleitoralmente esse sentimento. Se o país ainda não superou sua cultura escravocrata, como sugere Jessé Souza, então parcela da sociedade identificada com a agenda conservadora manterá seu protagonismo. É tentador, na verdade, estabelecer paralelos com outros momentos da história brasileira, em especial com o golpe de 1964, quando uma ditadura se estabeleceu no país por mais de 20 anos para combater o legado trabalhista de Vargas e uma alegada “comunização” do país. Ali também houve mobilização da sociedade civil conservadora contra o Governo Jango, como a famosa “Marcha da Família com Deus Pela Liberdade”. Existiam *think tanks* conservadores, com vínculos estabelecidos fora do país, como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais - IPES (DREIFUSS, 1981). Mas é aconselhável olhar também para as diferenças de cada período.

Quando as forças reacionárias obtiveram sucesso no golpe em 1964, havia outra configuração no quadro internacional. A Guerra Fria exigia de muitos países o alinhamento aos Estados Unidos ou à União Soviética, e os governos estadunidenses ainda exerciam o papel de potência industrial e garantidor de crédito mundial, oferecendo vantagens econômicas para atrair apoiadores, como a “Aliança para o progresso”, na América Latina. A pujança econômica dos chamados “anos dourados” do pós-guerra apontava para investimentos de empresas estadunidenses e europeias no Brasil. O que de fato ocorreu após a ditadura, mas sem o “pacto fordista” social-democrata que ainda existia no centro do sistema. Agora, a configuração é outra. Os Estados Unidos perderam a hegemonia industrial para a China, ainda vivem às voltas com sequelas da grande crise de 2008, sem condições, portanto, de oferecer apoio econômico para o novo governo eleito no Brasil.

Mesmo a euforia com globalização e a abertura econômica do final do século passado e início do atual não existem mais, já que os Estados Unidos e a Europa apostam cada vez mais em políticas protecionistas para se contrapor à investida chinesa, cuja força é exemplificada na iniciativa “One road, one belt”, estreitando relações do mercado chinês com a Eurásia e com a África. As perspectivas de crescimento econômico para os próximos anos não são animadoras, e já existem analistas apostando em novas bolhas especulativas estourando, uma vez que pouco foi feito para conter a desregulamentação do setor financeiro.

Com relação ao quadro interno, não existem por ora sinais de uma recuperação consistente da economia, após quatro anos de uma das maiores recessões da história recente do país. As medidas tomadas pelo governo Temer, e que serão aprofundadas pelo governo Bolsonaro, são pró-cíclicas e não estimulam o mercado interno, ao contrário do que alegam seus defensores. Diminuir a renda das classes baixas e aumentar a isenção de impostos da parcela mais rica não garantirá aumento de investimentos produtivos, como o comportamento do mercado desde 2016 demonstra claramente. Manter ou ampliar a política de austeridade fiscal não apenas diminui incentivos importantes na atividade econômica (como em infraestrutura e construção civil), como amplia a desigualdade social. Isso porque os portadores de títulos da dívida pública são pessoas e grupos privados que compõem a elite econômica do país, e privilegiar seu pagamento no orçamento reduz investimentos em políticas públicas, fundamentais em quadros de recessão econômica (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2017).

Além disso, é preciso levar em conta a heterogeneidade da frente política eleita com Jair Bolsonaro. Existem desde neoliberais radicais, simbolizados na figura do ministro da economia Paulo Guedes, passando pelos militares e egressos do serviço público eleitos para o Congresso (preocupados com a reforma da previdência), além da base política fisiológica que continua existindo, a despeito da retórica anticorrupção vitoriosa na eleição. Normalmente, todo governo recém-empossado possui alguns meses de crédito para tomar medidas duras, e alguma inabilidade com a máquina pública é esperada. No entanto, é de se prever um início de governo marcado por um nível maior de turbulência, seja pelo perfil do presidente eleito, seja por seu entorno imediato, especialmente pelo vínculo de seu núcleo

familiar com milicianos. Contudo, pode ser uma ilusão concluir que a oposição a seu governo terá condições de se efetivar, já que o campo democrático está muito dividido, e eventualmente reconquistar o espaço eleitoral de anos atrás.

O grande desafio para as forças progressistas é desconstruir a narrativa do *impeachment* de 2016, apresentado como fruto de combate à corrupção. Não só o processo em si foi controverso, como deu espaço para a criminalização de adversários políticos, o que ficou cristalizado no sentimento antipetista, que expressa na verdade uma aversão aos movimentos populares. Será fundamental ocupar os espaços institucionais e pressionar o Poder Judiciário para garantir o respeito à Constituição de 1988, que está sob forte ataque e correndo o risco de ser totalmente desfigurada. E certamente é necessário retomar as bandeiras de garantia aos direitos individuais e coletivos construídos desde os anos 1980. Urge a construção de formas revitalizadas e originais de disputa política. Voltar ao trabalho de organização política pela base social é imprescindível, mas compreender a nova dinâmica da luta, com especial atenção às redes sociais, é tarefa inescapável para o resgate e a ampliação de nossa democracia.

SANTOS, A. dos. Brazil, 2018: how did we arrive here and what to expect from politics and economy from now on? *Perspectivas*, São Paulo, v. 52, p. 11-27, jul./dez. 2018.

■ **ABSTRACT:** *We attempt to present, in essay format, some considerations about how the historical characteristics of inequality and violence in Brazil have adapted to the new forms of political struggle carried out by conservative political forces. This would help explain the victory of a radical right-wing platform in the 2018 elections. From this presentation, we seek to identify the new challenges for popular social movements and the possibilities that open up for the rescue and strengthening of Brazilian democracy.*

■ **KEYWORDS:** *Inequality. Elections. Neoliberalism.*

Referências

BELLUZZO, L. G. *Os antecedentes da tormenta: origens da crise global*. São Paulo: Editora Unesp; Campinas, SP: FACAMP, 2009.

BELLUZZO, L. G.; GALÍPOLO, G. *Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2017.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Editora Xamã, 1996.

DIP, A. *Em nome de quem? A bancada evangélica e seu projeto de poder*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

DREIFUSS, R. 1964: A conquista do Estado. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

HOBBSBAWN, E. *Era do extremos - O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEVY, D; DUMENIL, G. *A crise do neoliberalismo*. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

LÖWY, M. *Marxismo e Teologia da Libertação*. São Paulo, Editora Cortez, 1991.

SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

SENNETT, R. *A corrosão do caráter - consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SOUZA, J. *A tolice da inteligência brasileira*. São Paulo: Leya, 2015.

SOUZA, J. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. São Paulo: Leya, 2017.

SOUZA, J. *A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

SOUZA, J. O engodo do combate à corrupção: ou como imbelicizar pessoas que nasceram inteligentes?. In: SOUZA, J.; VALIM, R. (org.). *Resgatar o Brasil*. São Paulo: Editora Contracorrente/ Editora Boitempo, 2018b.

STIGLITZ, J. *O mundo em queda livre - Os Estados Unidos, o livre mercado e o naufrágio da economia mundial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

UNISINOS. Morre dom Paulo Evaristo Arns, ícone progressista da igreja no Brasil. 15 dez. 2016. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/185-noticias/noticias-2016/563416-morre-dom-paulo-evaristo-arns-icone-progressista-da-igreja-no-brasil>. Acesso em: 4 dez. 2018.

VALIM, R. "O discurso jurídico brasileiro: da farsa ao cinismo". In: SOUZA, J.; VALIM, R. (org.). *Resgatar o Brasil*. São Paulo: Editora Contracorrente/Editora Boitempo, 2018.

VAROUFAKIS, Y. *Minotauro global - A verdadeira origem da crise e o futuro da economia global*. São Paulo: Editora Autonomia Literária, 2016.

DA RECESSÃO À FRÁGIL RECUPERAÇÃO: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA ECONÔMICA (2015-2018)

Francisco Luiz CORSI¹

■ **RESUMO:** O presente artigo discute a política econômica no período entre 2015 e 2018 a partir de uma perspectiva crítica. Discutimos as causas da forte recessão de 2015 e 2016, atribuindo à política neoliberal grande responsabilidade no desencadeamento e aprofundamento da crise. Também abordamos a frágil retomada verificada em 2017-2018. Buscamos fazer a crítica da proposição segundo a qual o problema central da economia seria a crise fiscal, indicando que o problema fiscal decorre, em grande medida, da política de juros elevados defendida pelo capital financeiro. Também assinalamos que a economia brasileira tem que ser analisada no contexto de crise do capitalismo global.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Política Econômica. Recessão. Crise. Neoliberalismo.

Introdução

Em 2017 e 2018, a economia brasileira cresceu 1,1%, indicando o fim de uma das crises econômicas mais profundas desde o pós-guerra (IBGE, 2018a). Os economistas ortodoxos e o governo, apoiados pela quase totalidade da grande imprensa, comemoraram a pífia recuperação de 2017, inflando as projeções para o ano seguinte e assinalando a correção das políticas econômicas adotadas, que estariam colocando o país novamente no caminho certo do crescimento, corrigindo os equívocos das políticas desenvolvimentistas adotadas por Dilma. Mas, os fatos acabaram desmentindo as análises com esse viés e há relativo

¹ UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília. Departamento de Ciências Políticas e Econômicas. Marília – SP – Brasil. 17.525-900. fcorsi@uol.com.br.

consenso no reconhecimento de que a recuperação atual é muito lenta e instável.

A economia não teria deslanchado mais, segundo a análise ortodoxa, em 2018, em boa medida, em virtude da greve dos caminhoneiros. Apesar dos efeitos negativos da greve, as causas da estagnação da economia devem ser buscadas em outro lugar. Em parte, decorre do cenário internacional adverso e do quadro político que se conformou depois do processo de *impeachment* que encerrou o governo legitimamente eleito de Dilma Rousseff. Mas também é resultado da política de austeridade, calcada sobretudo no arrocho dos salários, na redução do investimento público, nas altas taxas de juros e na redução dos direitos sociais, que tolhe os investimentos e o consumo. A continuidade dessa política parece ser a causa central da frágil recuperação. Vários indícios sugerem que o Brasil entrou em um largo período de estagnação.

O presente artigo discute essas questões, sem evidentemente ter a pretensão de esgotá-las. O texto está dividido em três itens, além dessa introdução. No primeiro item, discutimos a recessão de 2015-2016, para em seguida discutirmos o desempenho da economia em 2017 e 2018. Por último, apresentamos algumas considerações finais.

A recessão 2015-2016

Em 2015 e 2016, a recessão foi severa. O PIB retrocedeu nestes anos respectivamente 3,5% e 3,3%. Em 2015, o retrocesso decorreu fundamentalmente de um declínio de 14,1% do investimento e de 5% do consumo global da economia. A taxa de desemprego no quarto trimestre atingiu a cifra de 8,5%, depois de situar-se no patamar de 6,8% em 2014. Em 2016, os investimentos declinaram 10,2% e o consumo das famílias 4,2% e o gasto do governo 0,6%. No último trimestre deste ano, a taxa de desemprego foi de 11,5% (IBGE, 2018a; IPEADATA, 2018; BCB, 2018).

A queda do consumo, que vinha sendo o principal responsável pelo crescimento da atividade econômica, resultou das elevadas taxas de desemprego, da queda do rendimento médio do trabalhador e do endividamento das famílias. Os investimentos declinaram em virtude da queda da taxa de lucro, das elevadas taxas de juros, do alto grau de endividamentos das empresas, da acirrada concorrência com produtos importados e

do elevado nível de capacidade ociosa. Esses elementos indicam as dificuldades para uma retomada sustentável do crescimento e, portanto, ajudam a explicar a debilidade da retomada em 2017.

Para os neoliberais essa situação foi resultado da política econômica expansiva, intervencionista e permissiva em relação à inflação adotada pelo governo Dilma. As consequências dessa política considerada desastrosa teriam sido o crescente déficit público, a inflação ascendente, a elevação da relação dívida pública/PIB, que comprometeria a capacidade de pagamento do país, e a deterioração das expectativas dos empresários, o que teria afetado negativamente os investimentos. Porém, haveria uma causa estrutural que estaria na raiz da maioria dos problemas da economia brasileira, qual seja: a existência de uma incongruência entre os direitos sociais estabelecidos pela Constituição de 1988 e as reais condições fiscais do Estado em garantir os níveis de dispêndios sociais determinados pela Constituição. Isto teria levado a um desequilíbrio crônico das finanças públicas, que pressionaria o mercado financeiro para o seu financiamento e daí a necessidade de juros permanentemente elevados para garantir a colocação dos títulos públicos nesse mercado, o que inibiria o consumo e o investimento, além de contribuir para a valorização da moeda.

Dessa forma, o enfrentamento dos problemas conjunturais e estruturais da economia implicaria, segundo os neoliberais, em uma política econômica pautada na austeridade, baseada em um rígido ajuste fiscal, na elevação das taxas de juros, na contenção do crédito, na redução dos direitos trabalhistas, no enxugamento dos gastos com programas sociais e na reforma da previdência social. Complementando essas medidas, advogam a maior abertura para os capitais estrangeiros, a privatização de empresas estatais estratégicas, a maior participação estrangeira no pré-sal e uma política externa pautada no alinhamento aos EUA.²

De acordo com essa visão, a recessão de 2015-2016, que teria começado já em 2014, seria o desdobramento da política econômica expansionista e do desequilíbrio fiscal estrutural. Portanto, a política calcada na austeridade não poderia ser considerada a causadora da crise. Pelo contrário, seria o mal necessário para corrigir os descabros do governo Dilma. De

² Para uma análise mais detida do diagnóstico e das propostas neoliberais ver, entre outros, Belluzzo e Galípolo (2017) e Jinkings, Doria e Cleto (2016).

imediate preconizavam a necessidade de controlar o processo inflacionário, que teria fugido ao controle e o Brasil estaria às voltas com uma nova crise inflacionária.

Entretanto, essas posições parecem não se sustentar. Em 2014, o PIB ainda cresceu 0,5%, tendo uma performance negativa apenas no segundo trimestre, quando declinou -1,2%. Como assinalam Bastos, Welle e Oliveira (2017, p. 8): “A economia não contraiu em 2014: houve um único trimestre de crescimento negativo (o segundo), e o resultado foi uma expansão de 0,5% do PIB”. A recessão teve início em 2015, desencadeada pela política ortodoxa do Ministro da Fazenda do governo Dilma, Joaquim Levy. O país também não passava por uma crise inflacionária. A inflação até 2014 permaneceu dentro dos parâmetros estabelecidos pela política de metas. Ao final deste ano o IPCA foi de 6,4%, próximo à margem superior da meta. A inflação de fato ultrapassou a meta em 2015, devido à desvalorização do real, que foi de 32,92% neste ano, e ao aumento dos preços controlados pelo governo. De janeiro de 2015 a janeiro de 2016, o IPCA foi de 7,13% para 10,5%. A inflação retrocedeu para os parâmetros determinados pela meta a partir do início de 2016, graças à valorização de 19,59% da moeda e à profunda recessão. O IPCA acumulado em 12 meses em dezembro de 2016, foi de 6,28% (IPEADATA, 2018)³.

Também é duvidoso que existisse um grave problema fiscal até 2013, pois, entre 2003 e 2013, o Brasil, que cresceu 3,6% ao ano, obteve superávits primários médios de 2,89% do PIB e déficits orçamentários nominais médios de 3,02% do PIB, decorrentes dos pagamentos da dívida pública, que corresponderam em média ao ano a 5,91% do PIB neste período. O maior responsável por este resultado nominal foi a taxa de juros elevada, que favoreceu sistematicamente os rentistas. Foi justamente o crescimento do PIB que garantiu a ocorrência de superávits primários e não o corte profundo de despesas públicas, que cresceram nesses anos. A relação dívida pública bruta/PIB, em 2010, tinha sido de 51,8%, e manteve-se neste patamar até 2013 (51,7% do PIB). Subindo para 57,2%, em 2014, e disparando partir desse ano, atingindo 76,7% em 2018 (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2017, p. 168; BCB, 2018). Este comportamento relaciona-se com a taxa de juros e o crescimento econômico. Seja como for até 2014 não parece

³ Para uma análise da política econômica entre 2011-2018 ver entre outros: Gonçalves (2013), Sicsú (2013), Bastos (2015), Corsi (2017), Bastos, Welle e Oliveira (2017), Belluzzo e Galípolo (2017) e Carvalho (2018).

que o problema fiscal era grave e estivesse fora de controle. A partir de 2014, verifica-se uma deterioração da situação fiscal, sendo que o déficit primário alcançou 0,57% do PIB e o nominal de 6,05%, enquanto que o PIB sofreu um incremento de apenas 0,5%. A situação se deteriorou de fato a partir de 2015, com a elevação mais forte dos juros e a recessão (SICSÚ, 2016; CORSI, 2017).

A economia vinha de fato desacelerando desde 2011, tendendo para a estagnação, mas não para uma crise aberta. Em 2011, o PIB cresceu 3,9%, declinando a partir dessa data. O crescimento médio entre 2011 e 2014 foi de 2,1%, menos da metade do desempenho apresentado durante o governo Lula, quando cresceu em média 4,3%. Esta tendência à estagnação decorreu de um conjunto de determinações, a saber: 1) a permanência da crise internacional, em especial a crise da zona do euro e, posteriormente, a desaceleração da economia chinesa; 2) a baixa taxa de investimento, cujas causas discutiremos adiante; 3) a impossibilidade de o consumo continuar puxando o crescimento; 4) o incremento da concorrência com produtos importados; 5) a queda das taxas de lucro⁴; 6) o baixo incremento da produtividade do trabalho e 7) os inúmeros equívocos de concepção e condução da política econômica.

O maior equívoco do governo Dilma Rousseff nesta área parece ter sido a guinada em sua política econômica no início de seu segundo mandato, embora a alteração de rumo tivesse sido sinalizada a partir da retomada da elevação dos juros em 2013. Seja como for, ela foi reeleita defendendo uma política voltada para o crescimento com distribuição da renda. O oposto do programa de seu principal oponente, que, alinhado sobretudo aos interesses do capital financeiro, propunha a austeridade e a redução dos direitos trabalhistas e sociais como saída para o Brasil.

Entretanto, vitoriosa no pleito, Dilma assumiu a política de seu oponente após o segundo turno das eleições. Fugiria aos limites dessas notas discutir em detalhes as causas dessa mudança de postura. Cabe assinalar apenas alguns fatores que induziram

⁴ Entre 2012 e 2014, o rendimento médio real do trabalho passou de R\$ 2.072, em 2012 para R\$ 2.173, em 2014, um aumento de 4,87%, enquanto a produtividade média anual do trabalho entre 2010 e 2015 declinou 1,8% (IBGE, 2018a; CNI, 2016). Entre julho de 2010 e agosto de 2014, a desvalorização nominal da moeda foi de 26%, enquanto que a desvalorização real foi de apenas 8% (BCB, 2018). Esta modesta desvalorização da moeda não foi capaz de melhorar a competitividade da indústria brasileira, ainda mais em um contexto de acirramento da concorrência em escala global. Dessa forma, não tendo condições de enfrentar a concorrência dos produtos importados, os empresários tinham crescente dificuldade de repassar esse aumento de custos aos preços, o que resultou em queda dos lucros. Ver a respeito Carvalho (2015).

o governo nesta direção. Dentre eles cabe destacar: a vitória apertada nas eleições, o que indicava nítido fortalecimento das forças conservadoras e comprometidas com a agenda privatista; o enfraquecimento de sua base de sustentação parlamentar; a pressão crescente da grande imprensa; os avanços da operação “Lava Jato”; a forte pressão das classes médias⁵ e a incapacidade do PT de mobilizar os trabalhadores em defesa do governo, tarefa que ficaria ainda mais difícil depois de o governo ter assumido uma política econômica contracionista.

A presidente eleita parece ter avaliado que a adoção de uma política econômica afinada com as propostas do mercado financeiro, das agências multilaterais e da grande imprensa asseguraria o seu segundo mandato. Esta decisão, contudo, rapidamente se mostraria um grande equívoco. Não seria possível repetir a política de Lula em 2004, pois os contextos interno e externo eram muito diferentes. A tendência ao baixo crescimento, a queda dos lucros, o acirramento da concorrência e o ensaio, entre 2011 e 2013, de flexibilização da política de metas de inflação (com a adoção do câmbio flexível, dos juros altos e dos superávits primários robustos), política fulcral para a defesa dos interesses do setor financeiro hegemônico, contribuíram para articular uma ampla coalizão de setores de classes dominantes em torno da necessidade imperiosa de controlar diretamente o poder executivo em um contexto de crise e redefinição dos rumos do capitalismo global.⁶

A opção pela agenda neoliberal por parte do governo recém-eleito fechou a possibilidade de mobilizar as massas populares, que nas urnas tinham reafirmado o apoio às políticas de crescimento com distribuição da renda. Esta postura talvez reflita o afastamento do trabalho de base e dos movimentos sociais por parte do PT, que já tinha se transformado em um partido mera-

⁵ A mobilização de grande parte das classes médias foi elemento importante para enfraquecer o governo de Dilma Rousseff. Mobilização instrumentalizada pelas classes dominantes na defesa de seus interesses. Mas seria um equívoco não reconhecer também que o grosso das classes médias, que compartilha uma cultura política historicamente conservadora, pauta suas ações pelos seus interesses. Descontentes com a queda da sua participação na renda nacional, a introdução de cotas nas universidades públicas, a legislação acerca do trabalho doméstico, a alta carga tributária e a baixa qualidade dos serviços públicos e temerosas de terem sua posição social ameaçada pela pequena ascensão das classes populares, as classes médias passaram a fazer acirrada oposição ao governo, que consideravam contrário a seus interesses.

⁶ As forças que articularam o processo de *impeachment* provavelmente avaliaram que com o programa de austeridade não teriam condições de chegar ao governo por meio de eleições, apesar do amplo controle dos meios de comunicações. Isto ficava mais evidente diante dos inúmeros problemas enfrentados por Dilma, que mesmo assim conseguiu ser reeleita. Inconformados com o resultado das urnas, numa situação de fragilidade do governo, desencadearam um processo que acabou levando a uma ruptura institucional.

mente parlamentar, o que abriu de vez o espaço das periferias das grandes cidades às igrejas pentecostais e ao crime organizado. A “miragem institucionalista” tinha ficado evidente na não politização dos programas sociais e das medidas voltadas à melhoria da distribuição de renda nos governos Lula e Dilma. Essa postura também refletiu o enfraquecimento do próprio movimento sindical. O governo ficou sem condições de mobilizar as classes populares e perdeu a iniciativa política (CORSI, 2017).

Joaquim Levy a partir do diagnóstico ortodoxo, segundo o qual a elevação da inflação decorreria do excesso de demanda, fruto sobretudo do descontrole do gasto público, adotou uma política recessiva, baseada na majoração dos juros⁷, na liberação, considerada corretiva, dos preços controlados pelo Estado e na diminuição do gasto público. Segundo o discurso oficial estas medidas fariam a inflação convergir para o centro da meta (4,5%), reduziriam a relação dívida pública/PIB e equilibrariam as finanças públicas por meio da elevação de impostos e cortes no investimento e nos gastos de custeio⁸. O Ministro também esperava obter condições favoráveis ao financiamento externo, à medida que adotasse o receituário preconizado pelos credores externos.

Foi a adoção dessas medidas que desencadeou a recessão no início de 2015, ao cortar a demanda agregada em uma economia que há quatro anos vinha desacelerando. A tabela 1 indica o comportamento do PIB no período em pauta. Os resultados em muitos aspectos não foram os esperados. Apesar dos cortes de gastos, o tão almejado superávit fiscal não foi alcançado, pois a receita pública caiu 6% para uma queda de 3,5% do PIB. Este comportamento da receita indicava a enorme dificuldade de equilibrar as finanças públicas em plena recessão, contradizendo a análise neoliberal. Não por acaso, o déficit primário, em 2015, foi de 1,88% do PIB, não obstante um corte de 2% nas despesas. A elevação acentuada dos juros resultou em aumento considerável da dívida pública bruta, que passou de 59% do PIB em fins de 2014

⁷ Entre dezembro de 2015 e julho de 2015, a SELIC foi de 11,75% para 14,25% (IPEADATA, 2018).

⁸ A proposta de Levy previa um superávit primário de 1,2% do PIB. Em 2015, não obstante o corte de despesas, o déficit primário foi de 1,88% e o nominal de 10,38%, sendo que as despesas com juros da dívida pública corresponderam a 8,50% do PIB. Em 2016, o déficit primário foi de 2,47% do PIB, em grande parte em virtude do declínio de 5,4% da receita federal. Neste ano, o déficit nominal foi de 7,12% do PIB. Esses dados indicam a dificuldade de alcançar superávits nas contas públicas em uma situação de recessão. Os neoliberais parecem fechar os olhos para esse problema e continuam defendendo a necessidade de mais cortes. Mas isso agrava a crise e não estabiliza as contas públicas (SICSÚ, 2016; CORSI, 2017).

para 66,23% do PIB em julho de 2016. Este incremento fez o déficit nominal aumentar no período. Em 2015, o governo despendeu no pagamento dos juros da dívida pública o equivalente a 9,0% do PIB, contribuição nada desprezível para a valorização do capital fictício (BCB, 2018; IPEADATA, 2018).

Tabela 1 – Variação anual do PIB em relação ao ano anterior (em %)

Ano	PIB sob a Ótica da Oferta		
	Agropecuária	Indústria	Serviços
2015	3,3	-5,8	-2,7
2016	-5,2	-4,6	2,3
2017	12,5	-0,5	0,5
2018	0,1	0,6	1,3
	PIB sob a Ótica da Demanda		
	Consumo das Famílias	Consumo do Governo	Investimentos
2015	-3,2	1,4	-13,9
2016	-3,9	0,2	-12,1
2017	1,4	-0,9	-2,5
2018	1,9	0,0	4,1

Fonte: IBGE (2018a)

A política de Levy foi um fracasso, pois agravou a situação das contas públicas, elevou a inflação e jogou o país na recessão. Sua substituição por Nelson Barbosa, que de modo geral não adotou uma política distinta da do seu antecessor (a não ser por propor um ajuste mais gradual), não alterou o quadro, apesar das reduções nas metas referentes aos superávits nas contas públicas. A tal ponto isso se deu que, poucos meses depois, Dilma Rousseff acabou sendo deposta.

O governo de Michel Temer radicalizou a agenda neoliberal, visando sobretudo a redução dos gastos sociais, a redução de direitos e a diminuição do Estado. Os principais pontos de sua política foram os seguintes: 1) a emenda constitucional que estabelece o congelamento do gasto público em termos reais por vinte anos; 2) a reforma da previdência; 3) a reforma trabalhista; 4) o esvaziamento do BNDES e da Petrobrás; 5) a retomada do processo de privatizações; 6) a redefinição das regras e a entrega de áreas consideráveis do pré-sal ao capital estrangeiro; 7) a redução dos gastos com os programas sociais; 8) a manutenção da política de metas de inflação, que implica em juros elevados e câmbio valorizado.

É importante observar que o teto dos gastos públicos se refere apenas às despesas primárias. Dessa maneira, afeta fundamentalmente os gastos com investimento e com a área social, em particular a educação e a saúde, prejudicando os setores mais carentes da população⁹. As despesas referentes ao pagamento dos juros da dívida pública, que comprometem parte considerável das receitas federais¹⁰, ficaram fora dessa regra, podendo crescer sem restrições. A contenção dos gastos em outras áreas é justamente para assegurar que os juros da dívida serão rigorosamente pagos. A preservação dos interesses dos rentistas se dá, portanto, às custas da deterioração das condições de vida do grosso da população.

A aprovação da reforma trabalhista representou um ataque aos direitos históricos dos trabalhadores. Observa-se o aprofundamento da precarização das condições de trabalho e o arrocho dos salários, dado que abre a possibilidade, entre outros aspectos, de as empresas terceirizarem as suas atividades-fim. De modo geral, a reforma implica em redução de direitos e salários e deterioração das relações de trabalho, afetando negativamente também a arrecadação fiscal, os sindicatos, o consumo e a previdência social, devido à redução do número de trabalhadores com carteira assinada. Portanto, o crescimento econômico será afetado negativamente. Por outro lado, não gerará um aumento substantivo nos postos de trabalho, pois o nível de emprego depende, em grande medida, do ritmo da acumulação de capital e a política neoliberal tende a conter o crescimento econômico.

A Reforma da Previdência, que não foi aprovada, era outro pilar central da política econômica. Seu objetivo era controlar um déficit que, segundo o governo, seria insustentável, devido ao envelhecimento da população. O governo argumentava que a reforma seria imprescindível para resolver o problema dos gastos sociais que não cabem no orçamento. Questão que estaria esperando uma solução desde a Constituição de 1988. Mas na verdade a necessidade imperiosa da reforma para o capital se

⁹ Segundo Sicsú (2016), no período de vigência da medida, a estimativa de redução no gasto *per capita* com a saúde e a educação é de 6%, uma vez que haverá um crescimento vegetativo da população ante o congelamento em termos reais dos gastos públicos. Isto representará a reversão da tendência de incremento de gastos sociais observada nos governos Lula e Dilma. Entre 2006 e 2015, o gasto *per capita* na educação cresceu em 102% e na saúde em 44%.

¹⁰ Se não levarmos em consideração a parcela dos serviços da dívida pública refinanciada, o pagamento dos juros equivale a cerca de 45% das receitas. Porém, o gasto efetivo com essa rubrica é de cerca de 16% das receitas, sendo o segundo maior item de gasto, apenas atrás da Previdência Social.

encontra em outra parte. Sem a contenção dos gastos com a previdência social será impossível cumprir com o congelamento dos gastos públicos, a não ser à custa de drástica redução dos gastos sociais e dos gastos com investimento e custeio. Portanto, a reforma da previdência é vital para garantir a regra que assegura o pagamento dos juros da dívida. A proposta de reforma se baseia na extensão da idade mínima para a aposentadoria, no aumento das contribuições e na redução dos proventos. Esta proposta, caso aprovada, dificultará a aposentadoria e induzirá os trabalhadores com maior remuneração a recorrerem aos fundos privados de pensão, ampliando, dessa maneira, os espaços de valorização do capital fictício¹¹.

O discurso oficial argumenta que a aprovação das reformas, a contenção dos gastos e a maior abertura para o capital estrangeiro são fundamentais para a retomada do crescimento, pois estas medidas garantiriam as expectativas dos empresários, melhorariam a classificação de risco do país pelas agências internacionais e contribuiriam para reduzir as taxas de juros de forma consistente, graças às menores necessidades de financiamento do déficit público.

Esta argumentação, cara ao pensamento neoliberal, carece de fundamento. Em um contexto de queda acentuada do PIB, é muito difícil, como indicamos acima, estabilizar as contas públicas por meio de corte nos gastos, dado que a arrecadação tende a cair relativamente mais que a atividade econômica. Ao mesmo tempo em que o corte de gastos aprofunda a crise. Os neoliberais sabem disso. Não por acaso, Meireles, em 2016, estabeleceu uma meta de déficit fiscal de R\$ 170,5 bilhões, permitindo de fato uma majoração em termos reais de 5,3% dos gastos. Apesar de continuar defendendo a austeridade, esta medida, que contradiz o discurso neoliberal ortodoxo, acabou revelando-se uma política anticíclica. Assim como a liberação do FGTS. Estas medidas

¹¹ A respeito da Reforma da Previdência ver, entre outros, Fagnani (2016). De acordo esse autor, entre 2009 e 2015, a previdência urbana, devido ao crescimento da economia e do emprego, apresentou superávit. No mesmo período, a previdência rural apresentou déficit. Os problemas do sistema resultariam, sobretudo, do fato de aproximadamente oito milhões de pensionistas receberem pensões sem nunca terem contribuído ou contribuído por um curto espaço de tempo. Este seria o caso das aposentadorias rurais, que deveriam ser consideradas como um programa de renda mínima. Se assim fosse, as aposentadorias rurais não deveriam ser pagas com os recursos do sistema previdenciário. Esta questão estava clara já nas discussões da Assembleia Constituinte de 1988, que estabeleceu contribuições específicas para sanar esse problema, a saber: a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Todavia, os recursos provenientes desses impostos foram desviados, em parte, para outras finalidades, em particular para o pagamento de dívidas públicas desde 1989, por meio da Desvinculação dos Recursos da União (DRU) (FAGNANI, 2016).

ajudam a explicar a modesta recuperação verificada em 2017 (BASTOS; WELLE; OLIVEIRA, 2017)¹².

Apesar desse encaminhamento, o PIB, como já indicamos, retrocedeu em 2016. Por trimestre, a queda foi respectivamente a seguinte: 0,5%, 0,4%, 0,8% e 0,9%. Em relação ao ano anterior, o setor industrial recuou 4,6%, o agrícola 5,2% e os serviços 2,3%, conforme dados apresentados acima. A continuidade da recessão deveu-se sobretudo à elevação dos juros, ao corte do crédito¹³, ao declínio dos investimentos, que se contraíram em 12,1%, e à queda de 3,9% do consumo em relação ao ano anterior. Cabe destacar a retração do investimento público federal que, em 2015 e 2016, sofreu uma retração de 28,4%. Em uma situação de queda dos investimentos privados e do consumo, o investimento público ganha importância, pois consiste em um instrumento valioso para aumentar o gasto e assim estimular a retomada dos investimentos privados, contribuindo para a recuperação da economia (CARVALHO, 2018, p. 12). Contudo, a política de austeridade bloqueia essa possibilidade.

Neste contexto, as empresas foram diretamente atingidas pela retração dos financiamentos. Além de enfrentarem uma retração do crédito, as empresas estavam endividadas e apresentavam altos índices de capacidade ociosa. Em 2015, a utilização média da capacidade produtiva no setor industrial foi de 66%, a mais baixa desde 2001. No segundo semestre do ano seguinte, esse número foi de 65% (CNI, 2017). Em relação ao endividamento a questão também é grave¹⁴. Em uma situação de altas taxas de juros, de declínio do crédito, elevada capacidade ociosa, elevado endividamento, elevado desemprego e queda da renda do trabalhador, fica difícil uma retomada consistente do

¹² Conforme Bastos, Welle e Oliveira (2017, p. 9), “Não se deve subestimar a política contra cíclica realizada em 2016: a variação bruta da despesa representou um aumento de demanda de cerca de 1,7% do PIB. Segundo a Secretaria de Política Econômica (SPE), o resultado fiscal estrutural teve impulso fiscal positivo de 0,9% do PIB em 2016, praticamente igual ao da política contra cíclica de 2010”.

¹³ O crédito para as empresas, nos três primeiros trimestre de 2016, declinou respectivamente 12,5%, 13,9% e 16,4%. O mesmo aconteceu com o crédito para as famílias sendo que o crédito para a aquisição de veículos declinou 20,4%, 14,5% e 7,8% e o crédito pessoal diminuiu 14,8%, 8% e 9,8% respectivamente nos 3 primeiros trimestres de 2016 (BCB, 2018; DRUMMOND, 2016).

¹⁴ Segundo o Centro de Estudos do Mercado de Capitais do IBMEC, que realizou pesquisa com base em 605 empresas não financeiras, o endividamento, entre 2010 e 2015, foi crescente, comprometendo a capacidade de as empresas pagarem seus compromissos. Em 2015, a geração de receitas representou 58% das despesas financeiras da amostra pesquisada. Do total desta amostra, 49% não conseguiram gerar caixa necessário para cobrir as despesas financeiras, contra 22,6%, em 2010. No primeiro semestre de 2016, 54,9% das empresas pesquisadas não lograram gerar caixa suficiente para cobrir suas dívidas. Este desempenho resultou da desvalorização da moeda, da recessão e da elevação da taxa de juros (CEMEC, 2016; DRUMMOND, 2016).

crescimento. Mas como então explicar a retomada da atividade econômica a partir de 2017?

A frágil retomada da economia (2017-2018)

Em 2017, o PIB, como já foi assinalado, cresceu 1,1% em relação a 2016, o que o levou ao mesmo patamar do primeiro semestre de 2011. O PIB per capita ficou praticamente estagnado ao crescer 0,2%. Esta expansão deveu-se, sobretudo, ao desempenho da agricultura, que sofreu um incremento de 12,5%, ante uma retração de 5,2% no ano anterior. Cabe destacar o aumento das safras de milho e soja, que cresceram respectivamente 55,2% e 19,4%. Embora a agricultura corresponda a apenas 5,3% do PIB, seus encadeamentos com outros setores contribuíram para a expansão global da economia, sendo responsável por 0,7% do valor adicionado ao PIB. A boa safra, contudo, não se repetiu em 2018, tendo o setor apresentado um crescimento de apenas 0,1%. O setor de serviços apresentou uma expansão de 0,5%, cabendo destacar o desempenho do comércio e dos transportes. A indústria ficou estagnada em 2017. Enquanto a atividade extrativa cresceu 4,2%, a construção civil recuou 5%. A indústria de transformação não cresceu (IBGE, 2018b).

Pela ótica das despesas, o consumo das famílias, que representa 63,4% do PIB, cresceu 1,4%. Resultado superior ao do ano anterior, quando a queda no consumo foi de 3,9%. Esta elevação decorreu da queda da inflação, da liberação de recursos do FGTS de cerca de R\$ 45 bilhões e de uma pequena melhora no emprego. Porém, é importante assinalar que o crescimento do emprego se deveu, sobretudo, à ampliação de vagas informais, de menor remuneração e precárias¹⁵. Processo estimulado pelas novas regras que constam da reforma trabalhista. O consumo do governo retraiu-se em 0,9%, sobretudo devido à redução dos investimentos públicos. Isto afetou negativamente a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que caiu 2,5%. A FBCF correspondeu a 15% do PIB, em 2017, contra 15,6%, em 2016. Além da retração dos investimentos estatais, a forte queda do setor de construção

¹⁵ A taxa de desemprego anual média, em 2014, foi de 6,8%. Subiu para 11,5%, em 2016, e atingiu a cifra de 12,7%, em 2017. No primeiro trimestre de 2018, foi de 13,1%, contra 11,8% do último trimestre de 2017. No primeiro trimestre deste ano, a taxa média de desemprego tinha sido de 13,7% (IPEADATA, 2018). O rendimento médio mensal real da população residente ocupada e maior de 14 anos foi de R\$ 2.124,00, em 2016. Em 2017, caiu para R\$ 2.112,00 (IBGE, 2018c). O salário médio, em outubro de 2018, foi de R\$ 2.222,00.

civil, que responde por 52,2% dos investimentos totais, afetou negativamente o nível dos investimentos. O fraco desempenho dos investimentos indica que a recuperação é ainda muito frágil. Também contribuiu positivamente o saldo de US\$ 67 bilhões da balança comercial, o maior em 29 anos (IBGE, 2018b).

O baixo desempenho do consumo e a queda do investimento em relação ao PIB indicavam o fôlego curto da recuperação. Soma-se a isso um quadro internacional mais difícil, marcado pelo acirramento das disputas políticas e comerciais entre os EUA e a China, pelo baixo desempenho de vários países centrais e pelo crescente endividamento de bancos e empresas de porte global. Sem alteração da política econômica não haverá uma retomada vigorosa do crescimento econômico (IBGE, 2018a).

Os números do PIB de 2018 confirmaram essa hipótese. O PIB cresceu 1,1% e a economia encontra-se no mesmo patamar de 2012. O crescimento foi puxado pelo setor de serviços que cresceu 1,3%, enquanto a agropecuária cresceu 0,1% e a indústria 0,6%. Pelo lado da demanda, o consumo das famílias cresceu 1,9%, e o do governo 0,0%. A queda dos juros e a estabilidade da inflação explicam o modesto crescimento do consumo, apesar do alto desemprego. Todavia, o fato do crescimento do emprego estar concentrado em postos de trabalhos informais inibe uma recuperação do consumo, devido ao menor rendimento proporcionado por este tipo de emprego e à precariedade que o caracteriza, gerando uma situação de grande insegurança para o trabalhador¹⁶. Os investimentos crescem 4,1%, representando cerca de 17% do PIB. Mas, esse crescimento em grande parte se deve a alterações na metodologia de cálculo do PIB, sem a qual a taxa cai para 16,1%. A contribuição do setor externo foi negativa, uma vez que as importações apresentaram um crescimento superior ao das exportações. A taxa de investimento em relação ao PIB situou-se em 15,8%, e, embora maior que a do ano anterior, mostrou-se claramente insuficiente para garantir um crescimento sustentável. O desemprego ainda continua bastante elevado. Em 2018, a taxa média de desocupação foi de 12,3% da PEA, contra 12,7% do ano anterior (IBGE, 2018). Este desempenho indica que

¹⁶ Em 2018, a taxa média de desemprego foi de 12,3%, contra 12,7% no ano anterior. No último trimestre de 2018, o trabalho informal cresceu 3,8% em relação ao mesmo período de 2017. O trabalho por conta própria, neste mesmo intervalo de tempo subiu 2,8%, enquanto o trabalho com carteira assinada caiu 1%. Em 2017, os trabalhadores sem carteira assinada correspondiam a 40,8% da população ocupada e ganhavam apenas 48,5% da remuneração dos trabalhadores formais (IBGE, 2018a).

o Brasil provavelmente entrou em uma fase de baixo crescimento, reforçada por uma situação internacional instável.

Enfim, os indícios sugerem que a retomada do crescimento em 2017 e sua continuidade em 2018 estão calcadas em bases frágeis. O consumo das famílias em virtude do desemprego elevado, do endividamento e da oscilação do rendimento médio não será capaz de puxar um crescimento vigoroso, como ocorreu nos governos de Lula da Silva. O Estado, por seu turno, não poderá ampliar investimentos, pois seus gastos estão congelados em termos reais em um nível muito baixo. Os efeitos positivos dos superávits comerciais dependem de variáveis que fogem ao controle do país. Mesmo que estes superávits permaneçam elevados, não parece que eles terão condições de desencadear um vigoroso crescimento; além disso, a instabilidade da economia mundial não permite aceitar sem reservas esta possibilidade. O elevado endividamento das empresas, que piorou para aquelas endividadas em dólar devido à desvalorização do real, e o alto nível de capacidade ociosa, numa situação de baixa taxa de lucro e demanda fraca, continuaram a segurar um incremento vigoroso dos investimentos, que seria capaz de desencadear um crescimento sustentado, não obstante a queda dos juros, que continuam, contudo, tendo uma das taxas mais altas do mundo¹⁷.

A proposição dos neoliberais, segundo a qual os superávits primários, o equilíbrio fiscal e a queda da relação dívida pública/PIB lograrão determinar uma redução dos juros e dessa maneira criar as condições para um acelerado crescimento, parece não se sustentar. Até o momento, não se observam substantivos superávits primários e nem redução da dívida pública em relação ao PIB. Relação que continua ascendente, apesar da política de austeridade. Os interesses que sustentam esta política não querem uma redução dos juros. O objetivo da política em vigor é, entre outros aspectos, manter os juros elevados. Além disso, os patamares escorchantes das taxas de juros estão diretamente

¹⁷ Em maio de 2013 a SELIC, que estava em 7,5%, começou uma trajetória ascendente que culminou em agosto de 2016, quando a taxa atingiu a cifra de 14,25%. A partir daí declinou até atingir o patamar de 6,5% em abril de 2018, sendo que neste mês a taxa acumulada de inflação dos 12 meses anteriores foi 2,76% (BCB, 2018). Em fevereiro de 2018, a taxa real oficial de juros no Brasil foi de 2,61%, enquanto nos EUA, na Zona do Euro, no Japão e na China este número foi respectivamente o seguinte: -0,45%, -1,10%, -1,5% e 1,45%. A média para as principais economias do mundo foi de 0,93%. Em dezembro de 2018, a SELIC estava em 6,5%, para um a inflação de 3,75%, enquanto na Argentina a taxa de juros, neste mesmo período, estava em 50,22% para uma inflação de 48,9%, na Coréia do Sul esses números eram respectivamente os seguintes: 1,75% e 0,9%. Nos EUA, os juros eram de 2,5% e a inflação de 1,6%. Na zona do euro 0,0% para uma inflação de 1,5%. A taxa de juros do Brasil estava no mesmo patamar de países como Turquia e Rússia (TRADING ECONOMICS, 2018; IBGE, 2018a).

vinculados à elevada centralização de capitais no setor bancário, um dos mais lucrativos da economia brasileira.

É preciso ver com cautela a relação entre essas variáveis. De acordo com Belluzzo e Galípulo (2017), diversos países têm déficits primários elevados ao mesmo tempo em que as taxas de juros são baixas. Os autores citam o caso do Japão, que, embora apresente déficits primários da ordem de 6,0% do PIB e elevada relação dívida pública/PIB, tem taxas de juros reduzidas. Em 2015, o México apresentou um déficit primário de 0,8% do PIB, mas sua taxa básica de juro foi de 4,25% ao ano. O Brasil, entre 2007 e 2014, obteve superávits primários da ordem de 2% do PIB e a taxa alcançou o nível de 14%. Quando, durante o governo de Dilma Rousseff, entre 2011 e 2013, houve uma redução da taxa de juros, em um contexto de juros internacionais bastante baixos, de inflação dentro das metas estabelecidas pelo Banco Central, de superávits primários e queda da relação dívida pública/PIB, os neoliberais protestaram veementemente, argumentando que a redução dos juros era artificial devido às pressões inflacionárias, não obstante defenderem que a queda dos juros dependeria de superávits primários e da queda da relação dívida/PIB. A queda dos juros foi um dos fatores da acirrada oposição que estes setores, com irrestrito apoio da grande imprensa, desencadearam contra o governo de Dilma Rousseff.

A política de metas de inflação, câmbio flexível e superávits primários consiste em uma das maiores expressões do controle da política econômica pelos interesses financeiros. Para os setores vinculados ao capital financeiro, o ajuste fiscal deve recair nas costas dos trabalhadores. Não por acaso os dispêndios financeiros não terão teto segundo o novo preceito constitucional. O ajuste deverá ocorrer a partir do arrocho dos gastos com as aposentadorias, os salários dos servidores, a saúde, a educação e os investimentos. Estes setores buscam impor um consenso de acordo com o qual não haveria alternativa à crise brasileira senão a redução da participação dos gastos sociais no PIB. Trava-se no Brasil, portanto, uma intensa luta de classes em torno do destino do fundo público.

Considerações Finais

A economia brasileira acompanhou a tendência de baixo crescimento da economia mundial. De 2011 a 2014 desacelerou

e entrou em recessão em 2015 e 2016. As causas da recessão são diversas. Contudo, cabe destacar a política adotada no segundo governo Dilma e aprofundada após o processo de *impeachment* pelo governo Temer. Esta política, que visa o desmonte do Estado, baseia-se nos juros elevados, no corte do crédito, no ajuste fiscal, no congelamento dos gastos públicos, nas privatizações e na redução dos direitos sociais e trabalhistas. Dessa forma, visa assegurar a utilização do fundo público para sustentar a valorização do capital fictício. Portanto, representa um amplo ataque aos direitos sociais, aos salários e ao emprego.

A retomada do crescimento em 2017 e 2018 tem bases frágeis. De um lado, a baixa taxa de lucro, os juros elevados, o alto nível de capacidade ociosa e o endividamento das empresas inibem os investimentos. De outro, o elevado desemprego, a queda do rendimento médio dos trabalhadores e o endividamento das famílias impedem um incremento maior do consumo. O Estado se mostra sem condições de aumentar o investimento público. Dificilmente o bom desempenho do setor exportador conseguirá assegurar um crescimento acelerado. Soma-se a isso o quadro internacional instável e a intensa luta política interna. Tudo indica que a economia brasileira continuará apresentando um baixo nível de crescimento nos próximos anos.

CORSI, F. L. From recession to fragile recovery: an analysis of economic policy (2015-2018). *Perspectivas*, São Paulo, v. 52, p. 29-46, jul./dez. 2018.

■ **ABSTRACT:** *This article discusses economic policy in the period between 2015 and 2018 from a critical perspective. We discussed the causes of the strong recession of 2015 and 2016, attributing to neoliberal policy a great responsibility in triggering and deepening the crisis. We also address the fragile resumption of 2017-2018. We seek to critique the proposition that the central problem of the economy would be the fiscal crisis, indicating that the fiscal crisis stems largely from the high interest rate policy advocated by financial capital. We also point out that the Brazilian economy has to be analyzed in the context of the crisis of global capitalism.*

■ **KEYWORDS:** *Economic Policy. Recession. Crisis. Neoliberalism.*

Referências

BASTOS, P. P. Z. Austeridade para quem? A crise global do capitalismo neoliberal e as alternativas no Brasil. Campinas, IE-UNICAMP, Texto para Discussão, n. 258, 2015.

BASTOS, P. P. Z.; WELLE, A.; OLIVEIRA, A. L. M. Há uma recuperação sustentada da economia brasileira? O PIB de 2017 e o peso da austeridade. Campinas: IE-UNICAMP/ CECON (Nota n. 2), 2017.

BCB - Banco Central do Brasil. Disponível em: www.bcb.gov.br. Acesso em: 4 jun. 2018.

BELLUZZO, L. G. de M.; GALÍPOLO, G. *Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo*. Campinas: FACAMP, 2017.

CARVALHO, L. *Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia, 2018.

CARVALHO, L. M. O papel das políticas anticíclicas e o agravamento dos desequilíbrios macroeconômicos (2009-2013). In: RIBEIRO, J. S. P.; BASTOS, E. K. X. (Orgs.). *Economia Brasileira no período 1987-2013*. Brasília: IPEA, 2015.

CEMEC. *O endividamento das empresas brasileiras*. São Paulo: IBMC, 2016.

CNI. Ociosidade na indústria será maior em 15 anos. *Portal da Indústria*. 28 jul. 2016. Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/economia/ociosidade-na-industria-em-2016-sera-a-maior-em-15-anos/>. Acesso em: 1 jun. 2018.

CORSI, F. L. A crise econômica brasileira: a questão do fundo público. In: CORSI, F.; SANTOS, A.; CAMARGO, J. M. (Orgs.). *A conjuntura brasileira e latino-americana em um contexto de crise*. Bauru: Canal 6, 2017.

DRUMOND, C. A economia brasileira à beira do precipício. *Carta Capital*, 11 nov. 2016. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/revista/926/a-beira-do-precipicio>. Acesso em 1 jun. 2018.

FAGNANI, E. Previdência social: reformular ou destruir? In: JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. (Orgs.). *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo, Boitempo, 2016.

GONÇALVES, R. *Desenvolvimento às avessas*. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

IBGE. Série Estatísticas, 2018a. Disponível em: http://serie.sestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=0&no=12. Acesso em: 7 mai. 2018.

IBGE. Contas nacionais trimestrais, 2018b. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/5452d8356484c9bf115862b4f64d9079.pdf. Acesso em: 7 mai. 2018.

IBGE. PNAD Contínua, 2018c. Disponível em https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/dfeaf40d4002b0dc82313d93f9003b32.pdf. Acesso em: 10 mai. 2018.

IPEADATA. Ipeadata. Disponível em: www.ipeadata.gov.br. Acesso em: 10 mai. 2018.

SICSÚ, J. *Dez anos que abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro: Geração, 2013.

SICSÚ, J. A PEC 241 não é para equilibrar as contas públicas. 2016. In: *Blog Boitempo*. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/dossies-tematicos/nao-a-pec-241/>. Acesso em: 10 mai. 2018.

JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. (Orgs.). *Por que gritamos golpe?* Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

TRADING ECONOMICS. Indicadores. Disponível em: <https://tradingeconomics.com>. Acesso em: 10 mai. 2018.

GUERRA HÍBRIDA NO BRASIL: O CASO LULA

Marina Gusmão de MENDONÇA¹

■ **RESUMO:** Desde a independência, em 1822, a história do Brasil tem sido uma sucessão de golpes de Estado ou de tentativas de golpe. Em todas essas ocasiões, o que está em jogo, por parte da classe dominante e de setores das classes médias, é a iniciativa de estabelecer controle jurídico-político sobre o Estado, impedindo que a classe trabalhadora tenha acesso a uma maior participação na renda nacional e aos benefícios do desenvolvimento, além de procurar entregar as riquezas nacionais para o capital externo. Nesse contexto, uma guerra híbrida está sendo travada contra o Brasil em favor dos interesses de grandes empresas estrangeiras, especialmente as maiores petrolíferas, que buscam se apropriar das riquezas do pré-sal. E um dos principais mecanismos desta guerra híbrida é o chamado *lawfare*, ou seja, a utilização de instrumentos legais e do sistema de justiça para perseguir e destruir adversários políticos. Essa tática está sendo obviamente usada contra o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, condenado a vários anos de prisão e impedido de concorrer à Presidência da República no pleito de outubro de 2018.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Brasil. Guerra híbrida. *Lawfare*. Presidente Lula.

Desde a Independência, em 1822, a história do Brasil tem se configurado como uma sucessão de golpes ou tentativas de golpe de Estado. De fato, ao longo de todo esse período, o país viveu crises políticas que ameaçaram a ordem constitucional ou levaram ao seu rompimento². Em todas essas ocasiões, o que

¹ UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo. Escola Paulista de Política, Economia e Negócios. Departamento de Relações Internacionais. Osasco – SP – Brasil. 06110-295. marinamendonca@uol.com.br.

² Dentre os principais episódios, destacam-se: a abdicação de D. Pedro I ao trono imperial, em 1831; a decretação da maioridade de D. Pedro II, em 1840; a Proclamação da República, em 1889; a renúncia do Marechal Deodoro da Fonseca à Presidência, em 1891; a Revolução de 1930; a chamada Revolução Constitucionalista, em 1932; a implantação da ditadura do Estado Novo, em 1937; a deposição de Getúlio Vargas, em 1945; a tentativa de se impedir a posse de Vargas, em 1950; a deposição e o suicídio

estava em jogo era o objetivo, por parte das classes dominantes e de setores das classes médias, de estabelecer controle jurídico-político sobre o Estado e impedir o acesso das camadas populares a uma maior participação na renda nacional e aos benefícios do desenvolvimento econômico, além de entregar as riquezas do país ao capital estrangeiro. E, pelo menos desde 1950, em todos os episódios, as classes dominantes, aliadas aos meios de comunicação e ao capital internacional, buscaram cooptar as classes médias e mesmo alguns setores das classes trabalhadoras por meio de denúncias de corrupção no governo e da disseminação de um moralismo pretensamente apolítico.

Na atualidade, esses objetivos levaram à adoção de táticas preconizadas pela chamada guerra híbrida (KORYBKO, 2018 apud LUCENA; LUCENA, 2018)³ e conduziram o país à maior crise política de sua história. Com efeito, desde as manifestações ocorridas no mês de junho de 2013 já se prenunciava um conflito econômico, social e político sem precedentes. Em março de 2014, mais um passo foi dado nesse sentido, com o início da chamada Operação Lava Jato que levou à prisão de várias lideranças do Partido dos Trabalhadores (PT) e de dirigentes responsáveis por algumas das principais empresas brasileiras. Finalmente, o conflito aberto viria a partir da reeleição da presidente Dilma Rousseff, em outubro de 2014, quando, mal fechadas as urnas, a oposição derrotada deixou clara a não aceitação dos resultados. A partir de então, o Brasil teve sua economia praticamente paralisada, as instituições perderam completamente a legitimidade, e a extrema-direita adquiriu uma popularidade jamais vista.

de Getúlio, em 1954; a tentativa de impedir a posse de Juscelino Kubitschek e o subsequente “golpe preventivo”, em 1955; a Revolta de Jacareacanga, em 1956; a Revolta de Aragarças, em 1959; a chamada solução parlamentarista, que reduziu os poderes presidenciais de João Goulart, 1961; o golpe de 1964; o *impeachment* do Presidente Fernando Collor de Mello, em 1992; e, finalmente, a deposição da Presidente Dilma Rousseff, em 2016.

³ De acordo com o cientista político norte-americano Andre Korybko, “As guerras híbridas são conflitos identitários provocados por agentes externos, que exploram diferenças históricas, étnicas, religiosas, socioeconômicas e geográficas em países de importância geopolítica por meio da transição gradual das revoluções coloridas para a guerra não convencional, a fim de desestabilizar, controlar ou influenciar projetos de infraestrutura multipolares por meio do enfraquecimento do regime, troca do regime ou reorganização do regime” (KORYBKO, 2018 apud LUCENA; LUCENA, 2018). Referindo-se ao caso brasileiro, acrescenta: “Há uma guerra híbrida muito intensa sendo travada no Brasil neste momento e afeta todos os aspectos da vida de cada cidadão [...]. Ao longo dos últimos dois anos, agentes externos vêm tentando muito sutilmente condicionar a população para voltá-la contra o Partido dos Trabalhadores, usando instrumentos como a Operação Lava Jato, apoiada pela NSA, que tomou vida própria” (Idem). NSA é a sigla em inglês para *National Security Agency*, uma das principais agências norte-americanas de segurança.

Neste quadro, salta aos olhos o caráter de guerra híbrida movida contra o país pelos Estados Unidos (EUA) e pelas demais potências capitalistas, em defesa dos interesses de grandes empresas internacionais, entre as quais se destacam as principais petroleiras, ansiosas por se apropriar das riquezas petrolíferas brasileiras. E um dos principais instrumentos dessa guerra híbrida é o chamado *lawfare* (RODRIGUES, 2018, p. 81)⁴, ou seja, a utilização da legislação e do sistema judiciário para perseguir e destruir adversários políticos.

Essa tática voltou-se de forma evidente contra o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, condenado a 12 anos e um mês de reclusão e preso em 7 de abril de 2018. O objetivo era óbvio: impedi-lo de concorrer às eleições presidenciais de outubro de 2018 e atingir o PT e toda a esquerda.

Nesse texto, procuraremos expor os principais mecanismos de *lawfare* utilizados contra o Presidente Lula, culminando numa condenação carente de base jurídica e numa prisão que pode ser considerada com tendo caráter político.

A guerra híbrida contra o Brasil

No início de seu primeiro mandato presidencial, em 2011, Dilma Rousseff contou com ampla aprovação, pois a economia continuava crescendo, e as políticas voltadas para os setores populares puderam ser mantidas. No entanto, ainda naquele ano, começou a desaceleração da economia chinesa e agravou-se a crise econômica na Europa, o que geraria sérios impactos em países exportadores de *commodities*, como é o caso do Brasil. Por outro lado, também em 2011, o governo passou a enfrentar um dos problemas crônicos da economia brasileira, qual seja, o fato de o país manter, desde o início da década de 1980, uma das taxas

⁴ Segundo Eder Bomfim Rodrigues, o *lawfare* é “[...] uma prática de um uso perverso e de manipulação da lei que tem por objetivo aniquilar a reputação e promover o maior número de ações judiciais contra alguém, mesmo que todas essas ações sejam desprovidas de fundamentos jurídicos mínimos. A finalidade é prejudicar uma pessoa, independentemente se há violações da Constituição e desrespeito aos direitos fundamentais por parte do aparato estatal. O que está em jogo na *lawfare* é o uso indevido do direito para se alcançar um fim no âmbito político. Trata-se de uma prática fraudulenta e perversa que leva o direito a ser utilizado como um mecanismo de exclusão de alguém do universo da cidadania e de sua transformação em um inimigo a ser caçado e deslegitimado. Nesse ambiente persecutório, há uma ampla divulgação na mídia de todas as ações e procedimentos judiciais efetuados e aqueles ainda a serem realizados. Com isso, há uma atuação seletiva e espetacularizada do Judiciário, do Ministério Público e das forças policiais, tudo com o claro objetivo de mostrar o ‘funcionamento transparente’ das instituições estatais e influenciar a opinião pública em torno de um ou de todos os casos que envolvam uma pessoa processada” (RODRIGUES, 2018, p. 81).

de juros mais altas do mundo, dinâmica que vem provocando desindustrialização, redução da capacidade de investimento do Estado e das empresas, e aumento acelerado da dívida pública. Os juros começaram, então, a ser gradativamente reduzidos pelo Banco Central (BC). Contudo, a medida afetava grandes interesses do capital financeiro, nacional e internacional, e dos setores rentistas das classes dominante e média. A partir de então, teria início uma campanha implacável de desestabilização do mandato de Dilma Rousseff, conduzida principalmente pelos principais meios de comunicação do país, que não cansavam de fazer acusações de incompetência e de corrupção no governo (LOPES, 2016, p. 119-125).

Um grande impulso nessa campanha ocorreria a partir do segundo semestre de 2012, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou o julgamento dos acusados no “escândalo do Mensalão” (LEITE, 2013), que havia eclodido em 2005, ainda no primeiro governo Lula. As sessões da corte passaram a ser transmitidas ao vivo pela televisão, como se fossem capítulos de novela, e os meios de comunicação dedicaram edições inteiras a fazer acusações gravíssimas contra os principais líderes do PT. Ademais, o julgamento coincidiu com a campanha eleitoral de 2012: nesse pleito seriam escolhidos os prefeitos de todas as cidades do país e os integrantes das Câmaras Municipais. O PT tinha chances de eleger um grande número de prefeitos, inclusive em algumas das maiores capitais de estados, como é o caso de São Paulo. Portanto, além de mobilizar os ânimos moralistas da classe média (SOUZA, 2017; CHAUI, 2016; SOUZA, 2016) e de alguns setores populares contra o partido, os meios de comunicação mostravam claramente que pretendiam influir nos resultados das eleições municipais.

O julgamento terminou depois do pleito, e nele foram condenados alguns dos principais quadros do PT. Além disso, a televisão mostrou ao vivo, com bastante estardalhaço, a prisão de José Dirceu e de José Genoíno, ex-militantes contra a ditadura militar e importantes dirigentes do partido. Finalmente, no início de 2013, tomaram posse os prefeitos eleitos em outubro de 2012, destacando-se Fernando Haddad, do PT, escolhido para governar São Paulo, a maior cidade do país. Todavia, e apesar de concluído o julgamento, a campanha dos meios de comunicação contra o partido não arrefecia.

Por outro lado, a situação econômica se agravava, com a redução acentuada dos saldos na balança comercial, o aumento da

inflação e o crescimento da dívida pública. E, a partir do momento em que várias prefeituras e governos estaduais aumentaram os preços do transporte público, começaram diversas manifestações populares, fortemente reprimidas pela polícia, especialmente em São Paulo. A reação foi imediata: em junho de 2013, as ruas das principais cidades do país foram tomadas por manifestantes, que reagiam à repressão. E quanto mais a polícia atuava, mais aumentava o número de participantes.

No princípio, os meios de comunicação trataram o episódio de forma negativa, acusando os manifestantes de tumultuar a vida de cidadãos pacatos e apoiando a repressão. No entanto, à medida que os conflitos se agravavam e se espalhavam pelo país, a imprensa passou a tentar manipulá-los, mencionando-os como expressão da democracia, condenando a repressão e tentando responsabilizar o governo federal pelo que acontecia⁵. A partir de então, as manifestações foram tomadas por setores de classe média, que passaram a atacar o governo, dizendo-se apolíticos e favoráveis ao combate implacável contra a corrupção (SOUZA, 2016). E a popularidade de Dilma Rousseff, que em março de 2013 havia chegado a 65%, caiu para 57% pouco antes dos protestos, e para 30% no final de junho (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013).

Com o sucesso da tática, os meios de comunicação não deram trégua ao governo, responsabilizando a suposta incompetência de Dilma pelo agravamento da situação econômica, exigindo o aumento dos juros para conter a inflação e dando notícias ininterruptas – mesmo sem provas – sobre a corrupção no governo, procurando sensibilizar principalmente a classe média. A partir de março de 2014, quando se iniciou a chamada Operação Lava Jato (LEITE, 2015), instaurou-se uma verdadeira guerra dos meios de comunicação contra o PT e o governo, responsabilizando-os por toda a corrupção existente na máquina pública.

Saliente-se, porém, que a campanha contra o governo de Dilma Rousseff não foi suficiente para evitar sua reeleição em outubro de 2014. Todavia, a vitória por uma margem inferior a 2% dos votos foi o mote para que se desencadeasse o ataque final ao PT e a todas as forças de esquerda. A estratégia, baseada na paralisação do governo, na divulgação diária de denúncias de corrupção e na destruição da economia, culminaria, como se sabe,

⁵ Lembre-se que a repressão era feita principalmente pela Polícia Militar (PM), força subordinada aos governos estaduais.

no *impeachment* da presidente em 31 de agosto de 2016⁶, abrindo caminho para as forças derrotadas desde 2002, e que, a partir de então, se empenharam em implantar uma agenda político-econômica ultraneoliberal (LÖWY, 2016, p. 61-67; PAULANI, 2016, p. 69-75; SOUZA, 2016).

Com efeito, desde o seu início, o governo de Michel Temer não poupou esforços para eliminar grande parte dos avanços sociais dos trabalhadores, obtidos não apenas durante os mandatos do PT, mas principalmente após a Constituição de 1988, chegando a atingir até mesmo aqueles conquistados a partir da Revolução de 1930. Tampouco hesitou em promover a entrega das riquezas nacionais ao capital estrangeiro, como revelam a mudança da legislação no que diz respeito à exploração de petróleo na camada de pré-sal e os leilões realizados desde então, pelos quais empresas petroleiras estrangeiras conquistaram o direito de explorar quase sem ônus essas reservas (BERCOVICI, 2017).

Mas restava um problema para as classes dominantes brasileiras e os interesses internacionais: as eleições presidenciais previstas para outubro de 2018, cujo resultado era imprescindível de controlar. O maior temor dos grupos que se apossaram do poder em 2016 era a eventualidade de o Presidente Lula se candidatar novamente ao cargo e vencer o pleito. Era preciso, pois, afastar de toda forma essa hipótese. E isto foi feito a partir das medidas voltadas para condenar o Presidente Lula por algum crime⁷, num caso de *lawfare* que se tornou um paradigma para o combate a todos os governos populares que se opusessem ao avanço dos interesses do capital estrangeiro⁸.

⁶ Inúmeros juristas denunciam o fato de que o *impeachment* da Presidente Dilma se configurou como um golpe de Estado parlamentar, uma vez que as acusações a ela feitas por crime de responsabilidade não tinham fundamento jurídico (BERCOVICI, 2016).

⁷ De acordo com o art. 2º, I, e, da Lei Complementar 135/2010, “são inelegíveis para qualquer cargo os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 anos após o cumprimento da pena”.

⁸ Alguns casos e sua cronologia são extremamente significativos: abertura de processos por suposta prática de corrupção contra a ex-presidente da Argentina, Cristina Kirchner, em 2/11/2017 e 6/3/2018; a prisão ocorrida em 9/4/2018, na Colômbia, do deputado eleito pelo partido das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), Jesús Santrich, com o objetivo de extraditá-lo para os EUA, sob a acusação de conspiração para exportar cocaína para aquele país; no Equador, a condenação a 6 anos de prisão por corrupção do vice-presidente, Jorge Glas, em 14/12/2017, a expedição de ordem internacional de captura e prisão do ex-presidente Rafael Correa, em 3/7/2018, e a prisão, em 17/6/2018, em Madri, do advogado Pablo Romero, que integrou a equipe de governo de Correa (ROMERO, p. 2-4).

A Operação Lava Jato

Os fatos apontados até aqui deixam evidente a articulação entre a imprensa, a classe dominante brasileira e o capital internacional na construção de um cenário político com vistas a promover a retomada do poder por representantes desses setores. Como visto, a retórica da moralidade política teve um papel central em diversos momentos da história política do país. Contudo, na sua versão mais recente, a mobilização de parcela considerável da opinião pública contra o governo foi possível também por alterações normativas e a adoção de novas posturas institucionais. Desse modo, cabe fazer um breve apanhado das mudanças ocorridas na doutrina e na prática jurídicas.

Com o pretexto de combate à corrupção, a maior parte das ações de alta repercussão na recente crise política brasileira está atrelada ao que se convencionou chamar de Operação Lava Jato⁹, correspondente a uma investigação iniciada pela Polícia Federal (PF) em março de 2014, na qual se revelou uma série de atos ilícitos vinculados à lavagem de dinheiro e a corrupção. Após diversas fases e com o acompanhamento do Ministério Público Federal (MPF), a operação estima que os valores envolvidos nas ações investigadas atinjam mais de uma dezena de bilhões de dólares, abrangendo quadros dos principais partidos do país, além de grandes companhias estatais ou de economia mista (como a Petrobrás) e privadas (como as grandes construtoras)¹⁰.

Antes de discutir os elementos da prática jurídica que vêm servindo de base à Lava Jato, é preciso mencionar um aspecto sistêmico que garantiu tanto o funcionamento quanto

⁹ Segundo Luiz Alberto Moniz Bandeira, a Operação Lava-Jato “[...] constitui uma intervenção estrangeira no Brasil, com [...] manipulação da lei e de processos judiciais, delações como negócio, um jogo de mercado em que o preço é a redução da pena, com fins políticos e militares, o desmantelamento do Brasil como potência regional, parte de uma guerra jurídica, assimétrica, uma *lawfare*, conforme conceito desenvolvido pelo Coronel da Força Aérea dos Estados Unidos, Charles J. Dunlap Jr., no ensaio “Law and military interventions: preserving humanitarian values in 21st conflicts”, apresentado na Duke Law School, em 2001. E assim interesses estrangeiros, a elite financeira internacional e amplos setores do empresariado brasileiro, com o apoio da mídia corporativa, assenhoreiam-se do Executivo, do Congresso e até de parte do Ministério Público e do Judiciário” (MONIZ BANDEIRA, 2017, v. 1, p. 19).

¹⁰ De acordo com Afrânio Silva Jardim, “[...] convencionou-se chamar de ‘Operação Lava Jato’ toda atividade persecutória judicial voltada para ‘combater’ os crimes de corrupção decorrentes de contratos ilegais firmados entre empresários e algumas empresas de economia mista (Petrobrás, Eletrobrás), bem como com o BNDES, em conexão com o financiamento eleitoral de campanhas. [...] A Lava Jato começa nos idos de 2014, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, onde o juiz Sérgio Moro, titular da 13ª Vara Federal, acumula ampla competência para ‘atuar’ em inquéritos policiais, tendo o Ministério Público Federal criado o que chamou de ‘Força Tarefa’, com atribuição exclusiva de Procuradores da República, Delegados da Polícia Federal, Auditores da Receita Federal e grande estrutura de apoio” (JARDIM, 2017, v. 1, p. 106-107).

o alcance da investigação. Trata-se da autonomia institucional concedida aos dois órgãos patrocinadores da Lava Jato: a Polícia Federal (PF) e o Ministério Público Federal (MPF). Nos últimos mandatos presidenciais, é possível notar que, embora a PF estivesse formalmente submetida ao Ministério da Justiça (MJ), não houve qualquer ingerência desse órgão na sua dinâmica, diferentemente do que ocorreu em outros momentos. O mesmo se verificou com o MPF, cuja independência pode ser comprovada de diversas formas, inclusive pela reiterada chancela do Presidente da República a um nome pertencente à própria instituição como seu Procurador-Geral. Em ambos os casos, a autonomia funcional criou condições para uma atuação desvinculada das subordinações típicas das relações hierárquicas, possibilitando que essas instituições ficassem sujeitas à infiltração de agendas corporativistas, de anseios individuais e de interesses partidários.

Uma das principais inovações do ordenamento jurídico brasileiro que fortaleceu as ações ligadas à Lava Jato foi patrocinada pelo governo de Dilma Rousseff: a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013). Encaminhado pelo Executivo ao Congresso, o projeto de lei originou um diploma legal em que o corruptor – até então convenientemente tratado como vítima do agente corrupto por parte da jurisprudência e da opinião pública no Brasil – passava a ser expressamente responsabilizado. Ademais, a lei estabelece que uma empresa envolvida em atos de corrupção será punida mesmo não havendo participação direta de seus proprietários, bastando ocorrer ato que beneficie a pessoa jurídica. Notem-se dois aspectos fundamentais da Lei: a punição por multa em até 20% do faturamento bruto anual da companhia e a perspectiva de um acordo de leniência, pelo qual é possível obter a redução em até dois terços da pena imposta à pessoa jurídica frente ao reconhecimento da autoria do ilícito e à colaboração com as investigações. O valor da punição (capaz de inviabilizar financeiramente a empresa) e as compensações oferecidas pelo acordo de leniência criam condições para a generalização do uso do instituto.

Outra alteração recente, que transformou profundamente a dinâmica do processo penal brasileiro, foi o advento da Lei 12.850/2013. Esse diploma legal trata do instituto jurídico da colaboração premiada (YAROCHEWSKY, 2017, p. 41-55) – algo já presente há mais de 20 anos no ordenamento jurídico nacional – de uma nova perspectiva. Instrumento de investigação e de obtenção

de provas, a delação permite a identificação de outros membros da organização criminosa e dos ilícitos a ela ligados (art.4º, I, da Lei 12850/2013). Há alguns traços distintivos interessantes no uso do instituto relativamente aos desdobramentos da Lava Jato.

O primeiro diz respeito ao impressionante número de acordos de delação já celebrados, o que tende a criar um conjunto probatório voltado para o reconhecimento de um grande chefe de organização criminosa. Ademais, no caso da Lava Jato, as delações se tornaram pauta pública, uma vez que foram invariavelmente vazadas para os meios de comunicação antes mesmo de se investigar a veracidade do que era denunciado, constituindo flagrante ilegalidade. Por último, cabe apontar que a maior parte das delações ocorridas no âmbito da Lava Jato foi feita com o delator encarcerado. Não são poucos os defensores que reclamaram de que seus clientes sofreram pressão acintosa das autoridades para delatar e dizer o que elas queriam ouvir, sob o risco de permanecerem indefinidamente na prisão e sem perspectiva de julgamento.

Isto foi possível graças a uma particularidade do processo penal no Brasil: a figura da prisão preventiva. Segundo o art. 312, do Código de Processo Penal (CPP), o acusado pode ter sua liberdade tolhida de modo precário se, por exemplo, for conveniente para a instrução criminal¹¹. Ao contrário da prisão temporária¹², a prisão preventiva não tem limite temporal, podendo ser prorrogada indefinidamente. Assim, sem julgamento e em desrespeito à presunção de inocência e a diversas liberdades civis, tal situação configura condição análoga à tortura, sendo o acusado constrangido a fazer o acordo de delação premiada, com informações reais ou fictícias, para conseguir ser posto em liberdade.

Para os casos em que já há processo em curso, a possibilidade de cooperação com a Justiça também passa a ser de alto interesse do réu, tendo em vista o novo entendimento do STF sobre o início

¹¹ De acordo com o art. 312, do CPP, “a prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria”.

¹² Segundo o art. 1º, da Lei 7.960/1989, “caberá prisão temporária: I – quando imprescindível para as investigações do inquérito policial; II – quando o indicado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade; III – quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado nos seguintes crimes [...]”. E reza o art. 2º do mesmo diploma legal: “a prisão temporária será decretada pelo Juiz, em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, e terá o prazo de 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade”.

do cumprimento da pena a partir da condenação por órgão de segunda instância, ainda que haja recursos processuais cabíveis (o STF admite execução da pena após condenação em segunda instância). Segundo o próprio Tribunal, trata-se de decisão que responde aos anseios da população de ver punidos os responsáveis por escândalos de corrupção. Tal encaminhamento é clara violação do art. 5º, LVII, da Constituição Federal (CF), que estabelece a necessidade do trânsito em julgado da condenação para o início do cumprimento da pena.

Saliente-se que há um encadeamento de práticas atentatórias à condição de acusado e ao próprio Estado de Direito, e é nítida a fragilidade do conjunto probatório obtido em tais circunstâncias. O modo como a delação premiada e o acordo de leniência foram aplicados nos desdobramentos da Lava Jato indica a existência de objetivos que vão além do cumprimento dos deveres funcionais. Em suma, cria-se uma situação em que qualquer hipótese dos órgãos de investigação e persecução acaba por se confirmar, independentemente da veracidade.

Outro ponto a se destacar é a utilização da condução coercitiva de meros investigados como forma de publicidade das ações da força-tarefa. O art. 260, do CPP estabelece que a condução coercitiva e por força policial ante autoridade competente apenas pode ser feita na hipótese de não atendimento de prévia intimação para interrogatório. Todavia, a grande repercussão desses casos ajuda a sensibilizar a opinião pública a favor da legitimidade dos arbítrios cometidos – além de desgastar as forças políticas envolvidas. Entre outros episódios semelhantes envolvendo quadros históricos do PT e empresários do setor privado, destaca-se o fato de o presidente Lula ter sido conduzido coercitivamente, com ampla cobertura dos veículos de comunicação, em 4 de março de 2016, ainda que jamais tenha se negado a cooperar com a Justiça (PINTO e SILVA, 2017).

Feitas estas considerações, vejamos as questões específicas referentes ao caso do Presidente Lula, e que evidenciam a prática de *lawfare* contra ele.

O caso Lula

A primeira questão a se levantar no rol das inúmeras ilegalidades e arbitrariedades cometidas pelo juiz Sérgio Moro, titular da 13ª Vara Federal de Curitiba, diz respeito ao artifício de

que o magistrado se valeu para se tornar o responsável por todas as ações ligadas à chamada Operação Lava Jato, e que foram detalhadamente narradas pelo jornalista Joaquim de Carvalho (2017). No entanto, o truque fere um dos princípios fundamentais previstos na CF, referente à questão do chamado juiz natural. De acordo com o art. 5º, LIII, da Carta Magna, “[...] ninguém será processado nem sentenciado senão por autoridade competente”. Ademais, o art. 76, do CPP determina que “[...] a competência será de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução”. A inobservância dessas normas gera nulidade absoluta de todo o processado.

Pois bem, o juiz Sergio Moro usou de reiterados artifícios para se considerar o juiz natural responsável por todos os processos vinculados aos casos que envolvem corrupção na Petrobrás (JARDIM, 2017, p. 110-114), inclusive aquele em que o MPF apresentou denúncia contra o Presidente Lula por ele ter supostamente aceitado e recebido um apartamento triplex na cidade do Guarujá, estado de São Paulo, em troca da prática de atos de ofício em benefício da OAS Empreendimentos. A denúncia foi recebida pelo juiz Moro que, na sentença proferida em 12 de julho de 2017, condenou Lula a 9 anos e 6 meses de reclusão.

No entanto, a condenação é nula de pleno Direito, pois o juiz Sérgio Moro jamais poderia ser considerado o juiz natural do caso, tendo em vista que, na hipótese de o presidente Lula ter realmente praticado o crime de corrupção, o foro competente seria o da Justiça Federal de Santos, no estado de São Paulo. O argumento de que a distribuição do processo teria se dado por conexão (art. 76, do CPP) não se sustenta, principalmente considerando-se que, na sentença, o magistrado reconhece que o crime não tem qualquer vinculação com os casos de corrupção na Petrobrás (JARDIM, 2017).

Por outro lado, e mesmo supondo-se que o caso tivesse alguma ligação com a Petrobrás e que fosse legítima a distribuição por conexão, a competência da 13ª Vara Federal de Curitiba para julgá-lo seria questionável, tendo em vista o art. 109, I, da CF, que determina que aos juízes federais compete processar e julgar “as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidente do trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho”.

No entanto, como salienta Afrânio Silva Jardim (2017), a Petrobrás é uma pessoa jurídica de Direito Privado.

O segundo problema gravíssimo envolvendo a condenação do Presidente Lula refere-se ao fato de que, na verdade, não houve crime. Com efeito, o Código Penal (CP) brasileiro tipifica a corrupção passiva em seu artigo 317: “solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem”. Como bem apontam João Ricardo W. Dornelles e Sérgio F. C. Graziano Sobrinho, “[...] para caracterização do delito de corrupção passiva é necessário que o agente público faça ou se comprometa a fazer ato abrangido pelas suas competências funcionais” (DORNELLES; GRAZIANO SOBRINHO, 2018, p. 105). Ou seja: a consumação do crime de corrupção passiva exige que o agente público pratique um ato de ofício, o que seria impossível, tendo em vista que o suposto acerto com a OAS sobre as reformas no imóvel teria ocorrido em 2014, quando a Presidente era Dilma Rousseff. Contudo, na sentença, o juiz alega que o réu teria praticado um ato de ofício indeterminado, o que constitui completa aberração do ponto de vista doutrinário e jurisprudencial. E mais: no acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), que confirmou a sentença de primeiro grau, os desembargadores corroboraram a novidade, ao afirmar que o

[...] ato de ofício deve ser representado no sentido comum, como o representam os leigos, e não em sentido técnico-jurídico, bastando, para os fins dos tipos penais dos artigos 317 e 333 do Código Penal, que o ato subornado caiba no âmbito dos poderes de fato inerentes ao exercício do cargo do agente” (apud STRECK, 2018, p. 121)¹³.

No que diz respeito às provas juntadas ao processo, elas não existem (e nem poderiam existir, dado que não há crime). A sentença baseia-se exclusivamente em matéria divulgada pelo jornal *O Globo*, de 10 de março de 2010, na qual se afirma que Lula é proprietário do imóvel, e na delação sem comprovação de Leo Pinheiro, ex-presidente da OAS, que se encontrava preso e era corréu no processo. Ora, em primeiro lugar, como questionou Eder Bomfim Rodrigues, “[...] acaso o jornal *O Globo* possui

¹³ Esclareça-se que o art. 333, do CP trata da corrupção ativa: “oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício”.

competência legal para afirmar, com fé pública, que alguém é ou não dono de um imóvel?” (RODRIGUES, 2018, p. 82). De outra parte, e considerando-se o caso de Leo Pinheiro, é evidente que uma pessoa nessas condições fará de tudo para se livrar da cadeia, o que compromete de maneira insanável a confiabilidade de suas afirmações (RODRIGUES, 2018, p. 82). Saliente-se que Pinheiro foi devidamente premiado por sua delação, tendo sua pena original, de 10 anos e 8 meses de reclusão, reduzida pelo TRF4 para 3 anos e 8 meses em regime semiaberto (JORNAL NACIONAL, 2018).

Como não há provas que indiquem ter o Presidente Lula efetivamente recebido um apartamento da construtora OAS ou qualquer quantia ou bem que demonstrem a prática de ato que estivesse em sua esfera de poder, a sentença refere-se ao imóvel como lhe tendo sido “atribuído”, o que, de acordo com Diogo Bacha e Silva e Alexandre Gustavo Melo Franco de Moraes Bahia, caracteriza-se como “[...] uma nova figura dos direitos reais ainda carente de legislação” (BACHA; SILVA; BAHIA, 2018, p. 76)¹⁴.

O Presidente Lula foi também condenado por lavagem de dinheiro, crime previsto no art. 1º, *caput*, da Lei 9.613/1998, que reza: “ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de crime”. Segundo Pierpaolo Cruz Bottini, a “punição à lavagem de dinheiro supõe a ocultação da origem ilícita do bem, ou seja, o distanciamento entre o produto e o crime que lhe deu origem” (BOTTINI, 2018, p. 224). No entanto, ressalva que

[...] se o crime antecedente é descrito como corrupção passiva de uma empreiteira para beneficiar Lula, a lavagem de dinheiro implicaria a prática de atos para distanciar a titularidade do imóvel tanto da empreiteira como do beneficiário da vantagem, a fim de ocultar qualquer relação entre o político e a empresa que possa levantar suspeitas sobre a origem ou a natureza da transação que resultou na transferência do imóvel” (BOTTINI, 2018, p. 224).

¹⁴ Direito real é a “relação jurídica que atribui ou investe a pessoa, seja física ou jurídica, na posse, uso e gozo de uma coisa, corpórea ou incorpórea, que é de sua propriedade” (DE PLÁCIDO e SILVA, 1994, p. 94). E, de acordo com o art. 1.225, do Código Civil (CC), são direitos reais: “a propriedade, a superfície, as servidões, o usufruto, o uso, a habitação, o direito do promitente comprador do imóvel, o penhor, a hipoteca, a anticrese, a concessão de uso especial para fins de moradia, a concessão de direito real de uso, e os direitos oriundos da imissão provisória na posse, quando concedida à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou às suas entidades delegadas e respectiva cessão e promessa de cessão”.

Todavia, não foi isto que aconteceu, pelo contrário. A OAS manteve a titularidade do imóvel, tendo, inclusive, transferido à Caixa Econômica Federal (CEF), em novembro de 2009, todos os direitos econômicos e financeiros sobre o apartamento e as demais unidades do edifício, como garantia da compra de debêntures da empresa pelo banco. Dessa forma, não poderia, em hipótese alguma, ter transferido esses direitos também para Lula sem que depositasse o valor correspondente em uma conta da CEF, o que não foi feito (ALVES, 2017).

Todos esses fatos indicam sobejamente a prática de *lawfare* contra o Presidente Lula. Mas há inúmeros outros, como apontam João Ricardo W. Dornelles e Sérgio F. C. Graziano Sobrinho:

1) cerceamento de defesa com o indeferimento de provas documentais e periciais, além do não reconhecimento das testemunhas favoráveis ao réu; 2) o exíguo prazo para o estudo dos documentos juntados pela Petrobrás; 3) o indeferimento de perguntas às testemunhas em relação ao acordo de delação premiada (...); 4) o indeferimento de incluir novos depoimentos; 5) a inadequação entre a denúncia e a sentença, já que o réu foi denunciado por ter recebido o imóvel do Guarujá e condenado por ter lhe sido oferecido o apartamento; 6) a denúncia afirmou que o suposto benefício auferido seria devido a contratos com a Petrobrás sem, no entanto, existir relação de tais contratos com a suposta vantagem indevida (DORNELLES; GRAZIANO SOBRINHO, 2018, p. 105).

No caso do julgamento do recurso pelo TRF4, os autores apontam outras evidências de *lawfare*: “[...] rapidez com que foi julgado – 4 meses quando, em média, o TRF4 julga em 15 meses; [...] o julgamento do processo passou à frente de outros sete recursos da Lava Jata que já se encontravam anteriormente no tribunal” (DORNELLES; GRAZIANO SOBRINHO, 2018, p. 103).

Por fim, levantam um aspecto que chamou a atenção de grande parte da comunidade jurídica brasileira, qual seja, o fato de a pena ter sido aumentada para 12 anos e 1 mês de forma unânime. Segundo os autores, “tudo indica que o prévio acerto da quantidade de pena entre os desembargadores visava impedir a prescrição retroativa da pena inicialmente imposta” (DORNELLES; GRAZIANO SOBRINHO, 2018, p. 104). Tendo em vista que o STF, em decisão de 5 de outubro de 2016, havia admitido a execução da pena após condenação em segunda

instância, o TRF4 autorizou o início imediato do cumprimento da pena imposta a Lula, embora aindaoubessem recursos.

No entanto, a decisão da Suprema Corte havia sido dada em caráter liminar, não tendo havido julgamento do mérito das Ações Diretas de Constitucionalidade 43 e 44, propostas pelo Partido Ecológico Nacional (PEN) e pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que pediam concessão de medida cautelar com o objetivo de suspender a execução antecipada da pena de todos os acórdãos prolatados em segunda instância (NOTÍCIAS STF, 2016). A partir de então, iniciou-se intensa pressão para que o STF julgasse o mérito daquelas ações, o que foi sistematicamente impedido pela presidente da Corte, Ministra Cármen Lucia, que se recusou a colocar a questão em pauta.

Diante do risco iminente de decretação da prisão de Lula, a defesa do ex-presidente impetrou um *habeas corpus* preventivo perante o STF que, em julgamento realizado no dia 5 de abril de 2018, transmitido em cadeia nacional de rádio e televisão, indeferiu o pedido (NOTÍCIAS STF, 2018). Ato contínuo, o juiz Sérgio Moro decretou a prisão de Lula (REUTERS, 2018), que se entregou à polícia dois dias depois. Parecia que o propósito de todas as ações de *lawfare* perpetradas contra o ex-presidente havia sido atingido, e que ele não poderia lançar-se candidato às eleições presidenciais marcadas para outubro de 2018.

No entanto, e em face dos nítidos ataques jurídico-institucionais contra Lula desde o início do processo, sua defesa, ainda em 28 de julho de 2016, havia apelado às instâncias internacionais de proteção dos direitos humanos, protocolando uma denúncia perante o Comitê de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), responsável pela verificação do cumprimento dos deveres relacionais previstos no Pacto de Direitos Civis e Políticos de 1966. Entre outras normas, o tratado estabelece a proteção contra prisão ou detenção arbitrárias (art. 9º), a presunção de inocência (art. 14), o direito a um julgamento justo (art. 14) e o direito à privacidade (art. 17) que, no caso de Lula, foram sistematicamente violados pela atuação da Justiça Federal (JF), do MPF e da PF¹⁵.

Mesmo preso, Lula manteve sua candidatura, que foi registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 15 de agosto de

¹⁵ Os fatos que atestariam tais alegações são a já referida condução coercitiva do ex-presidente em março de 2016, o vazamento de alguns de seus dados confidenciais, a prática sistemática de atrelar prisões temporárias e provisórias a acordos de delação premiada e a divulgação ilegal de interceptações telefônicas.

2018, tendo Fernando Haddad como candidato a vice-presidente. Imediatamente, vários partidos interessados em impedir que o ex-presidente concorresse ao cargo, assim como a Procuradoria Geral da República (PGR), entraram com pedidos de impugnação do registro. Contudo, em 17 de agosto de 2018, o Comitê de Direitos Humanos da ONU proferiu decisão liminar para assegurar a Lula o direito de concorrer nas eleições de 2018 (MARTINS, C.; MARTINS, V., 2018). Ressalte-se que inúmeros juristas e parlamentares manifestaram-se favoravelmente ao cumprimento incondicional da decisão, tendo em vista que o Pacto de Direitos Cívicos e Políticos havia sido ratificado pelo Senado brasileiro e passara a integrar a legislação nacional, não cabendo discussão sobre sua aplicabilidade.

Porém, o TSE, negando a validade da decisão do Comitê de Direitos Humanos da ONU, e cumprindo mais uma etapa do processo de *lawfare* contra Lula, rejeitou, por 6 votos a 1, o pedido de registro de sua candidatura, em decisão prolatada em 31 de agosto de 2018, facultando à Coligação *O Povo Feliz de Novo* (PT/PCdoB/PROS) o prazo de dez dias para substituir o candidato (NOTÍCIAS TSE, 2018).

O resultado todos conhecem: Fernando Haddad, do PT, foi indicado para substituir Lula, e Manuela D'Ávila, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), foi apresentada como candidata a vice. A chapa, contudo, acabou derrotada no segundo turno do pleito, realizado em 28 de outubro de 2018. E o vencedor, o deputado federal e capitão reformado do Exército, Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL), candidato preferido do capital financeiro nacional e internacional, do governo dos EUA, e de todas as forças que apoiaram a deposição de Dilma Rousseff, anunciou, já no dia 1º de novembro, o nome de Sérgio Moro como futuro Ministro da Justiça de seu governo.

A esse respeito, assim se pronunciou Cristiano Zanin Martins, advogado de Lula:

a formalização do ingresso do juiz Sérgio Moro na política e a revelação de conversas por ele mantidas durante a campanha presidencial com a cúpula da campanha do Presidente eleito provam definitivamente o que sempre afirmamos em recursos apresentados aos tribunais brasileiros e também ao Comitê de Direitos Humanos da ONU: Lula foi processado, condenado e encarcerado sem que tenha cometido crime, com o claro objetivo de interdité-lo

politicamente. É o *lawfare* em sua essência, uma vez que Lula sofre uma intensa perseguição política por meio do abuso e do mau uso das leis e dos procedimentos jurídicos (MARTINS, C., 2018 apud BRASIL 247, 2018).

Considerações finais

Como se viu, o Poder Judiciário, o MPF e a PF foram instituições fundamentais na guerra híbrida travada no Brasil, com o objetivo de eliminar as forças populares do processo eleitoral e garantir a manutenção do poder pelos setores que promoveram a deposição de Dilma Rousseff, em 2016. Em conjunto com os meios de comunicação, agiram incessantemente para condenar Lula por algum crime e impedi-lo de concorrer às eleições presidenciais previstas para outubro de 2018, num processo absolutamente óbvio de *lawfare*, que a defesa do ex-presidente não se cansou de denunciar. E, se havia dúvidas a esse respeito, elas foram totalmente dirimidas pela indicação, em 1º de novembro de 2018, do juiz Sérgio Moro para o cargo de Ministro da Justiça do novo governo.

Ressalte-se que a prática do *lawfare* no Brasil – que já havia sido ensaiada contra o Presidente Manuel Zelaya, de Honduras, em 2009, e contra o Presidente Fernando Lugo, do Paraguai, em 2012 – tornou-se um paradigma para o uso dos mesmos métodos em outros países, como o demonstram os recentes casos de Cristina Kirchner, na Argentina, e de Rafael Correa, no Equador. De fato, o exemplo brasileiro, por sua complexidade, deverá servir de parâmetro para a liquidação de lideranças populares e de criminalização da esquerda em toda a América Latina. Conforme assinalou Emir Sader,

o Brasil, que havia iniciado o ciclo de ditaduras militares, abre o ciclo dos regimes de exceção no continente. (...) A guerra híbrida é a nova estratégia imperialista, depois que os golpes militares se tornaram inviáveis. Ela combina a judicialização da política com a criminalização da imagem dos líderes populares pela mídia, para impor processos eleitorais fraudulentos, que deixam de expressar a vontade democrática do povo. O caso brasileiro foi o primeiro em que foi necessário (...) encarar processos eleitorais, é o caso exemplar de como se pode falsear eleições dentro das instituições, com a cumplicidade delas. (...) O regime de exceção instaurado pelo golpe

de 2016 faz parte da guerra híbrida, a nova estratégia imperialista. Ela se insinua dentro das instituições para descaracterizar a soberania popular nas democracias existentes, forjando governos com aparência de legitimidade (...) (SADER, 2018).

MENDONÇA, M. G. Hybrid war in Brazil: the Lula case. *Perspectivas*, São Paulo, v. 52, p. 47-68, jul./dez. 2018.

■ **ABSTRACT:** *Since independence in 1822, Brazilian history has been a succession of coups or coup attempts. On all these occasions, what was at stake was the attempt, on the part of the ruling classes and middle-class sectors, of establishing legal-political control over the State and preventing access by the working class to greater participation in national income and to the benefits of economic development, as well as delivering the country's wealth to foreign capital. In this context, the hybrid warfare against the country is conducted in defense of the interests of major international companies, such as the main oil companies, anxious to appropriate the Brazilian oil wealth. And one of the main instruments of this hybrid warfare is the so-called lawfare, that is, the use of legislation and the judicial system to persecute and destroy political opponents. This tactic was evident against President Luiz Inacio Lula da Silva, sentenced to 12 years and 1 month in prison and imprisoned on April 7, 2018. The objective was obvious: to prevent him from running for the presidential elections of 2018 and destroy the PT and all the left.*

■ **KEYWORDS:** *Brazil. Hybrid war. Lawfare. President Lula.*

Referências

ALVES, C. Caixa confirma que ainda tem o triplex como garantia da OAS. *Jornal GGN*, 20 jun. 2017. Disponível em: <https://jornalgggn.com.br/justica/caixa-confirma-que-tem-o-triplex-como-garantia-a-compra-de-titulos/>. Acesso: 28 out. 2018.

BACHA e SILVA, D.; BAHIA, A. G. M. F. de M. O TRF da 4ª Região, o Tribunal de Segurança Nacional e o Superior Tribunal Militar: qualquer semelhança não é mera coincidência. In: PRONER, C. et al. (Org.). *Comentários a um acórdão anunciado: o processo Lula no TRF4*. São Paulo: Outras Expressões, 2018, p. 75-59.

BERCOVICI, G. O golpe do impeachment In: PRONER, C. et al. (Org.). *A resistência ao golpe de 2016*. Bauru: Canal 6, 2016, p. 141-145.

BERCOVICI, G. Política do petróleo: a política recente do petróleo no Brasil. In: ALVES, G. et al. (Org.). *Enciclopédia do golpe*. Bauru: Canal 6, 2017, v. 1, p. 185-198.

BOTTINI, P. C. Análise do conceito de lavagem de dinheiro na condenação de Lula. In: PRONER, C. et al. (org.). *Comentários a um acórdão anunciado: o processo Lula no TRF4*. São Paulo: Outras Expressões, 2018, p. 223-236.

BRASIL 247. Zanin: Moro ministro de Bolsonaro é o 'lawfare na sua essência'. *Brasil 247*, 1 nov. 2018. Disponível em: <https://brasil247.com/pt/247/brasil/373898/Zanin-Moro-ministro-de-Bolsonaro-é-“o-lawfare-na-sua-essência”>.htm. Acesso: 1 nov. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso: 14 jul. 2018

BRASIL. Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm>. Acesso: 25 jul. 2018.

BRASIL. Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm>. Acesso: 25 jul. 2018.

BRASIL. Lei complementar nº 135, de 4 de junho de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp135.htm>. Acesso: 25 jul. 2018.

BRASIL. Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7960.htm>. Acesso: 25 jul. 2018.

BRASIL. Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7960.htm>. Acesso: 25 jul. 2018.

CARVALHO, J. de. Banestado e Youssef: como o juiz Sergio Moro agiu para não perder a Lava Jato. *Diário do Centro do Mundo*, 8 dez. 2017. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/banestado-e-youssef-como-o-juiz-sergio-moro-agiu-para-nao-perder-a-lava-jato>. Acesso: 27 out. 2018.

CHAUÍ, M. A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo. In: JINKINGS, I. et al. (org.). *Por que gritamos golpe*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 16-21.

DE PLÁCIDO e SILVA. *Vocabulário jurídico*. Rio de Janeiro: Forense, 1994, v. 1-2.

DORNELLES, J. R. W.; GRAZIANO SOBRINHO, S. F. C.. Os três de Porto Alegre: o Estado de exceção, o Direito Penal do inimigo e a criminalização da política. In: PRONER, Carol et al. (org.). *Comentários a um acórdão anunciado: o processo Lula no TRF4*. São Paulo: Outras Expressões, 2018, p. 101-106.

FOLHA DE SÃO PAULO. Popularidade de Dilma cai 27 pontos após protestos. *Folha de São Paulo*, 29 jun. 2013. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1303541-popularidade-de-dilma-cai-27-pontos-apos-protestos.shtml>. Acesso: 6 out. 2016.

JARDIM, A. S. Lava Jato In: ALVES, G. et al. (org.). *Enciclopédia do golpe*. Bauru: Canal 6, 2017, v. 1, p. 106-118.

JORNAL NACIONAL. Ex-presidente da OAS Leo Pinheiro tem pena diminuída no TRF4. *G1*, 24 jan. 2018. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/01/ex-presidente-da-oas-leo-pinheiro-tem-pena-diminuida-no-trf4.html>. Acesso: 28 out. 2018.

LEITE, P. M. *A outra história do mensalão*. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

LEITE, P. M. *O outro lado da Lava-Jato*. São Paulo: Geração Editorial, 2015.

LOPES, M. As quatro famílias que decidiram derrubar um governo democrático. In: JINKINGS, I. et al. (org.). *Por que gritamos golpe*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 101-106.

LÖWY, M. Da tragédia à farsa. In: JINKINGS, I. et al. (org.). *Por que gritamos golpe*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 55-59.

LUCENA, E. de; LUCENA, R. Brasil é alvo de guerra híbrida, diz analista. *Tutameia*, 19 out. 2018. Disponível em: <https://tutameia.jor.br/brasil-e-alvo-de-guerra-hibrida/>. Acesso 21 out. 2018.

MARTINS, C. Z.; MARTINS, V. T. Z. O caso Lula na ONU e a distância entre teoria e a vigência dos direitos humanos. *Conjur*, 22 ago. 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018->

ago-22/opiniaio-lula-comite-direitos-humanos-onu>. Acesso: 1 nov. 2018.

MONIZ BANDEIRA, L. A. Armações internacionais. In: ALVES, Giovanni et al. (org.). *Enciclopédia do golpe*. Bauru: Canal 6, 2017, v. 1, p. 17-24.

NOTÍCIAS STF. STF admite execução da pena após condenação em segunda instância. *Notícias STF*, 05 out. 2016. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=326754>. Acesso: 1 nov. 2018.

NOTÍCIAS STF. STF nega habeas corpus preventivo ao ex-presidente Lula. *Notícias STF*, 05 abr. 2018. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=374437>. Acesso: 1 nov. 2018.

NOTÍCIAS TSE. TSE indefere pedido de registro de candidatura de Lula à Presidência da República. *Notícias TSE*, 01 set. 2018. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Setembro/tse-indefere-pedido-de-registro-de-candidatura-de-lula-a-presidencia-da-republica>. Acesso: 1 nov. 2018.

PAULANI, L. M. Uma ponte para o abismo In: JINKINGS, I. et al. (org.). *Por que gritamos golpe*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 61-65.

PINTO e SILVA, Olavo. Uso e abuso da condução coercitiva. In: PRONER, Carol et al. *Comentários a uma sentença anunciada: o processo Lula*. Bauru: Canal 6, 2017, p. 358-360.

REUTERS. Moro decreta prisão de Lula. *BBC News*, 5 abr. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43663767>. Acesso: 1 nov. 2018.

RODRIGUES, E. B. Estado pós-democrático, *lawfare* e a decisão do TRF-4 contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. In: PRONER, C. et al. (org.). *Comentários a um acórdão anunciado: o processo Lula no TRF4*. São Paulo: Outras Expressões, 2018, p. 79-84.

ROMERO, E. S. *Lawfare: a guerra jurídica contra a democracia na América Latina*. *Carta Maior*, 22 ago. 2018. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Lawfare-a-guerra-juridica-contra-a-democracia-na-America-Latina/4/41503>. Acesso: 26 ago. 2018.

SADER, E. Brasil, laboratório da guerra híbrida. *Brasil 247*, 21 out. 2018. Disponível em: <https://www.brasil247.com/pt/blog/emirsader/373742/Brasil-laboratório-da-guerra-híbrida.htm>. Acesso: 1 nov. 2018.

SOUZA, J. *A elite do atraso: da escravidão à Lava-Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, J. *A radiografia do golpe*. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

STRECK, L. L. Do apelo ao senso comum aos poderes de fato: o novo Direito 3.0 que legitima o arbítrio ou 'quando a episteme vira doxa'. In: PRONER, C. et al. (org.). *Comentários a um acórdão anunciado: o processo Lula no TRF4*. São Paulo: Outras Expressões, 2018, p. 115-126.

YAROCHEWSKY, L. I. Delação premiada. In: ALVES, G. et al. (org.) *Enciclopédia do golpe*. Bauru: Canal 6, 2017, v. 1, p. 41-44.

DO GOLPE DE 2016 AO BONAPARTISMO

Everaldo de Oliveira ANDRADE¹

■ **RESUMO:** Tendo como ponto de partida o *impeachment* de 2016, o artigo discute perspectivas e elementos anunciados para o futuro governo de Jair Bolsonaro, caracterizando-os a partir da ideia de bonapartismo. Faz essa discussão tendo como pano de fundo as transformações em curso na economia mundial em contexto de crise estrutural, bem como apontando as limitações do “reformismo fraco” como política de governo. Também ressalta a importância da retomada da democracia plena, o que requer a superação do bonapartismo e da ameaça fascista, por meio da construção de novas instituições democráticas e da mobilização popular.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Bonapartismo. Golpe. Brasil. Capital Financeiro.

Os fundamentos da crise estrutural

O processo que levou ao *impeachment* de 2016, considerado por muitos um golpe parlamentar, não está consolidado em um novo regime. É verdade que a dinâmica conservadora se reforçou com a eleição de Jair Bolsonaro e com o “projeto” de destruir as conquistas sociais e os direitos democráticos conquistados nas últimas décadas, pelo menos desde a promulgação da Constituição de 1988. Há inúmeras análises de caráter conjuntural e estrutural, nacionais ou internacionais, que buscam apresentar uma compreensão mais coesa e sólida dos fenômenos políticos que estão ocorrendo no Brasil e que levaram à eleição de Jair Bolsonaro. Em nenhuma delas é possível apanhar em toda a extensão e profundidade uma dinâmica em pleno movimento, aliás, errática e instável em sua coerência. Não basta buscar uma

¹ USP – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História. São Paulo – SP – Brasil. 05508-000. everaldoandrade@usp.br.

compreensão conjuntural e institucional ou somente nacional e particular para compreender o que está se passando. Pois, num certo sentido, todos esses aspectos se combinam.

O Brasil está plenamente inserido no conjunto dos processos mundiais e do continente, nos quais se desenrola uma crise maior dos núcleos centrais da economia capitalista. As frágeis e limitadas iniciativas no sentido de afirmar a soberania nacional, tomadas pelos governos de Lula da Silva e de Dilma Rousseff, se confrontaram com o momento de incerteza e transição pelo qual passa o mercado mundial. As bolhas financeiras e as crises recorrentes que se multiplicam com violência, pelo menos desde 2008, estão longe de serem superadas e são a matriz da instabilidade que se espraia cada vez mais. No centro do capitalismo mundial é possível ver de que forma a imensa especulação financeira drena riquezas incomensuráveis². O próprio *The Wall Street Journal* de 11 de novembro de 2018 relata que a dívida pública dos Estados Unidos alcançou quase 16 trilhões de dólares, sendo que os juros podem atingir 13% do gasto público do país nos próximos anos. Essa massa crescente de capitais fictícios pressiona de maneira sistemática a economia produtiva real, na qual vivem e trabalham milhões de seres humanos de carne e osso. Outro aspecto desses mesmos fenômenos se explicita na uberização dos mercados de trabalho cada vez mais selvagemmente desregulamentados. A imensa dívida pública – que estimula e se alimenta de uma imensa economia fictícia, mas que segue baseada na extração real de mais-valia – está na base de uma ofensiva sem limites da dinâmica capitalista para eliminar quaisquer obstáculos, barreiras, normas e regras que impeçam a sua reprodução ampliada (MONTORO, 2014).

Torna-se, nesse sentido, cada vez mais intolerável para os grandes grupos econômicos, monopólios e bancos, que controlam trilhões de dólares, qualquer tentativa para limitar a sobrevivência de seus negócios. Os próprios EUA, confrontados diretamente com o controle do mercado mundial e com a instabilidade política, ameaçada pela concorrência cada vez maior da capacidade industrial chinesa, buscam novos meios e formas para manter sua hegemonia no mundo. Inclusive, desde a década de 1990, o fardo de garantir a ordem mundial passou a se concentrar cada vez mais na grande potência do norte. O longo período de

² Uma das experiências que demonstraram a monstruosidade desse novo cenário ocorreu na Grécia e esta em parte relatada em livro por Yanis Varoufakis (2016).

relativo compartilhamento do poder mundial com a URSS ruiu com o desmoronamento das antigas burocracias soviéticas. Essa situação nova, esse longo período de transição da ordem mundial, explica em grande parte porque as instituições internacionais criadas após a Segunda Guerra Mundial já não servem mais aos objetivos e responsabilidades que os Estados Unidos seguem querendo assumir. A política internacional de Donald Trump busca desembaraçá-los dessas antigas amarras, acordos e pactos que, do ponto de vista político, mas também econômico, têm limitado as possibilidades de recuperação do capitalismo mundial controlado por Washington. Para agirem livremente sem os limites que ainda são capazes de impor a instituições como a ONU e a OMC, por exemplo, é preciso dinamitá-las, desmoralizá-las, contorná-las da maneira que for possível.

Os embates pela sobrevivência da ordem capitalista estão também na base da crescente instabilidade mundial, que se revela no acirramento das contradições entre os Estados nacionais. As disputas com a China se desenvolvem nesse cenário. Os próprios Estados nacionais, tais como se configuravam até então, com seus conjuntos de normas e legislações, limites e proteções territoriais, obstaculizam a “liberdade dos mercados”. Se os grandes interesses econômicos dos estados capitalistas centrais e industrializados ainda possuem meios para defender, mesmo que parcialmente, seus mercados e empresas nacionais, os demais estados assistem quando muito ao ressurgimento de movimentos nacionalistas ideológicos e retóricos, incapazes de conter a crise da ordem capitalista mundial, muito pelo contrário. Essa é a razão pela qual o governo atual dos Estados Unidos não busca mais uma ordem mundial estável, mas alianças parciais e ocasionais e, principalmente, governos e estados tutelados e subordinados a seus interesses diretos. Os novos governos que se apropriam muitas vezes de retóricas discursivas nacionalistas, atualmente, são seus principais aliados. Através dos seus grandes trustes e monopólios, o capitalismo estadunidense busca tornar possível uma reapropriação mais direta das riquezas naturais e de mercados antes regulamentados.

Crise estrutural e poder político

Um segundo aspecto a se discutir para compreender a dinâmica que levou ao *impeachment* de Dilma Rousseff relaciona-se

com o vínculo entre a crise e a instabilidade da economia mundial e nacional, e as fragilidades e limites das disputas políticas nacionais. Muito se falou no Brasil em anos recentes acerca de um novo modelo econômico baseado em premissas desenvolvimentistas. De fato, houve um esforço dos governos petistas, especialmente de Dilma Rousseff, para implementar políticas econômicas nacionais embaladas no que se convencionou chamar de neodesenvolvimentismo. Essas iniciativas, embora não contestassem diretamente o regime político e a estrutura econômica em vigor, chocaram-se parcialmente com os objetivos da dinâmica capitalista global³. Da mesma forma que no plano internacional os Estados Unidos buscam explodir as instituições criadas após a Segunda Guerra para liberar plenamente a circulação de capitais, no plano interno do Brasil as instituições pactuadas após o fim da ditadura de 1964, ainda que mantendo alguns dos entulhos autoritários, combinados às conquistas sociais progressistas na Constituição de 1988, hoje não servem mais ou limitam interesses poderosos, cada vez mais submetidos à pressão competitiva mundial. A parcela da burguesia brasileira diretamente associada aos capitais internacionais busca ainda uma forma política adequada para seus novos propósitos e exigências de sobrevivência. O grande obstáculo, em particular desde 2003, foi o fato de o PT, ainda que carregando em seu interior um conjunto de contradições, afirmar-se simbolicamente como o elemento chave para agregar a resistência operária e popular de dezenas de milhões contra as pretensões de ajuste econômico impostas pela dinâmica de financeirização.

A experiência política dos governos federais do PT e a derrota imposta desde 2016 vêm provocando uma reflexão necessária e profunda sobre as estratégias e táticas imprescindíveis para defesa da democracia e dos direitos sociais (ANDRADE; CHAUVIN, 2018). Partido de origem e bases operárias, o PT conviveu ao longo de décadas com os impasses e limites de atuação dentro das estruturas do Estado e do regime político saído da constituição de 1988. Se de um lado o PT, mesmo que contraditoriamente, como fruto das lutas reivindicatórias desde sua criação, desenvolveu um profundo enraizamento no interior dos movimentos populares, de juventude e principalmente, no movimento sindical; de outro, tornou-se um espaço de adaptação e carreirismo de uma burocracia política e eleitoral voltada

³ Para um balanço das políticas econômicas dos governos Dilma Rousseff, ver Schincariol (2017).

para disputas no interior do Estado e de seus aparatos. Essa contradição se refletiu nos compromissos e alianças da cúpula dirigente com setores das elites empresariais brasileiras no mal chamado “neodesenvolvimentismo” e no “presidencialismo de coalizão”, em choques frequentes com as expectativas e mobilizações de sua imensa base social de trabalhadores da cidade e do campo.

O projeto proposto e implementado pela direção majoritária do PT tornou-se arriscado para o arranjo dominante não pelo seu conteúdo, que reconhecidamente beneficiou e ampliou a acumulação de capital, mas pelo fato de não prescindir da base de massas que obrigava o partido a fazer concessões, num contexto agravado pela crise mundial do capitalismo a partir de 2007, como destacamos no início. A margem de manobra, que permitiu o que alguns intelectuais chamaram de “reformismo fraco” e outros de “neodesenvolvimentismo”, estava aparentemente se esgotando. Diante da decisão de adaptar-se ainda mais à agenda liberal ou de aprofundar o reformismo e fazê-lo avançar no sentido de rupturas mais radicais no terreno político e econômico, a cúpula dirigente seguiu apostando na busca de entendimentos com os adversários da imensa base social petista. Tal caminho teve alguns ganhos, mas também gerou custos políticos crescentes, que foram se avolumando. Ainda assim, o PT conseguiu obter mais uma oportunidade, em 2014. Diga-se de passagem que essas suas características não correspondem a um modelo ideal de partido de esquerda; mas, pelo contrário, são fruto da experiência histórica das lutas sociais concretas. Do mesmo modo, resultam também da especificidade do processo de formação do Estado e do tipo de dinâmica capitalista que se desenvolveu no país.

O texto de André Singer (2015), “Cutucando onças com varas curtas”, buscou apontar que a política estatal do governo Dilma teria fraturado a chamada “coalizão produtivista” e afastado camadas de empresários da aliança, sem que houvesse qualquer mobilização dos trabalhadores para respaldar essa política. A leitura de Singer considera que, entre 2011 e 2012, “[...] em iniciativa de audácia inesperada, os desenvolvimentistas invadiram a cidadela sagrada das decisões monetárias e avançaram aos saltos, pressionando as instituições privadas para reduzirem os próprios ganhos” (SINGER, 2015, p. 40). Esse período terminaria em 2013, quando o Banco Central voltou a elevar a taxa de juros. Teria havido então uma reversão

neoliberal, não explicada em seus motivos imediatos, e que conseguiria adesões entre setores do empresariado, na classe média tradicional e mesmo em parcelas da chamada “nova classe trabalhadora”. Singer se propunha a investigar os fatores políticos que teriam influenciado a derrota da chamada “nova matriz econômica”. Essa nova matriz econômica, termo forjado pelo ex-ministro Guido Mantega, seria uma tentativa do governo Dilma Rousseff de manter e sustentar um ritmo de crescimento capaz de enfrentar uma segunda onda de crise a partir de 2012, e estaria baseada na redução dos juros, no uso intensivo do BNDES para financiamento de investimentos, numa aposta na industrialização do país, em amplas desonerações fiscais, num plano para infraestrutura, na reforma do sistema elétrico para baratear energia, na desvalorização do real para favorecer a indústria nacional, no controle do fluxo de capitais externos e na proteção aos produtos nacionais com o programa de compras governamentais (SINGER, 2015, p. 43-45).

Assim, a política econômica do governo Dilma teria posto em xeque “o pacto conservador lulista”, enfrentando “o núcleo duro do capital” (SINGER, 2015, p. 47). Para explicar o fracasso dessa política, Singer sugere que o Banco Central, refletindo pressões do mercado, teria redirecionado de forma autônoma a política do governo. Em suas palavras, “poderosas correntes submersas tinham reordenado forças invisíveis” (SINGER, 2015, p. 50). Como isso seria possível sem conhecimento ou adesão do núcleo dirigente petista, aliás, em aberta contradição com sua base social?

Seguimos com Singer quando afirma que uma guerra ideológica e midiática, estimulada por um “cerco rentista”, seria desencadeada entre o final de 2012 e principalmente em 2013 para sepultar o projeto de desenvolvimento de Dilma e Mantega. Mas de fato, houve uma ruptura com a política de ajuste econômico? E o que era afinal o projeto desenvolvimentista? Na campanha eleitoral de 2014, Dilma Rousseff novamente flerta com a base social petista e sugere que vai se contrapor às propostas neoliberais do PSDB. Porém, no contexto das mobilizações de 2013, a presidente já reagira, afirmando a pauta liberal da chamada “responsabilidade fiscal”, o que na prática significava assumir os planos de ajuste estrutural estimulados pelo capital financeiro. Ganhas as eleições, muitos irão se surpreender com a continuidade da política de ajuste expressa de maneira

inequívoca com a nomeação de Joaquim Levy, homem do mercado e colaborador do PSDB, para Ministro da Fazenda.

André Singer sustenta a hipótese de que, durante os governos petistas, se contrapuseram duas coalizões, denominadas por ele como rentista e produtivista, e que o governo Lula teria se apoiado no subproletariado para arbitrar acordos entre as duas frações burguesas. Enquanto os rentistas estariam aliados ao neoliberalismo e ao grande capital internacional, os produtivistas buscariam acelerar o crescimento e a industrialização através da intervenção do Estado. Na verdade, o setor “produtivista” era expressivo da política de colaboração entre as cúpulas sindicais da CUT e da Força Sindical com a FIESP, cuja expressão mais clara foi o texto “Brasil do diálogo, da produção e do emprego”, do começo de 2011 e que teria seu desdobramento no chamado “Plano Brasil Maior”, lançado pelo governo Dilma em agosto de 2011.

No entanto, essa aposta da cúpula petista em uma fração progressista e industrialista da burguesia brasileira rapidamente se desfez. A própria crise econômica mostraria a impossibilidade de um pacto que articulasse setores da burguesia industrial com os trabalhadores contra a lógica rentista. Singer afirma que “[...] no segundo semestre de 2013 percebe-se a formação de uma frente única burguesa em oposição ao desenvolvimentismo” (SINGER, 2015, p. 56). A tese de Singer é a de que a presidente Dilma Rousseff, para efetivar sua política desenvolvimentista, teria preferido realizar uma recomposição com a burguesia industrial, em vez de mobilizar a classe trabalhadora que votara nela. Aqui cabe fazer algumas perguntas: a burguesia estaria de fato dividida? Teria havido realmente uma política desenvolvimentista? E mais, a crítica de Singer não estaria preservando a direção petista, ao colocar sobre Dilma a responsabilidade pela condução geral das políticas de governo?

Por que a burguesia industrial se afastou da base de apoio de Dilma? Singer lista seis teses explicativas: a primeira é a de que o setor produtivo estaria já em grande parte sob o controle financeiro dos bancos, corroborando o que é apontado pela tradição marxista pelo menos desde o início do século XX. Uma segunda tese sustenta que o pleno emprego fortaleceu os sindicatos, mas incomodou os empresários. Uma terceira tese afirma que historicamente a burguesia se afasta do Estado quando ocorrem políticas de pleno emprego e aumento da renda. Uma

quarta explicação enfatiza o poder da propaganda e da ideologia nas críticas ao chamado ensaio desenvolvimentista, como na ofensiva midiática de 2012-2013. A quinta explicação destaca que a mudança da correlação de forças no plano internacional pressionara a política econômica brasileira, com a retração do mercado chinês e o aumento da especulação e movimento de capitais produtivos dentro do país. E, por fim, a perspectiva de que Dilma teria aberto excessivas frentes de luta política que contrariaram interesses empresariais e aproximaram os produtivistas dos rentistas isolando a base de apoio do governo (SINGER, 2015, p. 63). Essa tese afirma que foi um erro tático que fez fracassar a política do governo Dilma e defende a viabilidade de uma coalizão ou pacto desenvolvimentista com empresários que seriam supostamente produtivistas:

[...] sustentar a ofensiva demandaria sólida aliança interclassista e/ ou intensa mobilização dos trabalhadores para conter a volta do Cipó de Aroeira [...] Enquanto pelo alto Dilma e Mantega realizavam o programa de redução de juros [...] no chão social e político o vínculo entre industriais e trabalhadores se dissolvia, e os empresários se unificavam contra o intervencionismo (SINGER, 2015, p. 65).

Em relação às polêmicas a respeito das alianças de classes, as posições de Armando Boito (2012) diferem em parte daquelas de André Singer ao colocar ênfase no caráter nacional ou internacional para se compreender as divisões das frações burguesas. Boito afirma haver uma burguesia interna que busca a ação protetora do Estado brasileiro, inclusive separando bancos e indústrias nacionais e internacionais. Para ele portanto, a burguesia interna rentista ou produtivista buscaria proteção do Estado. Essa perspectiva se refletiria nas coligações políticas internas. A grande burguesia interna estaria aliada ao movimento sindical e popular em contraposição ao capital estrangeiro aliado ao capital financeiro internacional. Essa parcela do empresariado seria o setor hegemônico dentro do bloco de poder lulista (BOITO Jr, 2012).

Outro crítico à esquerda das políticas dos governos petistas, e do período Lula em particular, é Rudá Ricci (2013). Para o autor, o chamado “lulismo” seria uma forma ou estrutura que permitiria um modelo de gestão e de organização social baseado na chamada regulação fordista, atualizando práticas e estruturas patrimonialistas:

[...] movimentos sociais, sindicatos e organizações não governamentais foram paulatinamente convergindo e se submetendo ao estatal desenvolvimentismo na lógica fordista. Por ser tardio, o fordismo brasileiro é incompleto e inacabado. Não se assenta em bases sólidas de industrialização acelerada... constrói uma ponte entre o velho clientelismo e um arranjo deles que moderniza de maneira muito particular o Estado [...] (RICCI, 2013, p. 189-190).

Ricci parece não apenas justificar a existência de um novo projeto econômico de tipo desenvolvimentista sob a chamada “lógica fordista”, mas, em certa medida, dissolve ou dilui o papel da luta ideológica, o papel do discurso da grande mídia comercial alinhada aos interesses empresariais, das narrativas conservadoras de controle das massas populares, o papel das igrejas como instrumentos de controle social e doutrinação conservadora dos costumes, da luta política enfim, como se valores conservadores e mesmo individualistas não fossem objeto de disputa política, ideológica e teórica:

[...] o fordismo tardio brasileiro é, portanto, uma formulação original, assentada numa sociedade civil pulverizada em múltiplos interesses comunitários e familiares... A nova classe C, que efetivamente não é uma classe, mas, a melhoria de renda das classes trabalhadoras, resultado da inclusão pelo consumo, alimentou o ideário justamente oposto: a crença no esforço pessoal, no consumo de produtos sofisticados como demonstração de sucesso, na gratidão à família e núcleo de relacionamento íntimo [...] no pragmatismo e cinismo político, na desconfiança da política como espaço de profissionais da artimanha e não da representação social [...] os emergentes do consumo de massas são conservadores [...] (RICCI, 2013, p. 191).

Mais uma vez nos perguntamos se esse conservadorismo seria realmente sólido o suficiente para dissolver uma consciência de classe mais profunda? Porque o mesmo autor, minimizando as opiniões das classes populares sobre os sindicatos, não destaca o que ele mesmo valoriza a partir de pesquisas de opinião colhidas, em 2010: que 53% dos trabalhadores com até dois salários-mínimos afirmavam que os sindicatos eram importantes para defender os seus interesses; índice que vai justamente decaindo conforme aumenta a renda. Ricci prefere enfatizar que quase a metade, ou 46% dos entrevistados em geral, vê o sindicato apenas como espaço para se “fazer política”. Mas, ainda nesse

item, destaca-se um corte social importante: a opinião de que os sindicatos são apenas espaços de luta política, e não espaços de defesa dos direitos de uma categoria, também aumenta proporcionalmente à renda (RICCI, 2013, p. 192). Seja como for, o que fica claro é que a consciência de classe dos trabalhadores subsiste em disputa no emaranhado contraditório da luta social e política.

Esquerda e crise estrutural: os limites do “reformismo fraco”

A experiência política dos governos federais do PT, que garantiram e ampliaram direitos, ainda que a um custo político alto em termos de conciliação, e a derrota imposta desde 2016 vêm provocando uma reflexão necessária e profunda sobre as estratégias e táticas da esquerda brasileira. As circunstâncias históricas colocaram desafios inéditos e estão a exigir um balanço da herança e da experiência realizada por esse partido. Balanço para agir e para organizar num novo patamar as lutas que se avizinham. Essa história recente oferece caminhos a serem retomados e outros a serem descartados. O peso da estrutura nacional política (Estado) e econômica (capitalismo periférico) limitou ou não o alcance do PT e da classe trabalhadora para avançar mais em suas reivindicações? Quem a não ser a classe trabalhadora pode oferecer perspectivas para reconstruir um projeto de nação e de aprofundamento democrático para esse país?

Há que se ter em mente que, ainda que procurando caminhar para o centro em sua política eleitoral, o PT permaneceu sendo objeto de muita desconfiança e preconceito por parte das elites empresariais e políticas do país. Depois da eleição de Lula da Silva, em 2002, o partido sofreria o seu primeiro grande revés em 2005, quando vieram à tona as denúncias de compra de apoio parlamentar no episódio conhecido como “Mensalão”⁴. As duas faces do PT, a que já nos referimos anteriormente, ficariam então explicitadas: de um lado, uma base de origem operária e de massas, que lhe garantiu um forte enraizamento nos movimentos populares e entre a juventude; de outro, uma cúpula, cada vez mais adaptativa e em consonância com o *modus operandi* da

⁴ Ver o livro de Paulo Moreira Leite (2013), no qual são relatadas contradições do julgamento político da Ação Penal 470, o chamado “Mensalão”.

política brasileira. A adaptação do partido às instituições e à política de conciliação, num certo sentido, desmoralizou-o diante de setores operários e de classe média, preparando o terreno para uma “solução” autoritária e moralista, descrente da política democrática e aberta à figura do *outsider*, tão bem expressa por Jair Bolsonaro. Essa contradição se refletiu também nos compromissos e alianças da cúpula dirigente com setores da burguesia brasileira em torno do mal chamado “neodesenvolvimentismo”, gerando choques frequentes com as expectativas e mobilizações de sua imensa base social de trabalhadores da cidade e do campo (KATZ, 2016, p. 157-184).

Ao contrário do que seria de se esperar de uma aventada “democracia consolidada”, exaltada por vários intelectuais ligados à cúpula petista, o Estado brasileiro se erigiu sob a base instável de uma economia capitalista frágil, parte de uma engrenagem maior na qual manteve o seu lugar subalterno. Exatamente por isso, sequer a ilusão democrática e neodesenvolvimentista teria condições de prosperar por muito tempo, porque implicava um certo grau de ação e autonomia das organizações de massas e dos próprios instrumentos de participação democrática da nação. Se houve permanente tensão e oposição no “campo progressista” e mesmo petista por conta dos compromissos aliancistas que limitavam permanentemente o alcance das reformas, por outro lado, também se tornava insuportável para essa parcela da burguesia brasileira manter concessões e certo grau de liberdade política que reduziam a taxa de exploração que o novo quadro mundial passava a exigir para reproduzir o processo de acumulação capitalista. As políticas de distribuição de renda e de ampliação de direitos sociais, ainda que estimulassem o mercado interno, retiravam também uma parcela de capitais passíveis de serem apropriados diretamente pela dinâmica financeira.

Seja como for, a cultura política do petismo alimentou – e ainda alimenta – profundas ilusões nas possibilidades emancipatórias e reformistas da participação em entidades e conselhos de Estado. No entanto, apenas em situações muito excepcionais, a participação em conselhos pode permitir uma ação efetivamente autônoma e independente com base em um mandato popular. Em geral, os conselhos de participação são sofisticados e atraentes instrumentos de cooptação e comprometimento das organizações sindicais e populares com as políticas de ajuste econômico e com o funcionamento regular do Estado. De certo modo, são

expressivos da perspectiva presente em setores da esquerda, pelo menos desde o antigo reformismo alemão, de “revolucionar por dentro das estruturas”. Contudo, sem um horizonte que permanentemente reafirme a luta anticapitalista, o que não significa ignorar a necessária flexibilidade tática, a esquerda, petista ou não, pode e frequentemente é capturada por políticas meramente reformistas e de completa rendição às instituições.

Em termos sociais, o bloco que ganhou as eleições e que governará o país nos próximos anos representa os interesses mais conservadores dos bancos, dos proprietários de empresas e terras, e dos grandes acionistas e comerciantes. Interesses que, por sua vez, não possuem projeto soberano de desenvolvimento econômico da nação brasileira. As proposições e análises de Singer (2015) e de Boito (2012) demonstram essa realidade, ainda que seus autores cheguem a conclusões diferentes. As instituições políticas existentes, moldadas em parte pela Constituição de 1988, refletiram um pacto de diferentes frações da burguesia de então e de setores vinculados à ditadura (como as forças armadas, parcela expressiva da classe política e do Poder Judiciário) com um movimento afirmativo da sociedade civil por direitos, de tal forma que, junto com inúmeras inovações, foram preservadas instituições e ranços autoritários. Porém, por força das mobilizações e organizações que nasceram das lutas contra o regime militar, foi necessário incorporar direitos democráticos e sociais por pressão das demandas da sociedade civil. Diga-se de passagem que o PT, ainda que sendo expressivo de movimentos sociais e de setores da classe trabalhadora que lutavam por direitos, não assinou a Constituição de 1988, por considerá-la acanhada como referencial de mudança. Todavia, esses direitos inscritos na Constituição jamais foram aceitos e reconhecidos plenamente como parte das instituições democráticas por grande parte da burguesia brasileira, que sempre conspirou contra eles.

Gerou-se assim uma situação paradoxal, já que qualquer perspectiva de reformas mais avançadas (um reformismo forte), que compactuasse com o conjunto da Constituição de 1988 e a defendesse, estaria de fato avalizando um arranjo que limitou a democracia, preservou entulhos autoritários e impediu o aprofundamento dos direitos sociais e econômicos para a maioria da população brasileira. Um “reformismo forte” não poderia, portanto, se identificar com a mera defesa das instituições saídas de 1988, mas exigiria um novo processo constituinte para permitir

de fato a democracia, varrendo as velhas estruturas autoritárias da ditadura e ampliando os direitos. Esse passo a direção do PT e os seus governos nacionais desde 2003 não ousaram dar, talvez por perceberem que a correlação de forças não fosse favorável a isso. Dessa forma, procuraram explorar cuidadosamente as brechas do aparato estatal e as prerrogativas abertas pela Constituição, sem afrontar de frente os interesses dos setores dominantes.

Na década de 1960 o pensador socialista brasileiro Mário Pedrosa (1966), escrevendo já depois do golpe militar-civil de 1964, retomou o debate sobre os espaços autônomos e independentes que o movimento operário poderia abrir dentro da institucionalidade burguesa. Tratava-se de uma velha polêmica das organizações dos trabalhadores, primeiro sobre a imperiosa necessidade de se organizar um partido político operário independente para articular politicamente a classe trabalhadora (Marx), partido para fazer a disputa em todos os domínios desde o Estado até e principalmente na luta de massas em sindicatos e movimentos, ainda que sob a direção de reformistas e reacionários (Lênin). A experiência da social-democracia alemã antes da Primeira Guerra fez surgir uma poderosa corrente que passou a defender abertamente a via das reformas graduais no interior do Estado como caminho ao socialismo (E. Bernstein, K. Kautsky) e que se transfigurou depois numa posição abertamente reformista, ainda que com forte enraizamento social no movimento operário. Em vertente completamente oposta, muitos grupos anarquistas, conselhistas ou autonomistas defenderam a ação direta e revolucionária de costas para as instituições de Estado e mesmo das grandes organizações operárias. As velhas polêmicas sempre renascem nos grandes momentos de crise políticas e fórmulas e caminhos já testados pela história são retomados. Necessariamente não estão errados, porque também a história e a conjuntura mudam constantemente. Quando Mário Pedrosa escreveu, em plena década de 1960, polemizava indiretamente com setores da esquerda que propunham engajar-se na luta armada no campo, se afastando dos núcleos de trabalhadores urbanos das cidades (PEDROSA, 1966).

Pedrosa, que anos depois assinaria a ficha nº 1 de filiação ao PT, argumentava justamente que a crescente urbanização e industrialização criaria o terreno para uma nova onda de lutas operárias com base em camadas novas do proletariado. A

reação à ditadura nasceria, de um modo ou de outro, mesmo que contrariando os sindicalistas pelegos e a esquerda armada. Muitos no PT viram e ainda enxergam de longe aquelas experiências reformistas – só possíveis antes em poucos países privilegiados pelo capitalismo colonialista e imperialista – como modelos válidos para a América Latina. Mas os espaços de manobras de um país de capitalismo submetido e atrasado são mínimos e conjunturais, e de certa forma impossíveis na atual situação de crise econômica mundial.

Voltando ainda à questão do Estado, antes de pensarmos nos limites econômicos do reformismo, correntes políticas neanarquistas ou conselhistas defenderam por muito tempo a via das “reformas revolucionárias” que visariam conquistar por dentro do Estado burguês espaços autônomos e institucionais de poder popular. Política que se desdobrou depois em iniciativas como conselhos de participação popular para compartilhar uma “democracia participativa”. Tornou-se depois uma forma criativa de comprometer as forças populares com orçamentos exíguos, que buscavam caminhos alternativos ao esgotamento do papel central do movimento operário como núcleo das ações anticapitalistas.

Essa nova “onda antissistema”, com seus novos sujeitos sociais, foi embalada por leituras pós-modernas herdeiras dos movimentos de contracultura da década de 1960. Para tais interpretações, seria um imperativo superar também as leituras economicistas e classistas consideradas tradicionais. Havia de fato uma reação saudável contra o burocratismo e o autoritarismo erigidos pelos regimes stalinistas no leste Europeu em nome do socialismo, mas ela teria sido capturada por um discurso apequenado da ação anticapitalista. Nessa nova teia política, esboçavam-se estratégias e táticas que requentavam sonhos reformistas, encantavam as novas gerações e levavam à rejeição da política dos partidos de classe ligados ao sindicalismo operário. O PT nasceu neste momento de disputas ideológicas e estratégicas, mas na periferia do capitalismo, tendo que se confrontar com a luta contra a ditadura e com a crise econômica da década de 1980. E, ao conseguir se viabilizar como organização política dos trabalhadores brasileiros, criou uma situação que, de certo modo, contrariava as formulações teóricas sobre o fim do trabalho e a irrelevância da classe operária.

Um bonapartismo tardio

Ao atacar o PT e sua liderança máxima com uma onda de golpes institucionais e judiciais, a coalizão conservadora criou as condições para que seus setores mais identificados com a defesa da legalidade democrática também acabassem sendo atingidos, abrindo espaço assim para que os ultraconservadores ganhassem um grande protagonismo. A luta política, com isso, tende a se tornar mais crua e direta, mais violenta e ilegal. Um novo regime político está em formação, ainda que não plenamente configurado; o arranjo que dera vida a Nova República cambaleia sob os escombros de sua própria crise. Não é exagerado dizer, inclusive, que setores da própria burguesia brasileira e seus representantes tradicionais no terreno político foram estraçalhados em seu próprio campo. As instituições do Estado estão todas frágeis, o Executivo, o Congresso, o Judiciário e os próprios partidos.

Afinal, a democracia e a república, assim como o sufrágio universal, poderiam ser uma ameaça para a burguesia se combinadas com plenos direitos políticos para a organização independente dos trabalhadores. A solução bonapartista se coloca quando se esgotam os mecanismos democráticos. Devemos lembrar que o PT ganhou quatro eleições nacionais e provavelmente poderia ganhar a quinta com Lula, o que inviabilizaria a política de ajuste econômico exigida pelos grandes capitalistas internacionais. O processo político criado para encurralar o PT e seus dirigentes já é bem conhecido e teve também um alto custo para as representações políticas tradicionais da burguesia e para as instituições saídas de 1988.

A democracia brasileira nunca se consolidou porque se sustenta sobre as bases de uma sociedade bastante desigual e dominada por uma burguesia sem projeto soberano de nação, frágil e a reboque dos capitais internacionais. A instabilidade da economia nacional, com o orçamento restringido por juros elevados que consomem cifras bilionárias, não deixa muita margem para concessões à maioria, senão pela radicalização política.

Neste terreno, as forças expressivas dos interesses dominantes se agarram a suas instituições centrais, buscando sobreviver à conjuntura de crise e às consequências das transformações estruturais. Bolsonaro representa um caminho que vê no núcleo repressor do Estado – as polícias, o Exército e setores

do Judiciário – uma possibilidade de garantir a ordem e um nível maior segurança. O atual governo não representa a burguesia brasileira em seu conjunto, mas não deixa de ser expressão de sua crise de hegemonia, o que pode ser notado pela crescente desmoralização de suas tradicionais representações políticas e de suas principais instituições, como a própria Constituição de 1988. Estamos diante de um terreno instável e oscilante que não permite projetar soluções convencionais. Será muito difícil uma acomodação democrática e uma volta a alguma normalidade nas próximas eleições em 2020, que não deverão ocorrer sem novos e mais profundos abalos.

A classe operária, se lograr se reagrupar na luta por suas reivindicações, reconquistando uma parcela do setor desgarrado da grande massa de trabalhadores e mesmo da pequena-burguesia urbana, que oscilou para a direita, para a antipolítica ou para novas representações à esquerda (PSOL, MTST), pode estabelecer uma contraofensiva em defesa dos direitos, da soberania nacional e da democracia. O eixo desta reconstrução talvez possa ser o PT, que demonstrou não estar esgotado e, mesmo atravessado por profundas contradições e por ilusões conciliadoras, ainda possui força política para atrair e reagrupar a cidadania e as organizações de massa em torno da luta contra o governo que se iniciará em 2019. A questão é saber se a mobilização social, por mais aguerrida que seja, mostrar-se-á suficiente para impedir que os preocupantes sinais dados pelo candidato eleito descambem para a reação truculenta contra a classe trabalhadora e suas organizações.

Em várias partes do mundo, a democracia parlamentar entrou em profunda crise. Com isso, abriu-se o espaço para a emergência de lideranças populistas e autocráticas, que tentam pelo controle do Executivo impor uma agenda simultaneamente neoliberal na economia e conservadora nos costumes. Através do uso das novas mídias, especialmente das redes sociais, esses governantes apostam na desvalorização da política, na desqualificação da imprensa tradicional e no uso de mecanismos aparentemente democráticos, como os “plebiscitos” ou a mobilização direta de forças dispersas, para se legitimarem no exercício do poder. Nesse sentido, o bonapartismo não representa uma “média coerção”, que antecipa necessariamente o fascismo, classificação típica e esquemática nascida em outro contexto histórico. Mas, talvez seja uma forma de governo que expresse a

crise mais profunda da ordem burguesa e de seus instrumentos tradicionais de luta política, como os partidos e a composição de uma maioria parlamentar, no contexto de emergência de uma nova fase da produção capitalista. Ao mesmo tempo reflete um momento de grande tensão política, no qual o movimento operário e popular ainda mantém muitas de suas organizações tradicionais em condições de resistir aos ataques contra os direitos. Ou seja, se “os de cima” não conseguem mais governar como no período anterior e nem provocar uma derrota avassaladora da classe operária e das organizações populares, isso não significa que, numa situação de impasse, não possam radicalizar ainda mais e justificar, em nome da defesa da ordem, a completa militarização do conflito, com o esgotamento da própria solução bonapartista.

É óbvio que, em virtude das grandes transformações tecnológicas e produtivas atuais, a burguesia não tem sido capaz de manter sua unidade como classe dirigente. O dia a dia da luta econômica expressa-se na ferrenha disputa entre capitalistas no país e, principalmente, fora dele. É justamente nessas situações, quando o bloco dominante e seus partidos estão em crise, que podem surgir regimes políticos que busquem se autonomizar das classes e governar, em nome de bandeiras supostamente amplas, acima das lutas políticas e sociais. O bonapartismo como regime político ou forma de organização específica dos aparatos de Estado pode se erguer justamente para superar a crise de representação da classe dominante e, em última instância, preservar os seus interesses mais gerais. Nessas circunstâncias, se busca atacar as formas tradicionais de representação democrática das classes, inclusive as da burguesia. Esse movimento pode se apoiar em setores inorgânicos de todas as classes sociais, nutrindo-se do ressentimento e do medo provocados pela crise econômica⁵. A base política de qualquer regime bonapartista será acionada diretamente pelo “líder”, sem mediações políticas organizadas, o que parece ser o caminho buscado nesse momento pelo bolsonarismo difuso. O Exército e o Judiciário podem eventualmente ser mobilizados para defender um regime dessa natureza.

O governo de Lázaro Cárdenas, no México, representou um dos primeiros casos para se pensar os regimes bonapartistas na América Latina ao se caracterizar como um regime submetido às

⁵ O texto clássico do qual derivam essas reflexões é o *18 Brumário de Luís Bonaparte*, escrito por Karl Marx.

modificações existentes na correlação de forças entre as classes, alternando-se entre a proximidade com setores populares ou com o imperialismo. Esse exemplo histórico demonstra a instabilidade de regimes embasados em classes dominantes submissas e politicamente inábeis, em países marcados pela influência da dinâmica imperialista (TROTSKY, 2009).

Não obstante, a democracia se coloca como um permanente obstáculo ao capital financeiro, pois é ela quem permite a luta por direitos econômicos e sociais. Nessa lógica de financeirização, a crise econômica fez com que as estratégias em torno do fazer político tivessem que ser repensadas. Assim, com o objetivo de conter demandas populares, governos do tipo bonapartistas buscam recompor as condições para a reprodução capitalista. Porém, não é arbitrário pensar que o bonapartismo que ora se anuncia só se manterá no poder, ainda que com todas as concessões políticas, se for capaz de garantir os interesses do capital financeiro internacional. Diante desses parâmetros, uma solução abertamente fascista, por outro lado, não está descartada, mesmo que possa significar uma reação extrema para a imposição de uma nova ordem.

A retomada plena da democracia exige a superação das limitações vislumbradas no governo recentemente eleito e a construção de novas instituições democráticas, com espaço para que posições de destaque sejam ocupadas por partidos de base popular. As características do bonapartismo e a conjuntura nacional permitem a ação e a mobilização democrática, nacional e de oposição. Mas, de outra parte, não está descartada também a possibilidade de uma efetiva fascistização do processo social e político do país. Como isso se resolverá é algo que não está dado a priori, pois dependerá em larga medida da capacidade dos atores políticos se organizaram para bloquear o processo de desconstitucionalização e de retirada de direitos que o governo eleito já anuncia como eixo de seu mandato.

ANDRADE, E. de O. From 2016 coup to bonapartism. *Perspectivas*, São Paulo, v. 52, p. 69-88, jul./dez. 2018.

■ **ABSTRACT:** *With 2016's impeachment as a starting point, the article discusses perspectives and elements announced for the future government of Jair Bolsonaro, characterizing them with the concept of Bonapartism. It makes this discussion considering the ongoing*

transformations in the world economy in the context of structural crisis, as well as pointing out the limitations of “weak reformism” as a government policy. It also emphasize the importance of the resumption of full democracy, which requires overcoming Bonapartism and the fascist threat by building new democratic institutions and popular mobilization.

■ **KEYWORDS:** *Bonapartism. Coup. Brazil. Financial Capital. Democracy.*

Referências

ANDRADE, E. O.; CHAUVIN, J. P. *Lula liberto*. São Paulo: Terceira Via, 2018.

BOITO JÚNIOR, A. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: BOITO JÚNIOR, A.; GALVÃO, A. (orgs.). *Política e classes sociais no Brasil nos anos 2000*. São Paulo: Alameda, 2012

CARDOSO JUNIOR, J. C. (org.). *A Constituição golpeada 1988-2018*. São Paulo: Perseu Abramo, 2018.

DAVIDSON, K; KRUGER, D. U.S. on a course to spend more on debt than defense. *The Wall Street Journal*, 11 nov. 2018. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/u-s-on-a-course-to-spend-more-on-debt-than-defense-1541937600>. Acesso em: 11 dez. 2018.

KATZ, C. *Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo e socialismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

LEITE, P. M. *A outra história do mensalão*. São Paulo: Geração editorial, 2013.

MARX, K. *18 brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo editorial, 2015.

MONTORO, X. A. *Capitalismo y economía mundial*. Madrid: IME-ARCIS, 2014.

PEDROSA, M. *Opção brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1966.

RICCI, R. *Lulismo*. 2ª ed. Brasília: Contraponto, 2013.

SCHINCARIOL, V. E. *Economia e política econômica no governo Dilma (2011-2014)*, São Paulo: Raízes da América, 2017.

SINGER, A. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 102, p. 39-67, 2015.

TROTSKY, L. *Escritos latino-americanos*. São Paulo: Iskra, 2009.

VAROUFAKIS, Y. *O minotauro global*. São Paulo: Autonomia Literária/Perseu Abramo, 2016.

UMA BREVE ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE JAIR BOLSONARO PARA A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Rodrigo Duarte Fernandes dos PASSOS¹
Diana Patricia Ferreira de SANTANA²

■ **RESUMO:** Como efetuar uma rápida avaliação preliminar das propostas de Jair Bolsonaro para a política externa brasileira? Responder sumariamente a tal questão é o objetivo deste texto. Para isso, seguiu-se uma linha de raciocínio que destacou, em primeiro lugar, uma retrospectiva da política externa brasileira e sua mudança no governo Temer; em seguida, uma análise das propostas de política exterior de Jair Bolsonaro; e, por fim, uma conclusão na qual se dá ênfase às possíveis consequências desse novo rumo. A hipótese preliminar geral é que há uma guinada dos setores que venceram as eleições de 2018 em relação à política externa do novo governo, que busca um alinhamento incondicional com a política norte-americana.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Política externa brasileira. Governo Bolsonaro. Hegemonia norte-americana. Imperialismo norte-americano.

A política externa brasileira dos séculos XX e XXI: um breve panorama

Um marco indubitável no início da República e do século XX no contexto da disputa inter-hegemônica entre Grã-Bretanha e Estados Unidos foi a mudança de rumo e a escolha das classes dominantes brasileiras, bem representadas pelo Barão do Rio

¹ UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília. Departamento de Ciências Políticas e Econômicas. Marília – SP – Brasil. 17.525-900. rodrigopassos@marilia.unesp.br.

² IFPR – Instituto Federal do Paraná. Campus de Ivaiporã. Ivaiporã – PR – Brasil. 86870-000. dianapfs@usp.br

Branco, pelo alinhamento da política externa do país em favor dos Estados Unidos, contrapondo-se à opção preferencial britânica e europeia de nossos vizinhos argentinos. Esta linha-mestra permaneceu, com maiores ou menores variações até o início dos anos 1960, quando a política externa independente dos governos Jânio e Jango iniciou uma nova mudança de orientação. Tal oscilação também ocorreu durante os governos militares de Castello Branco, Costa e Silva e Médici, a despeito de todos eles darem indicações de uma preferência pelos Estados Unidos.

Em outra oportunidade (PASSOS; FRANCO, 2017), analisou-se em linhas gerais a reorientação da política externa brasileira, durante o governo Geisel, dando destaque à atuação do chanceler Azeredo da Silveira (1974-1979) e procurando mostrar o início de uma alteração de rota. Desde então, foi se efetivando uma guinada, com a adoção de uma política externa mais autônoma com relação aos Estados Unidos, marcada pela diversificação de relações com outros Estados e regiões do globo, ainda que isso não tenha significado uma política contra-hegemônica ou anti-imperialista. É óbvio que sempre haverá diferenças relevantes na política externa de um país, se observarmos a ação dos diferentes governos. Contudo, é sempre importante ter em mente as linhas de continuidade e os momentos de inflexão, especialmente quando referidas às grandes transformações da sociedade capitalista.

Na oportunidade mencionada, procuramos realçar um aspecto metodológico importante em termos do que Gramsci (1975) chamava de “análise de situações: relações de força”. Dito mais claramente, tendências conjunturais de governos, partidos e inclinações políticas de certos mandatários do executivo nacional, além de argumentos eivados de voluntarismo, politicismo, estadocentrismo e economicismo, não são suficientes para caracterizar o esgotamento das forças sociais e históricas em um contexto de totalidade. Neste sentido, definições dualistas e muito reducionistas de hegemonia e imperialismo³ que focam

³ Diga-se de passagem que hegemonia não é sinônimo de mera dominação ou preponderância econômica e político-militar em termos de um Estado tomado abstratamente sem a participação de classes e seus estratos. Ela envolve uma concepção de mundo com um conjunto muito maior de aspectos a serem analisados (GRAMSCI, 1975). No mesmo diapasão, o imperialismo não pode ser reduzido a mera financeirização da economia mundial, tampouco ser sinônimo de iniciativas políticas de Estados com objetivos belicistas, expansionistas e agressivos, prescindindo dos conflitos envolvendo comunidades e coletividades concretas. As sínteses e mediações que o capital financeiro efetua com as atividades produtivas e os vários aspectos das relações sociais desencadeados com esse tipo de dinâmica remetem a um processo histórico muito mais amplo (HILFERDING, 1981; FRANCO, 2015).

os fragmentos, mas não o todo ou o processo histórico em um sentido mais amplo, não são suficientes para caracterizar esta ou aquela política externa de um período, Estado ou governo específico como anti-imperialista ou contra-hegemônica. Entram no rol desta avaliação todas as políticas externas brasileiras mais inclinadas e mais distantes dos Estados Unidos, com maiores ou menores pendores nacionalistas ou terceiromundistas, de maior diversificação de nossas relações exteriores. Por exemplo, nos anos 1970 Comunidade Econômica Europeia passou a responder pelo maior volume de vínculos econômicos com o Brasil, condição antes ocupada pelos Estados Unidos. Mais recentemente, tal posto veio a ser assumido pela República Popular da China. Em poucas palavras, estar inserido em um processo histórico orientado por uma certa hegemonia não diz respeito a uma opção em termos de “escolha racional” ou de “interesse nacional”. É um dado objetivo das forças históricas, pensando-se em termos de totalidade. Acrescente-se que o sentido de tais reorientações e diversificações está na busca de possibilidades das classes dominantes nacionais e seus extratos, em conjunto com o capital financeiro, buscarem ampliar a acumulação de capital.

Em resumo, dois objetivos históricos pautaram a política externa brasileira com algumas variações desde a extinta Liga das Nações até 1974: uma relação mais próxima com os Estados Unidos e a busca de reconhecimento como um grande país. Destes objetivos, somente o segundo prosseguiu desde 1974 com a diversificação de relações políticas e econômicas outros países e blocos econômicos.

O governo Temer claramente assumiu em 2016 uma postura muito mais inclinada aos Estados Unidos, aparentemente enfrentando veladas resistências por tal opção no próprio – e conservador, diga-se de passagem – Ministério das Relações Exteriores. A mudança foi muito acentuada e provavelmente decretou o fim da orientação em prol da diversificação referida.

As propostas e declarações do candidato Jair Bolsonaro, bem como as medidas de transição anunciadas para o início de seu mandato, certamente corroboram a avaliação a respeito da tendência apresentada no governo Temer de aproximação muito maior com a política externa norte-americana. Este é o foco do próximo item do texto.

Tendências e desdobramentos da política externa anunciada por Jair Bolsonaro

É difícil fazer uma previsão sólida sobre o futuro da política externa no governo Bolsonaro no momento da escrita deste texto⁴. Todavia, é nítida a identificação de suas propostas e plataforma, no que se refere ao assunto, com o projeto autoritário, ultraneoliberal e pró-Estados Unidos que vem ganhando espaço nos últimos anos em vários países. Segue um brevíssimo inventário a respeito disso, com base no programa de governo apresentado nas eleições, nas declarações durante a campanha eleitoral, na composição de seu ministério e nos atos anunciados para a transição de governo:

a) Medidas completamente favoráveis aos Estados Unidos, à gestão Trump e ao capital financeiro. Os grandes do Norte são mencionados e louvados, junto com Itália e Israel, por oposição a “ditaduras assassinas” e à política exterior motivada por “razões ideológicas” (PORTAL FLAVIO BOLSONARO, 2018, p. 79). Desdobram-se destas propostas outras prováveis medidas de grande impacto, como se poderá observar a seguir.

b) Ruptura de relações com Cuba, já expressa pela perspectiva de cancelamento da cooperação no âmbito do Programa Mais Médicos.

c) A promessa de realização da transferência da embaixada brasileira para Jerusalém e a intenção em reconhecê-la como capital de Israel. O possível desdobramento é óbvio: sendo uma medida extremamente controversa em meio ao conflito árabe-israelense, pode ser utilizada para retaliações comerciais e diminuição de investimentos árabes no Brasil, ou até mesmo para motivar ataques terroristas, como apontado por alguns analistas. Em termos econômicos, países árabes e muçulmanos são responsáveis por 50% das exportações brasileiras de carne bovina e avícola.

d) Ataque ao Acordo de Paris, que contém cláusulas e metas ambientais, postura que também pode servir de base para retaliações comerciais e econômicas em âmbito internacional.

⁴ Dezembro de 2018.

Sintomaticamente, o Itamaraty divulgou em nota do dia 27 de novembro de 2018 que o governo brasileiro havia retirado sua oferta de sediar a 25ª Conferência das Partes da Convenção do Clima das Nações Unidas (COP-25), programada para acontecer entre 11 e 22 de novembro de 2019 e tendo como pauta a negociação dos termos de implementação do referido Acordo. A justificativa oficial para a retirada da oferta brasileira menciona restrições orçamentárias e o processo de transição para o novo governo. Contudo, no dia 28 de novembro, Bolsonaro admitiu ter interferido nessa decisão. Um funcionário de alto escalão do Itamaraty declarou, sob a condição de anonimato, que a ação sinaliza para as características da política exterior do futuro governo Bolsonaro (CHADE, 2018).

e) Aponta-se também para a possível retirada de cláusulas e barreiras econômicas e comerciais, o que pode incidir em maior abertura e vulnerabilidade da economia brasileira perante empresas estrangeiras.

f) O discurso pela criação de um “novo Itamaraty”, baseado em parcerias políticas e econômicas supostamente destituídas de motivações ideológicas. Conforme apontado, há indícios de resistência do corpo diplomático nacional ao alinhamento aos Estados Unidos, política já adotada no governo Temer, mais recentemente, e também presente no governo Collor. A renovação do Itamaraty é um tema que reaparece quando se analisa, mais adiante, o perfil do Ministro anunciado para as Relações Exteriores, Ernesto Araújo.

g) Defesa de políticas contrárias às minorias, indígenas, e à maioria negra. Nesse caso, um dos desdobramentos possíveis é a efetivação de uma política de genocídio de indígenas, quilombolas e camponeses, em favor da violenta expansão da fronteira agrícola.

h) Propostas em torno da retirada ou facilitação de barreiras para o capital financeiro, incluindo a independência do Banco Central.

i) Ênfase em relações e acordos bilaterais e não em iniciativas multilaterais.

j) Abandono da prioridade da diplomacia de diversificação de relações com o Terceiro Mundo, Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). Uma aproximação com o novo governo conservador chileno também é bastante enfatizada.

k) Com consequências de difícil mensuração, a retirada do país da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA), classificadas como “inúteis”.

l) A julgar por declarações e atitudes xenofóbicas do presidente eleito, de seus filhos e de ministros escolhidos para o governo, a falta de abertura a povos refugiados, como haitianos, venezuelanos e sírios. De maneira sintomática, o futuro chanceler Ernesto Araújo anunciou, no dia 10 de dezembro de 2018, a saída do Pacto Global de Migração a partir de 2019, a despeito de o Brasil tê-lo aprovado em julho de 2018 na Assembleia Geral da ONU junto com os outros 192 Estados-membros, com exceção dos Estados Unidos. A alegação do Ministro é de que o tema não deve ser encarado como uma questão global, mas sim, “de acordo com a realidade e soberania de cada país”. Segundo Araújo (apud MONTESANTI, 2018), “a imigração é bem-vinda, mas não deve ser indiscriminada” e deve “haver critérios para garantir a segurança tanto dos migrantes quanto dos cidadãos no país de destino”. Em sua fala, não há clareza quanto a quais seriam tais critérios.

m) Distanciamento político-econômico em relação à República Popular da China e aproximação com Taiwan, visitada por Bolsonaro quando candidato. As consequências podem ser impactantes, na medida em que Pequim detém o maior volume de relações econômicas com o Brasil e é a segunda potência econômica global da atualidade.

Em recente entrevista, o general Hamilton Mourão, vice-presidente eleito fez ressalvas a essa perspectiva de redirecionamento das relações com o país asiático. Segundo ele (apud BERGAMO, 2018), falas contrárias à República Popular da China seriam “mais uma retórica de campanha”, acrescentando que “não podemos descuidar dos outros grandes atores da arena internacional. Não podemos nos descuidar do relacionamento com a China”.

Assim, percebe-se que o acirramento de conflitos de política externa marca a tonalidade geral dos temas mencionados. Em poucas semanas da transição de governo, as falas do presidente e seu núcleo próximo desqualificaram culturalmente a Europa, com destaque ao já mencionado Acordo de Paris, e à cooperação com a Noruega na questão ambiental, além de criarem tensões com o mundo árabe e muçulmano.⁵

O perfil e alguns dos textos de Ernesto Araújo acrescentam aspectos ainda mais graves. É sabido que sua indicação partiu do filósofo Olavo de Carvalho, com quem teria em comum não somente a defesa da gestão Trump, como também certas abordagens místicas, um pendor religioso e a paranoia da onipresença do marxismo e do assim chamado “marxismo cultural” nas universidades. Pode-se destacar, por exemplo, o fato de que Araújo – ainda que tenha, posteriormente, classificado tal episódio como uma brincadeira – finalizou uma palestra para alunos do Instituto Rio Branco com a imagem de discos voadores circundando o prédio da ONU e a seguinte interrogação: “Secret UFO meeting at the UN?” (apud GALHARDO, 2018).

Conforme apurado por João Paulo Chartheaux (2018), a ascensão de Araújo até o topo do Itamaraty é surpreendente, considerando-se sua origem e sua trajetória dentro da instituição. Araújo, quando da defesa de sua tese no Curso de Alto Estudos do Itamaraty⁶, sustentou a posição brasileira no âmbito do MERCOSUL, usando frases de efeito – prenunciando seu pendor para abordagens e metáforas místicas – como pode ser observado no trecho abaixo:

Toda percepção da realidade tende a ser ideológica, pois se baseia em certos postulados irredutíveis à observação empírica. Assim, a visão segundo a qual o Brasil é ideológico nas negociações extra-regionais do Mercosul é ela mesma ideológica, pois fundamenta-se na concepção de que ampliar os laços com países ricos nos fará também ricos, graças a uma espécie de contato mágico, independentemente de saber se esses laços constituem-se ou não em instrumentos desequilibrados e desfavoráveis ao Brasil.

⁵ O cancelamento unilateral e abrupto de compromissos do chanceler Aloysio Nunes Ferreira no Egito no fim de 2018 por parte deste país no período de transição é exemplar neste sentido.

⁶ Pré-requisito para ser promovido da posição de Conselheiro à condição de Ministro de Segunda Classe, etapas anteriores da carreira progressas ao seu topo, a posição de Ministro de Primeira Classe (Embaixador).

O desejo de ser bem visto e aceito pelos grandes, a identificação com o opressor (que encobre e ameniza o sentimento de opressão), também ajudam a conformar essa visão, sem basear-se em nenhum estudo econômico concreto. Mesmo do ponto de vista mais específico do acesso a mercados, a argumentação ‘anti-ideológica’ vai sempre no sentido de que convém negociar com os grandes mercados, sem se preocupar em determinar se as negociações efetivamente reduziram barreiras ao acesso de nossos produtos de exportação àqueles mercados, nem a que preço. Ignora, ademais, o fato de que os mercados em mais forte expansão no mundo há vários anos são os de países em desenvolvimento, situação que tende a projetar-se no futuro (ARAÚJO, 2008, p. 172-173).

Ou seja, Araújo refutava com veemência o argumento de “política externa ideológica”, provavelmente referindo-se à orientação do governo Lula, ao qual sucumbiria posteriormente nos artigos divulgados em seu blog e em outras publicações oficiais da diplomacia até ser alçado ao comando do Itamaraty.

Sua nomeação causou mal-estar, já que foi considerada uma quebra do decoro interno da instituição para nomeações de chanceleres. Normalmente, o cargo era atribuído a diplomatas experientes, com atuação anterior em embaixadas no exterior. Mais do que isto, Araújo, ao publicar texto com um tom agressivo de crítica e de desqualificação do Itamaraty e das políticas externas pretéritas, aprofundou a percepção negativa em torno de sua pessoa. A consequência foi um conjunto de críticas bastante severas a sua postura, na forma de um manifesto anônimo que circulou no Ministério, criticando a paranoia do “ideologismo” e do “marxismo” como se todos estivessem errados e ele fosse o portador e único mensageiro da cura, tal como um “pastor tarja preta” ou a elaboração de raciocínio típico de “um mero surto psicótico” (apud SEGALLA, 2018). Além disto, o documento aponta a ausência de uma proposta precisa e consistente de objetivos para a política externa nacional. O fato é que, na nova linha abraçada por Araújo, o *ethos* da conciliação típico da profissão de diplomata não está presente.

Em texto publicado em 2017 (ARAÚJO, 2017), já se anunciava o caráter escatológico e alarmista de suas leituras do mundo e de suas proposições. A tese desenvolvida se baseava na abordagem denominada de “choque de civilizações”, que em suas versões mais extremadas possui rompantes de racismo, cruzadismo,

simplificações argumentativas e paranoia⁷. Nesta linha, Araújo sustentava que Donald Trump seria o único governante capaz de liderar o Ocidente como civilização no sentido de resgatar sua essência. Para isso fazia uma defesa quase fundamentalista da cultura Ocidental, valorizando o seu “espírito”, o patriotismo, as tradições e o nacionalismo, como meios de defendê-la das ameaças provocadas pela civilização muçulmana. E o fazia com base em argumentos e metáforas repletas de conotações místico-religiosas – o Santo Graal, por exemplo –, que antecipavam a pauta “contrária ao globalismo” e a oposição ao pluralismo, que seriam explicitadas quando do anúncio de seu nome como chanceler.

Destacam-se abaixo alguns trechos do artigo em questão, nos quais essa lógica fica evidente:

Quanto à Índia, à China e ao Japão antigos, seria preciso examinar a questão das origens do nacionalismo nessas culturas também. Mas é certo que, na antiguidade mediterrânea e centro-asiática, nada se compara a Salamina. Pode-se formular a hipótese de que Índia, China e Japão dão hoje continuidade a uma longa linha nacionalista que principia nos primórdios desta cultura; todos eles praticam um profundo exclusivismo cultural, preservam e defendem sem pudor seus deuses e a tumba de seus ancestrais. No entanto, segundo os dogmas politicamente corretos de hoje, aquelas culturas não são chamadas de “fascistas”. Só se contesta a identidade, só se prega a diversidade no Ocidente. Ninguém reclama de que a China e o Japão preservem seu caráter profundamente sínico e nipônico. Por que só o Ocidente teria a obrigação da diversidade, por que só o Ocidente não teria direito à sua identidade? Por causas das guerras provocadas – diz-se – pelo nacionalismo, principalmente a I e a II Guerras Mundiais? Mas o Japão também lutou do lado errado na II Guerra e, no entanto, não sofreu o aniquilamento, a invalidação de toda a sua cultura pregressa, como a Alemanha, por exemplo,

⁷ De modo extremamente sumário, a abordagem em questão sustenta que após a Guerra Fria, a nova referência mais relevante de poder na política internacional é a cultura. Ela incide principalmente no referencial das grandes religiões do planeta, que seriam o parâmetro para dividir o globo em blocos de Estados, as civilizações, vistas de forma na maioria absoluta das vezes monolítica, uniforme, coesa, sem conflitos e subdivisões internas. Duas das mais importantes linhas de guerra e conflito seriam entre a civilização cristã ocidental, liderada pelos Estados Unidos com a civilização sínica (China) e a civilização muçulmana. Samuel Huntington (1997; 2004) chegou a avaliar que um choque de civilizações estaria ocorrendo de forma catastrófica dentro dos Estados Unidos na medida em que a cultura hispânica estaria solapando apocalipticamente os valores anglo-saxônicos dos pais fundadores do país. Tal tese foi bastante apropriada para justificar a política unilateral, belicista e xenófoba de distintos presidentes norte-americanos após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001.

sofreu. [...] O Ocidente pós-moderno da desconstrução de todos os significados é também o Ocidente politicamente correto da imposição de significados, da criação de tabus, da petrificação do pensamento. O Ocidente nasceu interrogando o sentido das palavras, mas ultimamente desistiu. Se Sócrates chegasse hoje e, usando o seu famoso método, começasse a perguntar: “o que é racismo”, “o que é justiça social”, “o que são direitos humanos”, “o que é um direito”, “o que é humano”, e se pusesse a desmascarar a insanidade intelectual e a superficialidade destes e de outros conceitos, seria novamente condenado a beber cicuta (ARAÚJO, 2017, p. 338 e 348).

Depois desta rápida argumentação, passemos aos apontamentos finais.

Considerações Finais

Em suma, há o prenúncio de uma linha política que ecoa o misticismo, o autoritarismo e a xenofobia do presidente norte-americano, avessa aos direitos fundamentais e ao pluralismo político e cultural.

O escolhido para as relações exteriores aparenta não somente um enorme descaso para com os protocolos diplomáticos internacionais assumidos, como também expressa um raciocínio descolado de questões históricas amplamente conhecidas. Considerando que a função do Chanceler de um país é justamente a de zelar pelas boas relações com outros Estados, suas declarações apenas contribuem para criar uma animosidade e uma associação automática com a postura controversa de Donald Trump, ponto que não acrescenta nada de positivo à imagem do país.

Ademais, é provável que a diplomacia, sob a orientação de seu Chanceler, acabe por se alinhar à hegemonia e aos interesses do imperialismo norte-americanos num nível sem precedentes na história da política exterior brasileira.

Um alinhamento automático aos Estados Unidos e a Israel, com críticas crescentes à República Popular da China, se parece muito mais com uma petição de princípio conservadora fechada em si mesma do que uma avaliação adequada de fins e meios para a consecução de objetivos políticos nas relações exteriores. Seja como for, os primeiros sinais são bastante nítidos nesse sentido, nos permitindo antever uma mudança de orientação que

pode significar terríveis consequências para a política externa brasileira.

PASSOS, R. D. F. dos; SANTANA, D. P. F. de. A brief analysis of Jair Bolsonaro's proposals for Brazilian foreign policy. *Perspectivas*, São Paulo, v. 52, p. 89-101, jul./dez. 2018.

■ **ABSTRACT:** *How is it possible to make a short and preliminary evaluation of Jair Bolsonaro's proposals for Brazilian foreign policy? Answering briefly to such an issue is the purpose of this text. Toward this, the following sequence will be observed in the line of argument of this analysis: first, a very brief retrospective of Brazilian foreign policy, its changing elements in the Temer government; then a brief analysis of Bolsonaro's foreign policy proposals; and, finally, the final considerations will point to short conclusions. The general preliminary hypothesis to be presented is the direction of the dominant national sectors in relation to the new government's foreign policy toward US imperialism and hegemony.*

■ **KEYWORDS:** *Brazilian foreign policy. Bolsonaro government. US hegemony. US imperialism.*

Referências

ARAÚJO, E. H. F. *O Mercosul: negociações extra-regionais*, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, Ministério das Relações Exteriores, 2008.

ARAÚJO, E. H. F. Mandato popular na política externa. *Gazeta do Povo*. 26 nov. 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/opinioao/artigos/mandato-popular-na-politica-externa-dz03voyxuwbd3ds9rm0n696gh/>. Acesso: 27 nov. 2018.

ARAÚJO, E. H. F. Trump e o Ocidente. *Cadernos de Política Exterior*, ano III, n. 6, jul./dez. 2017, p. 323-357.

BERGAMO, M. Hamilton Mourão: Não é o caso de comprar brigas que não podemos vencer. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 23 nov. 2018. Caderno A, p. 4.

CHADE, J. Decisão do Brasil de não sediar Conferência do Clima causa mal-estar diplomático. *UOL*, 24 nov. 2018. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/ag-estado/2018/11/29/decisao-do-brasil-de-nao-sediar-conferencia-do-clima-cao-mal-estar-diplomatico.htm>. Acesso: 11 dez. 2018.

CHARLEAUX, J. P. Como o chanceler de Bolsonaro defendia o governo Lula em 2008. *Nexo Jornal*, 27 nov. 2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/11/27/Como-o-chanceler-de-Bolsonaro-defendia-o-governo-Lula-em-2008>. Acesso: 30 nov. 2018.

FRANCO, T. F. *Sobre a odisseia do capital* – comentários acerca da historiografia do Imperialismo Capitalista em nossos dias. Orientador: Eduardo Barros Mariutti. 2015. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

GALHARDO, R. Slide de reunião secreta de óvnis na ONU foi brincadeira, diz Araújo. *Uol*, 17 nov. 2018. Disponível em: <https://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/brasil/2018/11/17/slide-de-reuniao-secreta-de-ovnis-na-onu-foi-brincadeira-diz-araujo.htm>. Acesso: 19 nov. 2018.

GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*. Torino: Einaudi, 1975.

HILFERDING, R. *Finance capital* – A study on the latest phase of capitalist development. London: Routledge & Kegan Paul, 1981.

HUNTINGTON, S. P. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

HUNTINGTON, S. P. O desafio hispânico. *Política Externa*, v. 13, n. 1, p. 39-58, 2004.

MONTESANTI, B. Governo Bolsonaro deixará o pacto de migração, diz futuro chanceler. *Uol*, 10 dez. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/12/10/governo-bolsonaro-deixara-o-pacto-de-imigracao-diz-futuro-chanceler.htm>. Acesso: 11 dez. 2018.

PORTAL FLAVIO BOLSONARO. *O caminho da prosperidade* – proposta de plano de governo. Disponível em: https://flavio-bolsonaro.com/PLANO_DE_GOVERNO_JAIR_BOLSONARO_2018.pdf. Acesso: 05 dez. 2018.

PASSOS, R. D. dos; FRANCO, T. F. A mudança na política externa brasileira no governo Temer ou o mito da interrupção da luta

contra-hegemônica e anti-imperialista brasileira. In: CORSI, F. L.; SANTOS, A. dos; CAMARGO, J. M. (orgs.). *A conjuntura brasileira e latino-americana em um contexto de crise*. Bauru: Canal 6, 2017, p. 150-221.

SEGALLA, V. Em WhatsApp de diplomatas, chanceler é chamado de “pastor tarja preta”. *Carta Capital*, 28 nov. 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/em-whatsapp-de-diplomatas-chanceler-e-chamado-de-pastor-tarja-preta/@@amp>. Acesso: 29 nov. 2018.

O DESMONTE DA AGENDA AMBIENTAL NO GOVERNO BOLSONARO

André SCANTIMBURGO¹

■ **RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo fazer um levantamento dos rumos e perspectivas do governo Bolsonaro na área ambiental. Parte-se da premissa de que os indícios de campanha sinalizam para a contramão da agenda ambiental construída no Brasil desde pelo menos os anos 1980 e que, em grande medida, vinha seguindo parâmetros internacionais. Dito isto, compreende-se que a postura governamental é consequência da falta de planejamento na área econômica que, longe de buscar alternativas, tende a reforçar a tendência de reprimarização da economia, sobretudo com base na exploração dos recursos naturais do país de forma acelerada e sem grandes regulamentações. Somado a isso, a visão do governo, cética em relação às questões relacionadas às mudanças climáticas e aquecimento global, corrobora para antecipar a existência de um desmonte ambiental.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Meio Ambiente. Bolsonaro. Reprimarização da Economia. Colapso Socioambiental.

Introdução

Um dos temas que levantou grande polêmica ainda durante a campanha do presidente eleito Jair Bolsonaro foi o meio ambiente. Não foram raras as vezes que o então candidato se posicionou contra a agenda ambiental do país². Ainda em setembro de 2018, Bolsonaro chegou a afirmar que se eleito retiraria o Brasil do

¹ Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus - Colégio Sagrado. Marília – SP – Brasil. 17513-260. scantimburgo.andre@gmail.com.

² Podemos definir agenda ambiental como um planejamento que busca a integração de aspectos socioambientais e econômicos visando a implementação do desenvolvimento sustentável. A agenda ambiental brasileira tem buscado seguir todos os parâmetros internacionais com, inclusive, certo protagonismo desde os anos 1990. Essa agenda ambiental internacional engloba todas as resoluções

Acordo de Paris (REUTERS, 2018). Naquele momento, ainda nas preliminares da campanha, o ex-capitão do exército já aparentava tratar o tema de forma bastante equivocada, demonstrando que, no seu entender, as políticas de regulação ambiental existentes no Brasil configuravam um entrave para o desenvolvimento econômico.

Tais posições puderam ainda ser observadas em seu plano de governo registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Não houve sequer uma menção direta ao tema ambiental, nem muito menos um conjunto mínimo de diretrizes que pudesse indicar com alguma clareza os caminhos que seriam seguidos no setor. Tanto que o termo meio ambiente aparece no programa uma única vez, subordinado ao tema da agricultura, na proposta de fusão da pasta do Meio Ambiente com a da Agricultura, que por sua vez englobaria:

Política e Economia Agrícola (inclui comércio), Recursos Naturais e Meio Ambiente Rural, Defesa Agropecuária, Segurança Alimentar, Pesca e Piscicultura, Desenvolvimento Rural Sustentável (Atuação por Programas) e Inovação Tecnológica (TSE, 2018).

Três dias depois da vitória de Bolsonaro no segundo turno, o escolhido para ministro da Casa Civil, deputado Onyx Lorenzoni, chegou a confirmar tais pretensões na imprensa, ao dizer que Meio Ambiente e Agricultura formariam um só ministério a partir de janeiro. Logo, as reações a essa medida se avolumaram.

Imediatamente surgiu uma petição contrária à proposta de fusão, que contou com quase 800 mil assinaturas em menos de dois dias (PETIÇÃO PÚBLICA, 2018). Ao mesmo tempo o ministro do Meio Ambiente do governo Temer, Edson Duarte, lançou nota criticando a posição (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2018). Até o ex-ministro da Agricultura, Blairo Maggi, se mostrou preocupado (REUTERS, 2018), temendo possíveis boicotes aos produtos agrícolas brasileiros no comércio internacional, que poderiam ser vistos como frutos do desmatamento e do descumprimento de regras ambientais.³

elaboradas desde a Conferência de Estocolmo em 1972 até os Objetivos do Desenvolvimento sustentável da ONU.

³ Conforme destaca a organização Observatório do Clima (2018a), a existência de uma governança ambiental no país é lastro de grande parte das exportações agrícolas brasileiras, que chegaram a mais de US\$ 90 bilhões no ano de 2017, contribuindo decisivamente para o superávit de cerca de US\$ 67 bilhões na balança comercial naquele ano. Ainda de acordo com o Observatório do Clima, um cenário de avanço

Logo, dado à repercussão negativa em meio ao bombardeio de críticas oriundas de amplos setores da sociedade brasileira e também do exterior, Bolsonaro recuou da intenção de fundir os ministérios. Contudo, toda a celeuma inicial em torno da pasta de Meio Ambiente já expunha a forma quase amadora com que o novo governo pretendia tratar o tema ambiental, indo na contramão do que o país tem seguido no setor desde pelo menos o final dos anos 1980 quando foi promulgada a Constituição Federal, com o estabelecimento de importantes marcos regulatórios para o meio ambiente, bem como nos anos 1990, quando o Brasil sediou a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Fundir o Ministério do Meio Ambiente ao da Agricultura significaria na verdade a extinção do primeiro. O governo estaria submetendo o regulador ao setor que deveria ser regulado. Mais do que isso, a proposição revelava a incapacidade de compreender a necessidade de um conjunto bem estruturado de leis e instituições fiscalizadoras num país que possui 30% do território cobertos por áreas protegidas, entre Unidades de Conservação e terras indígenas, e que concentra a maior biodiversidade do planeta, com 50% de vegetação nativa, além de contar com a maior bacia hidrográfica do mundo.

A fusão pretendida certamente traria problemas na medida em que o Ministério do Meio Ambiente se ocupa de uma agenda de regulação ambiental muito mais ampla que a ligada apenas à agricultura. As licenças para atividades industriais do setor de energia, especialmente aquelas ligadas à construção de usinas hidrelétricas e à exploração do petróleo, por exemplo, são emitidas pelo IBAMA, que é um órgão do Ministério do Meio Ambiente. Algo semelhante ocorre com a Política Nacional de Recursos Hídricos e com a Agência Nacional de Águas, também vinculada ao mesmo Ministério, assim como com as políticas de resíduos sólidos. Sem políticas sérias de regulação, poderá haver um travamento no setor de infraestrutura que depende de licenças ambientais e fiscalização para ter suas obras em andamento.

Ou seja, a pasta não pode ficar limitada apenas à agricultura ou a qualquer outro ministério, dado que deixaria um vácuo de

no desmatamento ou de violência no campo daria justificativa para países importadores, especialmente os da União Europeia, cancelarem acordos comerciais e estabeleceram barreiras a produtos brasileiros, como os biocombustíveis.

regulação que poderia comprometer a biodiversidade brasileira e diversas áreas da economia. Além do que, o afrouxamento da fiscalização no setor teria potencial para agravar um cenário de mudanças climáticas, que por sua vez influenciaria o regime de chuvas, podendo afetar diretamente o próprio agronegócio brasileiro⁴.

Inclusive, os impasses e incertezas no tema ambiental brasileiro, com a perspectiva de liberalização do aparato regulatório, chamado de “efeito Bolsonaro” no período eleitoral, fez com que, entre junho e setembro, o desmatamento tivesse aumento de 36% de acordo com informações do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), disponíveis na TerraBrasilis (2018), plataforma de dados geográficos.

O posterior recuo de Bolsonaro na proposta de fusão dos ministérios não sugere, no entanto, que a pasta seguiria a agenda ambiental com a qual o país vem se comprometendo, pelo menos desde o fim dos anos 1980, sendo signatário da maior parte dos tratados e acordos internacionais sobre o tema. A recusa em sediar a conferência anual da ONU sobre o clima (a COP-25), que dará sequência nas negociações para a implementação do Acordo de Paris, parece evidenciar que o governo Bolsonaro pretende abrir mão de qualquer protagonismo do Brasil no debate ambiental internacional.

De certa forma, isso não configura nenhuma surpresa, haja vista a busca de um alinhamento com governos conservadores de direita, como o norte-americano e o israelense. Diante disso, Bolsonaro aumentou ainda mais as inquietudes dos ambientalistas com relação aos caminhos que o setor ambiental deveria seguir a partir de 2019. A certeza de um possível desmonte da agenda ambiental foi confirmada com a indicação dos ministros das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, e do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. A escolha revela não apenas o ceticismo com relação ao tema do aquecimento global, que orienta o núcleo duro desse governo, mas também que se está optando por uma mudança de rota no tratamento da questão ambiental.

Uma pequena amostra do que pensa o futuro chanceler Ernesto Araújo sobre o debate ambiental contemporâneo pode

⁴ O Relatório de Avaliação Científica realizado por Antonio Donato Nobre (2014) sobre o Futuro Climático da Amazônia explica como o desmatamento na Amazônia influencia no regime de chuvas em outras regiões do Brasil.

ser observada nos escritos de seu blog, *Metapolítica Brasil*, no qual afirma que “a esquerda sequestrou a causa ambiental”. O ministro não titubeia em afirmar que a relação entre emissão de gases de efeito estufa e aquecimento global não passa de “ideologia climática”. Nas palavras do novo Chanceler:

A causa ambiental é um bom exemplo. Quem pode ser contra a preservação da natureza e a utilização responsável de seus recursos? A causa ambiental foi lançada pelos escritores românticos do final do Século XVIII e começo do Século XIX, um movimento conservador por excelência, surgido em reação à irrupção da esquerda no mundo sob a forma Revolução Francesa, cuja proposta era destruir a natureza – começando pela natureza humana. Ao longo do tempo, entretanto, a esquerda sequestrou a causa ambiental e a perverteu até chegar ao paroxismo, nos últimos 20 anos, com a ideologia da mudança climática, o climatismo. O climatismo juntou alguns dados que sugeriam uma correlação do aumento de temperaturas com o aumento da concentração de CO₂ na atmosfera, ignorou dados que sugeriam o contrário, e criou um dogma “científico” que ninguém mais pode contestar sob pena de ser excomungado da boa sociedade – exatamente o contrário do espírito científico (ARAÚJO, 2018).

Além de uma visão enviesada, o que causa ainda mais preocupação é que Salles considera que os principais órgãos de pesquisa nacionais e internacionais, como o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), o INPE, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), a Agência Espacial Norte Americana (NASA), entre outros, que atestam o aquecimento global e se dedicam há décadas ao estudo dos problemas climáticos, não passam de antros de “ideólogos” conspiradores de esquerda.

Há inúmeros estudos científicos que revelam a relação entre o aumento na emissão de gases que provocam o efeito estufa e o aquecimento global. Inclusive, o prêmio Nobel de economia de 2018 foi entregue para William Nordhaus e Paul Romer, por terem desenvolvido uma metodologia que integra a mudança climática e a inovação tecnológica nas análises de crescimento econômico de longo prazo. Nos termos da The Royal Swedish Academy of Sciences (2018), os premiados contemplaram um dos principais desafios dos dias contemporâneos: “combinar o crescimento

sustentável ao longo prazo da economia global com o bem-estar da população mundial”.⁵

Não por acaso, tão logo Ernesto Araújo foi anunciado por Bolsonaro, houve reação negativa por parte de cientistas e ambientalistas⁶. A mesma coisa aconteceu após o anúncio do novo ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Ex-secretário de Meio Ambiente do governo do Estado de São Paulo entre 2016 e 2017, e apoiado pela bancada ruralista, Salles é acusado em ação por improbidade administrativa por ter autorizado a demarcação de uma área de preservação ambiental no rio Tietê (JUCÁ, 2018). Na ação ajuizada pelo Ministério Público de São Paulo, Salles foi denunciado por alterar os mapas que deram as diretrizes para o planejamento do manejo do local. Além do mais, o ministro do Meio Ambiente aparenta seguir a mesma linha de Ernesto Araújo no tema ambiental. Em entrevista para a *Folha de São Paulo* (BILENKY, 2018) afirmou que o aquecimento global é uma questão secundária, além de colocar em dúvida os dados referentes ao desmatamento da Amazônia.

A fragilização do Ministério do Meio Ambiente: desmonte da agenda ambiental.

Tão logo assumiu o governo, Salles iniciou, juntamente com outros setores do governo, especialmente os ligados ao setor agrícola, um conjunto de ações que fragilizaram o Ministério do Meio Ambiente, inclusive, retirando de sua alçada as agências responsáveis pela regulamentação do setor hídrico e florestal. No segundo dia de governo, por meio de medida provisória, Salles promoveu uma reforma administrativa que retirou a Agência Nacional de Águas do Ministério do Meio Ambiente e a transferiu para o Ministério do Desenvolvimento Regional, que passou a ter a incumbência de gerir as políticas de águas e de serviços ligados aos recursos hídricos (ANA, 2019).

⁵ “As contribuições de Paul Romer e William Nordhaus são metodológicas, fornecendo-nos *insights* fundamentais sobre as causas e consequências da inovação tecnológica e das mudanças climáticas. Os laureados deste ano não fornecem respostas conclusivas, mas as suas conclusões aproximaram-nos consideravelmente de responder à questão de como podemos alcançar um crescimento econômico global sustentado e sustentável.” (THE ROYAL SWEDISH ACADEMY OF SCIENCES, 2018, tradução nossa)

⁶ Para o Observatório do Clima (2018b), a nomeação de Ernesto Araújo: “[...] contraria uma longa tradição da política externa brasileira e traz o risco de tornar o Brasil um anão diplomático e um pária global. O radicalismo ideológico manifesto nos escritos do futuro ministro cria, ainda, uma ameaça para o planeta, ao negar a mudança do clima e, presumivelmente, os esforços internacionais para combatê-la.”

Outra medida que causou furor entre os ambientalistas refere-se ao Serviço Florestal Brasileiro, criado em 2006 durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, órgão responsável por gerir as florestas públicas, sendo de sua competência, por exemplo, o Cadastro Ambiental Rural (CAR)⁷. O órgão saiu da pasta do Ministério do Meio Ambiente e foi transferido para o Ministério da Agricultura, sob o comando do deputado Valdir Colatto do MDB/RS, que claramente não possui em seu currículo nenhuma experiência em gestão de florestas. Muito pelo contrário, durante os debates que culminaram com as alterações no Código Florestal Brasileiro, em 2012, Colatto atuou para tentar extinguir as Áreas de Proteção Permanente do novo texto (UNISINOS, 2019).

Como deputado, Colatto foi relator do colegiado que revisou o prazo para inscrição de imóvel rural no CAR, apoiando e votando favoravelmente ao adiamento por tempo indeterminado do mesmo (OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 2019). Além do mais, é visto por ambientalistas como um deputado que sempre atacou as pautas ambientais no Congresso, com projetos de lei que propunham, por exemplo, a liberação da caça a animais silvestres (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017a) e alterações na demarcação de terras indígenas, o que gerou manifestações de indígenas no Congresso em 2017 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017b). Enfim, a ida de Colatto para o Serviço Florestal Brasileiro reforçou a tese de que o governo Bolsonaro, diante das resistências com relação à perspectiva de extinguir a pasta ambiental, reforçaria a intenção de submetê-la à da agricultura.

Ricardo Salles também manifestaria a intenção de rever as Unidades de Conservação do país, por considerar que as mesmas careciam de sustentação técnica, já que o tópico é abordado desde a campanha eleitoral. Parece claro, portanto, que o governo pretende mexer na legislação que estabelece as regras para o Sistema Nacional de Unidades de Conservação promulgada no ano 2000, e que define as áreas que são de proteção integral e as que são de uso sustentável. Para os ambientalistas, qualquer alteração nesse sentido terá por objetivo legalizar a situação de grileiros de terra e desmatadores. Soma-se a essas intenções, em nome do controle orçamentário, a perspectiva do governo de

⁷ “Criado pela Lei 12.651/12, o Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um registro eletrônico, obrigatório para todos os imóveis rurais, formando base de dados estratégica para o controle, monitoramento e combate ao desmatamento das florestas e demais formas de vegetação nativa do Brasil, bem como para planejamento ambiental e econômico dos imóveis rurais” (MMA, 2018).

contingenciar radicalmente os recursos destinados à política de combate às mudanças climáticas.

Diante do exposto, não parece ser exagerada a preocupação de ambientalistas, técnicos de órgãos ambientais e de amplos setores da sociedade civil com o provável desmonte na área ambiental que, ao que tudo indica, terá como consequência imediata a flexibilização em larga escala das políticas de controle do desmatamento em vigor no país. Estas ações têm potencial para fazer com que o país entre num colapso socioambiental a curto prazo, com aumento das áreas de desmatamento, além de acentuar a violência contra ambientalistas, populações tradicionais e indígenas⁸.

Economia reprimarizada e flexibilização da regulação: colapso ambiental

Ao mesmo tempo em que a pasta ambiental entrou na mira do governo Bolsonaro, observa-se que não há um horizonte convincente de planejamento econômico capaz de reverter os índices sofríveis da economia brasileira nos últimos anos. Pelo contrário, o governo se inicia com uma elevada taxa de desemprego, sem previsões animadoras quanto ao crescimento do PIB, com perspectiva de crescimento de menos de 1%. As apostas na área econômica têm por base a volta de políticas neoliberais com privatizações, contingenciamentos, nulidade de investimentos, além de uma proposta de reforma da previdência, que em nada garante uma possível retomada do crescimento econômico.

Dada a falta de clareza estratégica, o país caminha para uma reprimarização cada vez mais acentuada de sua economia, com o setor produtivo perdendo competitividade. Isso se agrava num cenário em que as exportações brasileiras se tornaram excessivamente dependentes do setor agropecuário e de recursos naturais, como minério e petróleo. Dos 10 principais produtos exportados pelo Brasil em 2018, é nítida a predominância das *commodities*.

⁸ Segundo a ONG britânica Global Witness, o Brasil foi o país que mais matou líderes ambientalistas no ano de 2017 (FOWKS, 2018).

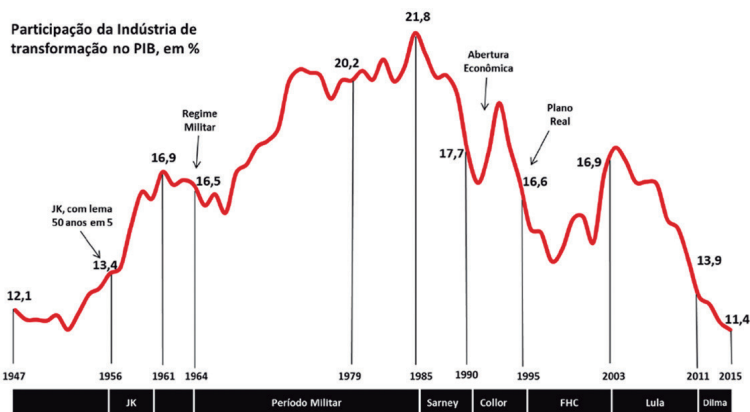
Tabela 1 – Exportação Brasileira: 10 principais produtos

1. Soja mesmo triturada
2. Óleos brutos de petróleo
3. Minérios de ferro e seus concentrados
4. Celulose
5. Carne de frango congelada, fresca ou refrigerado incluídos miúdos
6. Farelo e resíduos da extração de óleo de soja
7. Demais produtos manufaturados
8. Carne de bovino congelada, fresca ou refrigerada
9. Açúcar de cana, em bruto
10. Produtos semimanufaturados de ferro ou aços

Fonte: MDIC (Adaptada pelo autor)

É certo que este não é um cenário recente, pois a participação da Indústria de Transformação no PIB brasileiro vem em queda pelo menos desde o início dos anos 2000 (conforme pode ser observado no gráfico abaixo). Diante disso, as medidas sinalizadas pela área econômica do governo Bolsonaro não demonstram que haja muita clareza quanto à gravidade da crise nem sobre o que deve ser feito para alterar esse quadro.

Gráfico 1 – Evolução da Participação da Indústria de transformação Brasileira no PIB (1947-2015)



Com a PEC do congelamento dos investimentos públicos aprovada pelo governo Temer no ano passado, somada aos contingenciamentos orçamentários nos investimentos anunciados em pesquisa, ciência e tecnologia, e à passividade e inabilidade com que o governo se inicia, tudo indica que o que está reservado ao Brasil no comércio internacional é o reforço de seu papel de exportador de matérias primas sem valor agregado.

Descortina-se um caminho que nega a busca de alternativas econômicas que poderiam trazer benefícios inclusive para o campo ambiental, com a adoção de estratégias vinculadas à Economia Verde, por exemplo. Investimentos públicos em pesquisa visando à inovação tecnológica, com o desenvolvimento de matrizes de baixo carbono no campo energético, voltadas a uma produção industrial e agrícola menos poluente, conforme já ocorre em boa parte do mundo considerado desenvolvido, poderiam aumentar a competitividade da economia brasileira, fomentando o setor produtivo e reaquecendo a economia.

Diante de mudanças tecnológicas em larga escala que vêm ocorrendo por meio da indústria 4.0 (PIRES, 2018) e que têm poder para redefinir a hegemonia política e econômica em âmbito mundial, as inabilidades do governo atual podem custar muito caro para o Brasil, que caminha a passos largos para consolidar ainda mais sua dependência tecnológica e seu papel de submissão na política externa, com uma postura cada vez mais discreta no comércio internacional.⁹

Posto isso, com a economia crescentemente reprimarizada e com o país dependendo da exportação de *commodities* agropecuárias e da exploração de recursos naturais em larga escala para obter divisas, o quadro de flexibilização das regulamentações ambientais tem potencial para criar um cenário em que crimes ambientais, como os que ocorreram em Brumadinho e Mariana, se tornem recorrentes.

Considerações Finais

Se Bolsonaro não teve êxito em extinguir o Ministério do Meio Ambiente, anexando-o ao da Agricultura, parece ter alcançado

⁹ O debate recente sobre a Teoria da Dependência tem sido retomado para explicar a contemporaneidade da América Latina servindo como aporte para compreensão dos fenômenos políticos e econômicos observados em países como o Brasil. Trindade (2018) retoma o tema no sentido de interpretar a América Latina atual e pensar as perspectivas para a região nos próximos anos.

seu objetivo ao colocar um ministro apoiado pela ala mais conservadora da bancada ruralista na pasta ambiental. Está claro que o governo Bolsonaro perpetra uma fragilização da regulação ambiental no Brasil, que trará grandes prejuízos para a economia do país, haja vista os problemas que possíveis alterações climáticas poderão ocasionar para diversos setores, como a própria agricultura.

Por outro lado, corre-se o risco de perder a oportunidade de investir de forma mais ampla em políticas de inovação tecnológica, que possibilitariam uma transição ecológica para a economia de baixo carbono, voltada às energias renováveis e a uma produção agrícola e industrial menos poluente.

No setor agrícola, na medida em que Bolsonaro assumiu diversos compromissos com setores da bancada ruralista, principalmente com a perspectiva de legalizar diversos agrotóxicos, praticamente descartou a opção de investimentos na agricultura familiar ou em tecnologias voltadas para uma produção agrícola sustentável, que dessem continuidade à herança deixada pela Revolução Verde no Brasil. Tal postura pode trazer problemas para a pauta de exportação brasileira na medida em que produtos agrícolas comecem a sofrer boicote internacional.

Tudo indica que, no plano internacional, o Brasil perderá protagonismo no tema ambiental, indo na contramão da agenda que vem sendo seguida há pelo menos quase três décadas. Vale lembrar que o país já sediou duas conferências da ONU para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Se o direcionamento do governo confirmar suas intenções de esvaziar a agenda ambiental, é razoável supor que o país terá sérios problemas no comércio internacional, além de caminhar internamente para um colapso socioambiental.

SCANTIMBURGO, A. The disassembly of the environmental agenda in the Bolsonaro government. *Perspectivas*, São Paulo, v. 52, p. 103-117, jul./dez. 2018.

■ **ABSTRACT:** *This article aims to make a survey of the path and the perspectives of the Bolsonaro government in the environmental area. It is based on the premise that aspects indicated on the campaign are against the environmental agenda built in Brazil since at least the 1980s, which largely followed the parameters of the international*

environmental regime. Thus, it is understood that the changes made by the government in the environmental area is a consequence of the lack of planning in the economic area that, far from seeking alternatives, tends to reinforce the tendency of reprimarization of the economy, mainly based on the exploitation of the natural resources of the accelerated and without major regulations. Added to this, the government's view, skeptical of issues related to climate change and global warming, corroborates to strengthen the perception of a future environmental policy dismantling.

■ **KEYWORDS:** *Bolsonaro. Reprimarization of the economy. Socio-environmental collapse.*

Referências:

ANA. Nota à imprensa - Vinculação da ANA ao Ministério do Desenvolvimento Regional. 2 jan. 2019. Disponível em: <https://www.ana.gov.br/noticias/nota-a-imprensa-medida-provisoria-no-868-2018>. Acesso: 02 fev. 2019.

ARAÚJO, E. Sequestrar e perverter. *Metapolítica*. 12 out. 2018. Disponível em: <https://www.metapoliticabrasil.com/blog/sequstrar-e-perverter>. Acesso: 30 nov. 2018.

BILENKY, T. Discussão sobre aquecimento global é secundária, diz futuro ministro do Meio Ambiente. *Folha de São Paulo*, 9 dez. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2018/12/discussao-sobre-aquecimento-global-e-secundaria-diz-futuro-ministro-do-meio-ambiente.shtml>. Acesso: 9 dez. 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto regulamenta manejo e controle da caça no Brasil. 2 jan. 2017a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/camارانoticias/noticias/MEIO-AMBIENTE/521851-PROJETO-REGULAMENTA-MANEJO-E-CONTROLE-DA-CACA-NO-BRASIL.html>. Acesso: 12 dez. 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Em manifestação, indígenas pedem o arquivamento de propostas hoje no Congresso. 25 abr. 2017b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/camارانoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/530497-EM-MANIFESTACAO-INDIGENAS-PEDEM-O-ARQUIVAMENTO-DE-PROPOSTAS-HOJE-NO-CONGRESSO.html>. Acesso: 12 jan. 2018.

FOWKS, J. Brasil, o país mais letal para defensores da terra e do meio ambiente. *El País*, 25 jul. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/23/internacional/1532363870_921380.html. Acesso: 4. dez. 2018.

JUCÁ, B. Um investigado por fraude ambiental comandará Meio Ambiente sob Bolsonaro. *El País*, 9 dez. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/09/politica/1544379683_286039.html. Acesso: 07 dez. 2018.

MDIC. Estatísticas de comércio exterior. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior>. Acesso: 4 dez. 2018.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Ministro divulga nota sobre fusão com o MAPA. 31 out. 2018. Disponível em: <http://mma.gov.br/component/k2/item/15199-nota-do-minist%C3%A9rio-do-meio-ambiente-sobre-fus%C3%A3o-com-o-minist%C3%A9rio-da-agricultura.html>. Acesso: 06 dez. 2018.

MMA. Cadastro ambiental rural. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/mma-em-numeros/cadastro-ambiental-rural>. Acesso: 9 dez. 2018.

NOBRE, A. D. O Futuro Climático da Amazônia Relatório de Avaliação Científica. 2014. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/futuro-climatico-da-amazonia.pdf>. Acesso: 30 nov. 2018.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. Tudo o que você queria saber sobre o fim do Ministério do Meio Ambiente (mas não podia perguntar no posto Ipiranga). 1 nov. 2018a. Disponível em: <http://www.observatoriodoclima.eco.br/tudo-o-que-voce-sempre-quis-saber-sobre-o-fim-ministerio-meio-ambiente-mas-nao-podia-perguntar-no-posto-ipuranga>. Acesso: 6 dez. 2018.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. Escolha de Ernesto Araújo para chanceler põe em risco liderança ambiental brasileira. 15 nov. 2018b. Disponível em: <http://www.observatoriodoclima.eco.br/escolha-de-ernesto-araujo-para-chanceler-poe-em-risco-lideranca-ambiental-brasileira/>. Acesso: 07 dez. 2018.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. Nomeação de Colato é mais um sintoma do desmonte ambiental do governo Bolsonaro. 18 jan. 2019. Disponível em: <http://www.observatoriodoclima.eco.br/nomea>

cao-de-colatto-e-mais-um-sintoma-desmonte-ambiental-governo-bolsonaro/. Acesso: 19 jan. 2019.

PEDRO, J. Boletim do desmatamento da Amazônia Legal (janeiro 2019) SAD. *Imazon*, 28 jan. 2019. Disponível em: <https://amazon.org.br/publicacoes/boletim-do-desmatamento-da-amazonia-legal-janeiro-2019-sad/>. Acesso: 28 jan. 2019.

PETIÇÃO PÚBLICA. Não à fusão do Ministério do Meio Ambiente com o Ministério da Agricultura. Disponível em: <https://peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=br108740>. Acesso: 30 nov. 2018

PIRES, M. C. O Brasil, o mundo e a Quarta Revolução Industrial: reflexões sobre os impactos econômicos e sociais. *Revista de Economia Política e História Econômica*, v.40, p. 5 - 36, 2018.

REUTERS. *Bolsonaro diz que pode retirar Brasil do Acordo de Paris se eleito*. 3 set. 2018. Disponível em: <https://br.reuters.com/article/domesticNews/idBRKCN1LJ1YT-OBRDN>. Acesso: 5 dez. 2018.

REUTERS. Ministro da Agricultura diz que fusão com Meio Ambiente trará prejuízo. *Folha de São Paulo*, 31 out. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/10/ministro-da-agricultura-diz-que-fusao-com-meio-ambiente-trara-prejuizo.shtml>. Acesso: 04 dez. 2018

TERRA BRASILIS. Dados Deter-B. Disponível em: <http://terrabrasilis.info/composer/DETER-B>. Acesso: 30 nov. 2018.

THE ROYAL SWEDISH ACADEMY OF SCIENCES. The prize in economic sciences 2018. 8 out. 2018. Disponível em: <https://www.kva.se/en/pressrum/pressmeddelanden/ekonomipriset-2018>. Acesso: 30 nov. 2018.

TRINDADE, J. R. B. Breve contextualização da atual configuração da dependência latino-americana e a economia mundial capitalista: uma agenda de debates. *Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho*, v. 7, n. 2, p. 5-34, 31 dez. 2018.

TSE. O caminho da prosperidade: proposta de plano de governo. Disponível em: http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517//proposta_1534284632231.pdf. Acesso: 5 dez. 2018.

UNISINOS. Nomeação de Colato é mais um sintoma do desmonte ambiental do governo Bolsonaro. 20 jan. 2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/586203-nomeacao-de-ruralista-e-mais-um-sintoma-do-desmonte-ambiental-do-governo-bolsonaro>. Acesso: 21 jan. 2019.

PADRÕES RECENTES DE CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO DA CHINA (2008-2017)

Luís Antonio PAULINO¹

■ **RESUMO:** É discutido no artigo como a economia chinesa, que possui forte relação com países latino-americanos (entre eles o Brasil), busca novas estratégias de desenvolvimento por meio da economia verde, da expansão do mercado interno e de impulso às políticas públicas de ciência e tecnologia. Esse novo padrão buscaria evitar a “armadilha da renda média”, típica de países que procuram superar sua condição de periferia do sistema econômico internacional.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Economia Chinesa. Renda Média. Periferia.

Introdução

A transição do plano para o mercado ou da economia socialista para a economia socialista de mercado ocorreu, na China, por meio de sucessivas etapas de reformas. De maneira geral, poderíamos dizer que as reformas que ocorreram ao longo dos primeiros 30 anos, de 1978 a 2008, constituem, em seu conjunto, um primeiro grande ciclo. Durante esse período, o grande objetivo era o de construir uma nação moderadamente próspera no início do século XXI.

Ao longo desse primeiro período, os principais vetores de crescimento foram o investimento e as exportações; e a estratégia adotada concentrou-se no uso intensivo do fator de produção mais abundante na China naquele período: a mão-de-obra barata; e a medida do sucesso foi dada pelo crescimento dos grandes agregados macroeconômicos: produção, investimento e renda.

¹ UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília. Departamento de Ciências Políticas e Econômicas. Marília – SP – Brasil. 17.525-900. paulinounesp@gmail.com.

A crise financeira global de 2008 marcou o final desse ciclo, ao tornar evidente que a China não poderia contar eternamente com um saldo líquido positivo em sua balança comercial como fator principal de aceleração do seu crescimento econômico sem criar problemas sérios para si e com o resto do mundo (HUANG; LUAN, 2013).

Era preciso, entretanto, encontrar novas fontes de dinamismo no mercado interno. O investimento em capital fixo, que entre os anos 2000 e 2010, subiu 34,3% para 47,9% do PIB, começou a criar capacidade ociosa, reduzir a eficiência do capital e a própria produtividade do trabalho. Era preciso, enfim, aumentar o consumo final que, enquanto proporção do PIB, havia caído, na mesma década, de 63,3% para 48,5% do PIB (CHI, 2011).

Além do mais, a estratégia de focalizar apenas o crescimento dos grandes agregados macroeconômicos, nomeadamente o crescimento do PIB, que durante esses primeiros 30 anos de reformas aumentou a uma taxa média de 9% ao ano, trouxe outros desequilíbrios importantes, especialmente o aumento da desigualdade social, o aumento do fosso de renda e consumo entre campo e cidade e o acúmulo de problemas ambientais, que passaram a comprometer a qualidade de vida da população. Tornou-se evidente enfim que era necessário não apenas realizar ajustes, mas uma mudança do próprio modelo de desenvolvimento, ou seja, dar início a um segundo grande ciclo de reformas (LIN, 2012).

A segunda onda de reformas

Esse processo teve início com as diretrizes do 17º Congresso do Partido Comunista Chinês, realizado em outubro de 2007, e do 11º Plano Quinquenal (2006-2010), sob a liderança do Presidente Hu Jintao e do primeiro-ministro Wen Jiabao. Nesse momento a China muda o foco de sua estratégia de desenvolvimento, passando a priorizar atividades orientadas à inovação tecnológica no lugar da indústria e da agricultura tradicionais.

O 18º Congresso do PCC, em novembro de 2012, e o 12º Plano Quinquenal (2011-2015), já sob a liderança do Presidente Xi Jinping, reafirmaram a necessidade de se avançar nesse caminho com a perspectiva de alcançar a modernização socialista e de rejuvenescer a nação chinesa. Já o 13º Plano (2016-2022) volta a enfatizar a necessidade de aumentar ainda mais a demanda

doméstica, o consumo e a inovação, sem a necessidade de altos investimentos (POMAR, 2016).

De maneira geral, podemos dizer que o grande objetivo desse novo ciclo de reformas é o de superar os desequilíbrios econômicos, ambientais e sociais que se acumularam durante os primeiros 30 anos de modernização e abertura, e que foram agravados pela crise de 2008, evitando assim que China caia na chamada “armadilha de renda média”.

Para fazer frente a esses desafios e tentar aproveitar as oportunidades que se abriram nessa nova fase, a China conta com a força econômica e política que acumulou ao longo desses primeiros 30 anos, ao longo dos quais se tornou a segunda maior economia do mundo, mas, por outro lado, ressentiu-se igualmente dos já mencionados desequilíbrios internos que se acumularam no mesmo período.

Para os líderes chineses, esta segunda onda de reformas corresponde a um novo estágio orientado pela “Visão Científica do Desenvolvimento” com o objetivo de construir uma “Sociedade Socialista Harmoniosa”. Embora não signifique de forma alguma uma quebra de continuidade do processo de reformas iniciado na primeira fase, pois o papel do mercado não foi apenas mantido, mas também aprofundado e ampliado, o fato é que essa “Visão Científica do Desenvolvimento” procura introduzir novos parâmetros para medir o desenvolvimento econômico do país, nomeadamente, sua “orientação para as pessoas”, o que significa dar uma atenção maior ao aumento do consumo das famílias, às questões ambientais, à oferta dos serviços públicos, à redução das desigualdades de renda e ao fosso que ainda separa cidade e campo na China.

Mas, como o próprio Partido Comunista Chinês reconhece, avançar nessa segunda onda de reformas é uma tarefa mais complicada que a primeira, na medida em que a estrutura social e econômica do país se tornou mais complexa e o número de atores e interesses envolvidos é maior e mais diversificado.

A esse respeito o próprio primeiro ministro Wen Jiabao, no dia 16 de março de 2007, disse que a economia chinesa ainda tem sérios problemas de instabilidade, descoordenação e insustentabilidade (XINHUA, 2007).

O pano de fundo para a segunda onda de reformas é a constatação de que, nos primeiros 30 anos de reforma e abertura (1978-2008), a China conseguiu transformar-se de um país de baixa renda em um país de renda média e que, nos próximos

10 a 15 anos, tem condições de se tornar um país de renda alta. Entretanto, apoiados na experiência de outros países que chegaram a esse mesmo estágio de desenvolvimento e dele não conseguiram sair - a chamada "armadilha da renda média"² - os chineses entendem que é preciso seguir firme no caminho das reformas.

De acordo com as estimativas do governo chinês, se mantido o ritmo de crescimento do PIB ao redor de 7% ao ano nos próximos anos, a China deve se tornar um país de renda alta, ou seja, com PIB/capita acima de US\$ 11.900, por volta de 2030. Os principais vetores para esse avanço seriam a aceleração do processo de urbanização e o aumento do consumo interno.

Os riscos da armadilha da renda média

Por outro lado, os riscos de a China cair na "armadilha da renda média" também existem e não são poucos, os quais, segundo Chi (2011) estariam associados aos seguintes fatores:

- 1) Queda persistente das taxas de consumo e aceleração do desbalanceamento entre investimento e consumo. A taxa de consumo das famílias caiu de 48% do PIB, em 1993, para 35,1%, em 2009. No mesmo ano, por exemplo, segundo dados do IBGE, a participação do consumo das famílias no Produto Interno Bruto do Brasil, foi de 62% (IBGE). Por outro lado, as elevadas taxas de investimento, que, em 2010, estavam em 47,9% do PIB (CHINA STATISTICAL YEARBOOK, 2016) começam a gerar capacidade ociosa em muitos setores e reduzir a eficiência do capital. Segundo Chi (2011), a capacidade ociosa da indústria manufatureira da China é de aproximadamente 30%, chegando a mais de 60% em alguns setores;

- 2) Aumento da desigualdade. No período 1997-2007, a participação dos salários no PIB caiu de 53,4% para 39,4%. Apenas para efeito de comparação, nos Estados Unidos, por exemplo, essa proporção variou, no mesmo período, de 60,05% para 56,13%

² Um país cai na armadilha da renda média ao elevar sua renda per capita (e seus custos laborais) sem, contudo, aumentar substancialmente sua produtividade. Os custos de produção se tornam elevados para competir com países de baixa renda em mercados intensivos em mão-de-obra. Em contrapartida, não se organiza uma oferta baseada em ganhos de produtividade, maior valor agregado e maior conteúdo tecnológico para concorrer com os países mais desenvolvidos. Segundo o Banco Mundial, das 101 economias de renda média de 1960, apenas 13 se tornaram e ainda se mantinham de alta renda em 2008: Cingapura, Coreia do Sul, Espanha, Grécia, Guiné Equatorial, Hong Kong, Ilhas Maurício, Irlanda, Israel, Japão, Portugal, Porto Rico, e Taiwan. Dessas 13, apenas a Guiné Equatorial é uma economia dominada por commodities.

(CHI, 2011). O Coeficiente de Gini na China era, em 2015, de 0,462 (CHINA STATISTICAL YEARBOOK, 2016), nível considerado alto, maior inclusive que nos Estados Unidos, onde era, em 2013, de 0,408, nível considerado médio. Não menos importante para o aumento da desigualdade é a emergência de novas formas de propriedade, nomeadamente a privada; o alargamento das diferenças de renda e de acesso a serviços públicos entre os residentes nas cidades e no campo, entre as diferentes regiões do país e entre os próprios residentes urbanos, devido ao surgimento de uma nova camada de super-ricos. Tudo isso leva à emergência de um número cada vez maior de atores sociais com interesses conflitantes que dificultam a busca de consensos em torno dos objetivos das reformas e, em última instância, a própria harmonia social.

3) Escassez de oferta de bens públicos e baixa disponibilidade de serviços públicos, nomeadamente serviços de educação, saúde e habitação, além de uma oferta extremamente desigual entre cidade e campo e entre regiões ricas e regiões pobres do país. Segundo Chi (2011), os gastos do governo chinês com serviços públicos de educação, saúde e seguridade social totalizavam 37,7% dos gastos totais de governo, valores respectivamente abaixo 5% e 16,3% dos níveis de gastos com esses mesmos serviços em países com renda per capita abaixo de US\$ 3.000 e entre US\$ 3.000 e US\$ 6.000. No Brasil, por exemplo, os gastos com seguridade social – Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) – representam 47% dos gastos primários do governo. Se somarmos os gastos com saúde, educação, abono e seguro-desemprego, esse montante alcança 65% dos gastos primários do governo (GRANER; SIMÃO, 2017).

4) Acúmulo de desequilíbrios herdados da primeira fase das reformas relacionados com a falta de conclusão da reforma nas empresas estatais; o acúmulo de tensões no campo devido à requisição de terras dos camponeses para desenvolvimento de projetos industriais e habitacionais sem justa compensação, e sem atribuição de registro urbano para os camponeses cujas terras foram requisitadas; a condição de “cidadãos de segunda classe” dos trabalhadores migrantes que vivem nas cidades e que hoje constituem a parcela mais numerosa dos trabalhadores de muitos setores da economia chinesa, nomeadamente a construção civil.

Ainda que este seja um processo em curso, tudo indica que a China tem sabido contornar esses riscos sem enredar-se na armadilha da renda média e tem conseguido avançar com sucesso em seu projeto de implantação de uma economia socialista de mercado. Afinal, muitos dos desafios acima apontados constituem-se igualmente em oportunidades que a China tem sabido aproveitar e que certamente darão um novo impulso ao desenvolvimento chinês. Caso a China seja bem-sucedida nesse intento, em um período de 10 anos ela terá conseguido colocar um quarto da população mundial no ranking dos países de alta renda, o que será, com toda certeza, um acontecimento histórico sem precedentes na história mundial.

Nesse particular é interessante observar que a China sempre conseguiu superar os gargalos que estrangulavam seu desenvolvimento e aprofundar as reformas em momentos de crise. Foi assim em 1978, com o início do ciclo de reformas e da abertura da economia, em resposta ao caos implantado pela Revolução Cultural; em 1991-1992, quando a China avançou para a implantação da Economia Socialista de Mercado, em resposta às tentativas de frear as reformas decorrentes da crise de 1989; em 2001, quando as Três Representações de Jiang Zemin dão uma resposta política ao novo quadro social marcado pela emergência da classe média e de uma nova classe empresarial; e finalmente, em 2008, quando o segundo ciclo de reformas procura reformular o modelo de desenvolvimento da China em resposta à crise financeira internacional e aos desequilíbrios internos.

Um dos principais desafios da China, hoje, é o de transformar-se de um grande país produtor em um grande país consumidor, uma vez que nenhuma grande economia no mundo chegou ao estágio de alto desenvolvimento sem apoiar-se, sobretudo, em seu mercado interno.

Os novos vetores de crescimento na China

Do crescimento orientado para as exportações ao crescimento orientado para o consumo

O modelo de crescimento “orientado para as exportações” que a China adotou na primeira fase das reformas contribuiu decisivamente para o rápido crescimento do país. Impossível imaginar que o país pudesse manter por 30 anos consecutivos

uma taxa de crescimento de 9% ao ano sem a contribuição desse componente autônomo da demanda agregada, que são as exportações. A crise de 2008 evidenciou, entretanto, que um país de dimensões continentais que abriga um quarto da humanidade não poderia ter uma dependência tão elevada em relação ao mercado externo, sem se expor a grandes riscos. Entretanto, a mudança de um modelo orientado para as exportações para um modelo orientado para o consumo não é algo tão simples e trivial. Há limites para o crescimento da demanda com base no aumento do consumo, uma vez que a necessidade de aumento da participação dos salários na renda necessariamente implica na redução da participação dos lucros e, conseqüentemente, na taxa de acumulação do capital.

Acrescente-se, ainda, que por problemas de natureza institucional, a taxa de poupança das famílias na China é muito elevada. Muitas das mudanças realizadas durante o primeiro ciclo de reformas, entre 1978 e 2008, sobretudo o fim do sistema das *danwei*, nas quais as unidades de trabalho estatais se responsabilizam por uma série de benefícios aos trabalhadores, como aposentadoria, educação, saúde, habitação, passaram a exigir que as famílias poupassem muito mais para fazer frente às contingências do dia a dia e às incertezas do futuro. E tanto isso é verdade, que a partir do momento em que as reformas se aprofundaram, em 1992, a taxa de consumo das famílias começou a cair. Como já apontamos acima, a taxa de consumo das famílias caiu de 48% do PIB, em 1993, para 35,1%, em 2009 (CHI, 2011). Segundo Naughton (2007), em 1995, a poupança das famílias já representava 70% da poupança total e mais de 25% do PIB.

Há várias hipóteses para explicar esse aumento da poupança das famílias. Frequentemente se afirma que a alta propensão a poupar na China seria uma característica cultural dos povos asiáticos. Aparentemente, essa afirmação não encontra respaldo na realidade. Tudo indica que esse aumento da poupança na China foi uma resposta racional a mudanças nas condições concretas de vida da população. Em primeiro lugar, é preciso registrar que o aumento da poupança ocorreu no mesmo ritmo que o aumento da renda per capita. Ou seja, as pessoas passaram a poupar mais porque sua renda aumentou.

Também se aponta que a “quebra da tigela de ferro de arroz”, ou seja, o rompimento da rede de seguridade social, existente no período anterior a 1978, passou a obrigar as famílias

a pouparem cada vez mais para fazer frente a contingências que até então eram totalmente supridas pelo Estado, através do sistema das *danwei*. É uma hipótese plausível. Mas nesse caso, é mais provável que tenha havido um *crowding out* do consumo privado pelo aumento dos gastos com serviços sociais que eram previamente fornecidos pelo Estado do que propriamente um aumento da poupança por essas razões. Segundo Chi (2010), se o devido investimento do governo fosse colocado em educação, saúde e outros serviços públicos, a taxa de consumo (famílias + governo) na China aumentaria de 51,9% para 55,2% do PIB.

Para Naughton (2007), a literatura sobre o assunto aponta para três causas principais para o aumento da poupança na China: 1) aumento a renda da população, como já apontamos acima; 2) a população em idade de trabalho tem menos segurança em relação à velhice, devido à política de filho único; 3) explosão das oportunidades de investimentos em empresas familiares. Quanto a esse último aspecto, é importante lembrar que das mais de 30 milhões de pessoas demitidas das empresas estatais, quando o processo de reestruturação industrial se aprofundou a partir de 1992, com a política de “reter as grandes e deixar ir as pequenas”, a maior parte se recolocou no setor informal da economia, no qual os negócios familiares têm grande peso.

Urbanização acelerada e demanda interna

A urbanização acelerada está criando novas possibilidades para o investimento e o consumo. O processo de urbanização na China tem aumentado de forma constante desde o início das reformas e alcançou, em 2015, a taxa de 56,1%.

De todos os elementos que podem contribuir para a inflexão do modelo de desenvolvimento da China de crescimento orientado pelas exportações e pelo investimento para um novo modelo, no qual o consumo interno, ao lado dos investimentos e das exportações, tenha um papel mais relevante, o processo de urbanização certamente é o mais importante. Não só porque a renda dos trabalhadores urbanos, de forma geral, é maior do que a dos trabalhadores rurais, mas, sobretudo, porque a vida urbana cria, por si mesma, uma demanda muito maior de bens de consumo duráveis e serviços. As mudanças nos padrões de consumo, associadas ao processo de urbanização, irão também estimular o desenvolvimento de novas indústrias.

Potencial de consumo da população rural

Com uma população rural de 603 milhões de pessoas, em 2015, e um nível de consumo ainda muito abaixo do nível das cidades, o consumo rural representa um importante vetor de crescimento na medida em que as diferenças de renda diminuíam.

Potencial de desenvolvimento das regiões oeste e central da China

Da mesma forma que a diferença de renda entre os habitantes da cidade e do campo continua elevada, há uma grande diferença entre os níveis de desenvolvimento entre as cidades e províncias da Costa Leste da China com as da região central e oeste do país. Se tais diferenças são uma ameaça à estabilidade política e ao consenso social, também sinalizam que há uma fronteira de expansão da economia chinesa que ainda não foi suficientemente explorada. Segundo Chi (2011), por volta de 2030 haverá no interior da China mais de 100 cidades com população superior a 1 milhão de habitantes e 200 cidades com população superior a 500.000 habitantes. É importante notar que grande parte dos investimentos de RMB, como os quatro trilhões que o governo da China realizou ou estimulou para combater a crise de 2008, foi realizada na região central e no oeste da China para desenvolver projetos de infraestrutura. A rápida expansão da rede ferroviária de alta velocidade, que já passa dos 13.000 km, permitirá que quase todas as capitais de província da China se liguem a Pequim em uma viagem de no máximo 8 horas, além de permitirem que em um espaço de 1 a 2 horas seja possível chegar a qualquer cidade adjacente às capitais das províncias. Isso dará um poderoso estímulo para a interiorização do desenvolvimento e o avanço da urbanização (CHI, 2010, 2011).

Igualdade de acesso aos serviços públicos

Um importante vetor para o aumento do consumo das famílias chinesas como proporção do PIB é o aumento e a democratização do acesso aos serviços públicos, sobretudo os serviços básicos de saúde, educação e moradia uma vez que a oferta limitada de serviços públicos tem sido apontada como causa importante do baixo consumo. A propensão ao consumo

está diretamente relacionada com a oferta de serviços públicos. O fato de uma parcela elevada da renda familiar ser destinada ao custeio desses serviços básicos e, de outro lado, a elevada propensão à poupança reduzem enormemente o espaço para o consumo no orçamento familiar.

O fato também do acesso à maior parte dos serviços públicos básicos estar limitado aos residentes com registro urbano nas localidades onde vivem, excluindo os trabalhadores migrantes, é outro fator que, além de agravar as tensões e injustiças sociais, limita o crescimento de um setor que é responsável pela geração de parcela importante dos empregos urbanos. Das quase 900 milhões de pessoas que vivem atualmente nas cidades, aproximadamente um quarto é composto por trabalhadores migrantes, que não têm acesso aos mesmos serviços públicos disponíveis para os residentes com registro urbano, como saúde, educação, seguro social, moradia, etc. Diga-se de passagem, que, mesmo que tivessem condições, ainda assim não poderiam, devido a impedimentos administrativos, adquirir moradias nas cidades onde vivem. Desse ponto de vista, a aceleração do processo de urbanização e a extinção gradativa dessa condição de semicidadania dos trabalhadores migrantes, que são objetivos do governo chinês explicitados no 12º e 13º Planos Quinquenais de Desenvolvimento, poderão levar a um aumento expressivo da demanda interna de serviços e sobretudo de serviços públicos. As diferenças de acesso entre a população rural e urbana aos serviços públicos constituem outro fator limitador do crescimento do consumo. Segundo Chi (2011), embora a diferença de renda entre os moradores urbanos e rurais na China seja de três para um, as diferenças de acesso aos bens públicos e serviços públicos básicos são de quase seis vezes e têm um peso de 40% na mencionada diferença de renda. Segundo Chi (2011), os registros históricos de 26 países no mundo indicam que quando o gasto público com serviços públicos aumenta 1%, o consumo das famílias aumenta em 0,2%.

Economia verde

Segundo Angang (2011), o consumo de energia por unidade de valor adicionado na indústria é um dos mais altos do mundo. Em 2008, a produção industrial respondeu por 42,9% do PIB chinês, mas consumiu 74% de todo o consumo agregado de energia. A

matriz energética na China é suja, com o carvão respondendo, em 2015, por 64% do consumo e 72,1% da produção total de energia. Até por isso, vem tomando medidas para modernizar o seu parque industrial migrando o mais rápido possível para uma economia “verde” de baixo carbono. E a China faz isso não apenas em resposta às pressões internacionais, mas também porque tem a necessidade urgente de melhorar a precária situação ambiental da maioria de suas cidades. Vale destacar também a preocupação de promover uma espécie de “New Deal Verde” e com isso dar um novo impulso em sua economia com base em tecnologias limpas e avançadas. A maior parte de sua população vive em áreas próximas ao nível do mar, sujeitas a inundações periódicas com potencial devastador nas cidades e plantações. Xangai, por exemplo, está a apenas quatro metros acima do nível do mar e é uma das cidades mais vulneráveis do mundo a desastres naturais. Segundo Angang (2011), 18 milhões de habitantes de Xangai vivem permanentemente ameaçados por enchentes. Dentre eles, os mais vulneráveis são os mais de três milhões de trabalhadores migrantes que vivem em habitações precárias próximas dos locais das novas áreas de expansão imobiliária onde trabalham e que até recentemente eram áreas alagadas. Ainda segundo Angang, os sete principais rios da Ásia que fornecem água e tornam possível a agricultura para mais de dois bilhões de habitantes – Yarlung Zangbo, Ganges, Salween, Amarelo, Indo, Mekong e Yangtzé – seriam fortemente afetados pelo derretimento das geleiras no platô Qinghai-Tibete, que estariam encolhendo a uma taxa de 7% ao ano (ANGANG, 2011).

Mas, afinal, de que forma tais ameaças poderiam se transformar em oportunidades para a economia e o desenvolvimento da China?

A Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da China, produziu um documento chamado “Esquema Nacional para Enfrentar a Mudança do Clima (2011-2020)”, no qual são estabelecidos cinco objetivos (ANGANG, 2011):

- Conservação de energia: reduzir o consumo de energia per capita em 20% a cada cinco anos, com a redução cumulativa alcançando 50-80% no período 2006-2020.
- Redução de emissões: reduzir a descarga no meio-ambiente dos 10 principais poluentes em 10% a cada cinco anos, como uma redução cumulativa de dióxido de

enxofre (SO₂) de 30-40% e de dióxido de carbono (CO₂) de 50% entre 2006-2020;

- Tecnologias inovadoras verdes: tornar-se um colaborador, líder e usuário;
- Mercado de energia verde: tornar-se o maior mercado mundial para energia solar e eólica, tornar-se um produtor e exportador de novas tecnologias e equipamentos de energia, e aumentar o uso de energia limpa para 20% de toda a energia consumida;
- Ecologia: construir a maior floresta artificial do mundo para absorção de carbono e a maior barreira verde do mundo (barreiras florestais no nordeste, no norte e noroeste da China para bloquear o avanço do processo de desertificação, e na costa sudeste).

Para atingir esses cinco objetivos, o governo chinês tem adotado uma série de iniciativas que vêm sendo detalhadas nos recentes planos quinquenais de desenvolvimento e poderiam ser assim resumidas (ANGANG, 2011):

- Reformar a estrutura industrial com o objetivo de reduzir o uso de energia por unidade de produto, aumentando assim a eficiência energética;
- Desenvolver novas indústrias de alta-tecnologia e especialmente estimular o desenvolvimento de uma moderna indústria de serviços, especialmente aqueles intensivos no uso de informação, conhecimento e mão-de-obra;
- Mudar a matriz energética visando aumentar a proporção de energia limpa e de qualidade e reduzir a proporção de energia com elevado conteúdo de carbono, especialmente o carvão;
- Introduzir reforma de preços de insumos energéticos de forma que o preço possa refletir sua escassez relativa;
- Cobrar pelas externalidades negativas decorrentes dos processos produtivos (princípio do poluidor-pagante), impedindo que a poluição do meio-ambiente pelas empresas seja um “almoço grátis”.

- Promover o desenvolvimento de novas tecnologias, sobretudo as chamadas “tecnologias verdes”. Aumentar a proteção dos direitos de propriedade intelectual de forma a estimular a inovação;
- Promover um “*New Deal Verde*”. De acordo com a Agência Internacional de Energia, a China poderia investir, entre 2006 e 2030, US\$ 3,7 trilhões em energia. Esse montante representaria 23% do investimento total em energia previsto para o mundo no mesmo período que seria de US\$ 16 trilhões.
- Ter um papel ativo e de liderança nas negociações internacionais sobre mudanças climáticas procurando romper os bloqueios que hoje existem para o avanço efetivo nas negociações.

Esses objetivos, estratégias e planos de ação, se realmente executados, não só melhorarão de forma significativa a qualidade de vida da população, sobretudo a população urbana, como se constituirão em um novo vetor de desenvolvimento para a economia chinesa.

Apesar da dificuldade de reduzir a dependência do uso do carvão como um dos principais insumos de sua matriz energética chinesa – estima-se que por volta de 2020 a proporção do carvão na sua estrutura de energia continuará superior a 60% (CHI, 2011) – é possível observar avanços significativos nesse esforço de incentivar o desenvolvimento da indústria de baixo carbono. A China já é o maior produtor mundial de equipamentos fotovoltaicos para captação de energia solar e possui instalado o maior parque de energia solar do mundo. Lidera, igualmente, a pesquisa, o desenvolvimento e a produção de diversos componentes básicos da “economia verde”.

Ciência e tecnologia: da imitação à inovação

Durante os primeiros 30 anos de reforma e abertura, o desenvolvimento da China se deu com base no uso intensivo do seu fator de produção mais abundante, nomeadamente a mão-de-obra barata. O processo de modernização e mercantilização do campo liberou um enorme contingente de pessoas que formaram um estoque quase ilimitado de mão-de-obra cujo custo de reprodução era determinado pelas necessidades

básicas de sobrevivência. Essa mão-de-obra barata e abundante foi o “lubrificante” que facilitou a transição do modelo de industrialização de estilo soviético, adotado até a década de 1970, voltado para a industrialização pesada, intensiva em capital, para a indústria leve, produtora de bens de consumo, voltada em grande parte para exportação, e intensiva no uso de mão-de-obra.

A China encaixou-se, assim, nas cadeias globais de valor nos seus níveis mais baixos, nos quais a agregação de valor adicionado aos produtos é menor. Um exemplo frequentemente citado é o do iPhone, montado na China com componentes em grande parte importados e em seguida reexportados para todos os lugares do mundo, inclusive os Estados Unidos.

No caso da China, a produção e a exportação de bens que utilizam seu fator de produção mais abundante, que é a mão-de-obra, acabaram elevando os salários. O custo da mão-de-obra na China vem subindo sistematicamente. Segundo o Boston Consulting Group, o custo médio da mão-de-obra por hora (definido como salários mais benefícios) de US\$ 14,60 no coração industrial costeiro da China mais do que dobrou enquanto percentagem do setor industrial dos EUA, de cerca de 30%, em 2000, para 64%, em 2015 (WHELAN; FUNG, 2016). Se considerarmos, por exemplo, que no México, o salário vai, atualmente, de pouco menos de US\$ 1,00/hora, em algumas fábricas de autopeças, para cerca de US\$ 3,00/hora nas grandes linhas de montagem - o que, ainda assim, é muito superior ao salário mínimo do país, que é 73 pesos ou US\$ 4,0/dia - é possível ter-se uma ideia mais clara do que essa elevação do custo de mão-de-obra na China significa para a competitividade de suas exportações.

A transição da China, portanto, para um novo modelo de desenvolvimento baseado em inovações tecnológicas é uma necessidade objetiva para a continuidade de seu processo de desenvolvimento, uma vez que tendo acelerado seu crescimento nos últimos 30 anos com base no uso de tecnologias maduras, imitação, poucos direitos de propriedade intelectual dos residentes e até a violação, em alguns casos, de direitos de propriedade intelectual estrangeiros, já gerou todos os dividendos que poderia gerar.

Se a China não quiser escapar da “armadilha da renda média” só tem como alternativa investir pesadamente em ciência e tecnologia, e passar a concorrer no mercado mundial não em

preços, mas com base em inovação, que, segundo Schumpeter (2008), é sempre mais efetiva que a concorrência em preços.

Em 2006, o governo chinês tomou a grande decisão estratégica de transformar a China em um país inovador. Nesse ano, a 4ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia estabeleceu, conforme Angang (2013), os seguintes pontos:

- O progresso técnico como a principal força impulsionadora do desenvolvimento econômico e social;
- A capacidade independente de inovação como a principal ligação entre a reestruturação econômica, a mudança no modelo de crescimento e a melhoria da competitividade nacional;
- A construção de um país inovador como principal objetivo estratégico;
- Os detalhes dos objetivos de desenvolvimento de C&T até 2020.

Segundo Angang (2013), entre os 11 países do mundo que possuem população superior a 100 milhões de pessoas, apenas dois têm pelo menos um milhão de cientistas e engenheiros engajados em atividades de P&D. O primeiro é a China, com 1,82 milhão, em 2009, e o segundo os Estados Unidos, com 1,41 milhão (2007). Do mesmo modo, a China e os Estados Unidos são também os únicos dois países com uma força de trabalho com formação universitária em ciências e engenharia superior a 10 milhões de pessoas. Em 2009, a China tinha 20 milhões de trabalhadores nessas condições, enquanto os Estados Unidos tinham, em 2007, 16,6 milhões.

Em 2015, o governo da China lançou uma nova política industrial denominada Made in China 2025 cujo principal objetivo é tornar o país independente em tecnologias de ponta, reduzindo a importação de componentes de alto conteúdo tecnológico. Em 2014, a China gastou mais com a importação de semicondutores do que com a importação de petróleo (LUCAS; FENG, 2017). Um dos aspectos mais importantes dessa estratégia consiste na produção doméstica de partes e componentes de alto valor agregado, aumentando a porcentagem do conteúdo nacional utilizado nos produtos tecnológicos para 40% até o ano de 2020, chegando a 70% dos componentes produzidos em manufaturas

chinesas em 2025, com critérios e indicadores específicos para medir os avanços nos diferentes setores industriais abordados.

Conclusão

Um dos traços mais impressionantes da China é a sua incrível capacidade de transformar fraquezas em forças e ameaças em oportunidades. Toda vez que foi confrontada com dificuldades que poderiam parecer barreiras intransponíveis em seu empenho pelo desenvolvimento, a China foi capaz de utilizá-las como pontos de apoio para dar saltos ainda maiores. Quando, em 1978, todos achavam que a desorganização econômica e política, resultante de seguidos erros do período maoísta, como o Grande Salto Adiante e a Grande Revolução Cultural Proletária, havia liquidado precocemente mais uma tentativa do povo chinês livrar-se da pobreza, a China, sob o comando de Deng Xiaoping, aproveitou-se dos insucessos anteriores para superar as políticas voluntaristas do período anterior e iniciar uma nova fase de reformas, baseadas na análise criteriosa da realidade, que conseguiram transformá-la em 30 anos na segunda maior economia do Planeta. Quando, em 2008, muitos achavam que o “modelo chinês de desenvolvimento”, sustentado em exportações de produtos intensivos e no uso de mão-de-obra barata, havia chegado ao seu limite e que a locomotiva chinesa novamente desacelerava por falta de combustível, podendo, inclusive, chegar a um novo colapso, os dirigentes deram início a uma segunda etapa de reformas, capazes de levar a marcha do desenvolvimento ainda mais adiante. Essa segunda etapa de reformas, que analisamos neste artigo, transformou o “limão” da crise de 2008 numa refrescante limonada, na medida em que permitiu encaminhar a resolução de alguns problemas sociais que se agravavam e emitiam inquietantes sinais de descontentamento popular. Ao colocar as pessoas em primeiro lugar, esta segunda etapa de reformas não só foi capaz de afastar o fantasma da recessão que ameaçava o país, como também de fazê-lo melhorando as condições gerais de vida do povo. Em 2018, a China vê-se outra vez diante de um novo desafio que é a guerra comercial deflagrada contra o país pelos Estados Unidos. Tudo indica que, ao invés de colocá-la de joelhos, como deseja o presidente americano, essa guerra será a oportunidade de dar início a um novo ciclo de reformas que certamente deixarão a China ainda mais forte.

PAULINO, L. A. China's recent growth and development standards (2008-2017). *Perspectivas*, São Paulo, v. 52, p. 119-136, jul./dez. 2018.

■ **ABSTRACT:** *It is discussed in the article how the Chinese economy, which has a strong relationship with Latin American countries (among them Brazil), seeks new development strategies through the green economy, the expansion of the domestic market and the promotion of public policies of science and technology. This new pattern would seek to avoid the "middle income trap," which is typical of countries that seek to overcome their peripheral status in the international economic system.*

■ **KEYWORDS:** *Chinese Economy. Average Income. Periphery.*

Referências

CHI, F. *Giving priority to enriching people: orientation of the second round of transition and reform*. Pequim: China International Press, 2011.

CHI, F. *The road to China's prosperity in the next three decades*. Pequim: China International Press 2010.

GRANER, F.; SIMÃO, E. Investimento vai cair, mesmo com reforma da previdência. *Valor Econômico*, São Paulo, 01 mar. 2017, p. A5.

HUANG, H.; LUAN, J. *The roadmap of the 18th CPC National Congress and the Chinese dream*. Pequim: Foreign Language Press, 2013.

LIN, J. Y. *Demystifying the Chinese economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

LUCAS, F.; FENG, E. Da cópia à inovação, o novo Made in China. *Valor Econômico*, São Paulo, 24 mar. 2017, p. A16.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA. *China Statistical Yearbook 2016*. Disponível em: <http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsjsj/2016/indexeh.htm>. Acesso: 18 fev. 2017.

NAUGHTON, B. *The Chinese economy. Transitions and Growth*. Cambridge: The MIT Press, 2007.

POMAR, W. China: notas sobre o 13º Plano Quinquenal. *Página 13*, 17 maio 2016. Disponível em: http://www.pagina13.org.br/internacional/china-notas-sobre-o-13o-plano-quinquenal/#.WO_poelprKA. Acesso: 13 abr. 2017.

SCHUMPETER, J. A. *Capitalism, socialism and democracy*. Nova Iorque: Harperperennial, 2008.

WHELAN, R.; FUNG, E. Empresas chinesas usam robôs para compensar falta de mão-de-obra. *Valor Econômico*, São Paulo, 17 ago. 2016, p. A11.

XINHUA. Premier: China confident in maintaining economic growth. *China V*. 2007. Disponível em: http://news.xinhuanet.com/english/2007-03/16/content_5856569.htm. Acesso: 14 jan. 2016.

A ILUSÃO DA DEMOCRACIA NO CAPITALISMO HISTÓRICO

Rosângela de Lima VIEIRA¹

■ **RESUMO:** Este ensaio, em diálogo com I. Wallerstein e G. Arrighi, teóricos da abordagem da Economia Política do Sistema-Mundo, tem como objetivo refletir sobre a *democracia histórica*. Ou seja, observar a democracia concretamente empreendida na modernidade, com destaque ao centro da economia-mundo capitalista e suas interseções no Brasil. Democracia e capitalismo comumente são conceitos utilizados como indissociáveis, porém um exame mais profundo, pela Economia Política dos Sistemas-Mundo (EPSM), aponta que essa associação é indevida, pois a desigualdade social, inerente à sociedade capitalista, impede a realização efetiva da democracia. Daí o substantivo 'ilusão'. No entanto, apontada essa contradição, pode parecer que se deve buscar outra forma de organização sócio-política. Mas a percepção é de que, numa análise sistêmica, a alternativa é lutar por mais democracia, não apenas por uma democracia liberal representativa e sim por uma democracia para além do capitalismo, fundada na liberdade e na efetiva igualdade de direitos sociais, políticos e econômicos.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Democracia. Capitalismo. EPSM.

Inspirado nos livros de I. Wallerstein (1985) e no de G. Arrighi (1997), o objetivo do percurso a ser apresentado no presente ensaio consiste em refletir sobre a democracia histórica, fazendo um paralelo com o capitalismo histórico e com a ilusão do desenvolvimento para todos. Nossa intenção é observar a democracia concretamente empreendida, com destaque ao centro da economia-mundo capitalista.

¹ UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília. Departamento de Ciências Políticas e Econômicas. Marília – SP – Brasil. 17.525-900. rosangela_vieira@uol.com.br.

Democracia é muito mais do que um termo; de fato é um conceito, um procedimento, um sonho, um valor. O interesse aqui é ressaltar o seu uso como um jargão ideológico, utilizado como panaceia para todos os problemas sociais, políticos e econômicos no moderno sistema-mundo. Ao se utilizar da defesa da democracia como justificativa para a ingerência em países da periferia, o centro da economia-mundo capitalista oculta sua própria situação de fragilidade.

Muito embora a população de vários países frequentemente tenha se levantado pela democracia, nunca houve, de fato, uma efetiva soberania popular, mesmo em nações consideradas democráticas. Essa luta histórica por igualdade é justamente o que as classes dominantes procuram evitar, como evidenciado na Revolução Francesa: o lema “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” foi, na prática, restringido às liberdades individuais, enquanto o discurso da meritocracia assegurava a anuência em relação às desigualdades sociais.

Há quem faça a distinção entre a democracia como regime político e a democracia enquanto estrutura social, ou seja, uma forma sociopolítica de convivência em sociedade (CHAUÍ, 2017). A análise do Estado aqui proposta procura demonstrar como essas duas esferas são indissociáveis.

O raciocínio que almejamos desenvolver parte da observação de que a democracia vigente se associa necessariamente à presença do Estado moderno. Dessa maneira, cabe ao Estado promovê-la e, de outra forma, ser democrático. Entretanto, o papel do Estado ao longo dos cinco séculos do capitalismo histórico consistiu em atender a interesses particulares, negando, em muitos momentos, a vontade popular. Nesse sentido, Fernand Braudel (1995) acrescenta que a expansão do capitalismo é um processo absolutamente dependente do poder estatal: “O capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, *quando é o Estado*” (BRAUDEL, 1995, p. 64, destaque meu).

Wallerstein também considera que os Estados soberanos são fundamentais para os capitalistas, como apontado no trecho abaixo:

- 1) Os estados impõem as regras sobre a troca das mercadorias, do capital e do trabalho, e em que condições podem cruzar suas fronteiras.
- 2) Criam as leis concernentes aos direitos de propriedade dos estados.
- 3) Criam as regras concernentes ao emprego e à

compensação dos empregados. 4) Decidem os custos que as companhias devem assumir. 5) Decidem que tipo de processos econômicos devem ser monopolizados, e até que ponto. 6) Cobram impostos. 7) Por último, quando as companhias estabelecidas dentro de suas fronteiras vierem a ser afetadas, podem usar seu poder no exterior para influenciar as decisões de outros estados (WALLERSTEIN, 2010, p. 68).

Nesse contexto, a relação entre os Estados e as empresas é absolutamente fundamental para o entendimento de como funciona a “economia-mundo capitalista”. Analisando as relações de poder no capitalismo histórico, Wallerstein questiona:

No capitalismo histórico, como as pessoas e grupos de pessoas conduziram suas lutas políticas? A política gira em torno de mudanças nas relações de poder, numa direção mais favorável para os interesses de alguém, redirecionando com isso os processos sociais. Sua atividade, para êxito, requer alavancas transformadoras, que permitam o máximo de resultados com o mínimo de esforços. A estrutura do capitalismo histórico foi tal que as alavancas mais eficazes para ajustes políticos foram as estruturas estatais, cuja própria edificação foi, como vimos, uma das principais realizações institucionais do capitalismo histórico. Portanto não é casual que o controle, e se necessário a conquista, do poder do Estado foi o objetivo estratégico central de todos os grandes atores na arena política, ao longo da história do capitalismo moderno.

É extraordinária a importância crucial do poder do Estado para os processos econômicos, mesmo que os definamos do modo mais estrito possível, desde que se observe de perto o funcionamento efetivo do sistema (WALLERSTEIN, 1985, p. 39).

Diante disso se impõe uma questão: como pode um Estado, simultaneamente, ser capitalista e democrático?

O capitalismo historicamente se realiza promovendo a desigualdade econômica e o não reconhecimento igualitário de direitos. A acumulação de riquezas é subjacente à expropriação e à exploração de grupos e povos. De forma simples: não há enriquecimento de uns sem empobrecimento de outros.

No moderno sistema-mundo há uma assertiva bastante comum de que a democracia se realiza plenamente nos países do centro do sistema capitalista. Ou seja, há uma crença generalizada

de que os países centrais, no processo de acumulação de capitais, teriam se constituído em democracias sólidas, como os EUA, a Inglaterra, a França e a Alemanha. No entanto, não nos parece assim tão simples, uma vez que investigando de perto a história desses países pode se perguntar: é possível realmente uma democracia no centro do sistema capitalista? Se afirmativo: o que de fato ela é? Como se realiza efetivamente? Eleições são suficientes para garantir um poder realmente democrático? Os dados históricos apontam que se trata de uma democracia formal que não equivale à igualdade de direitos para todos no cotidiano da vida social. A presença da etinização, do sexismo e do racismo, nesses países, indica claramente essa desigualdade. Vejamos cada uma delas.

A etinização da força de trabalho mundial realizou três coisas importantes para o funcionamento da economia-mundo. Primeiramente, ela possibilitou a reprodução da força de trabalho, não no sentido de prover renda suficiente para a sobrevivência dos grupos, mas no de prover trabalhadores suficientes em cada categoria, a níveis adequados de expectativa de renda, em termos tanto da quantidade total quanto das formas que a renda doméstica assumiria. Além disso, justamente porque a força de trabalho estava etinizada, sua alocação era flexível. [...] Em segundo lugar, a etinização forneceu um mecanismo integrador de treinamento da força de trabalho, garantindo que uma grande parte da socialização nas tarefas profissionais se realizasse no interior dos espaços domésticos etnicamente definidos, e não à custa seja dos empregadores de trabalho assalariado, seja dos Estados. Em terceiro lugar, e provavelmente o mais importante, a etinização arraigou a hierarquização dos papéis econômicos-profissionais, fornecendo a todos um código simples para a distribuição da renda total, revestido com a legitimação da tradição (WALLERSTEIN, 1985, p. 65-66).

E o processo de etinização se imbrica com o sexismo.

O que foi novo sob o capitalismo histórico foi a correlação entre divisão e valorização do trabalho. Os homens podem frequentemente, ter executado um trabalho diferente do das mulheres (e os adultos, um trabalho diferente do das crianças e dos idosos), mas sob o capitalismo histórico houve uma desvalorização constante do trabalho das mulheres (e dos jovens e velhos), e uma ênfase correspondente no valor do trabalho do homem adulto (WALLERSTEIN, 1985, p. 21).

As lutas das mulheres por direitos iguais se impuseram no passado e ainda são uma realidade². Vale lembrar, por exemplo, os casos mais recentes em Hollywood com as denúncias de assédio sexual. As questões de gênero e a desigualdade de direitos, hoje expostas no desrespeito às mulheres, apontam a mercantilização de tudo, do sexo, inclusive. No fundo, os corpos femininos são corpos em proveito do machismo e da pretensa superioridade de um gênero em relação ao outro. Tal divisão está também a serviço não apenas da desigualdade, mas da divisão que hierarquiza e, portanto, justifica a dominação e a exploração.

Wallerstein aponta que a correlação entre divisão e valorização do trabalho foi uma inovação que garantiu o caráter extensivo e limitado da mercantilização do trabalho. Do mesmo modo que a existência dos não assalariados proporciona o limite e o teto dos trabalhadores assalariados e, portanto, rebaixa os custos de produção e conseqüentemente a elevação das taxas de acumulação.

Enquanto que, em outros sistemas, os homens e mulheres realizavam tarefas diferenciadas (mas normalmente equivalentes), sob o capitalismo histórico o homem adulto assalariado foi classificado como aquele que tem o 'ganha-pão', e a mulher adulta como a "dona de casa" (WALLERSTEIN, 1985, p. 20-21).

Nasce a desigualdade de gênero afirmada pelo trabalho "ativo", "verdadeiro". "Assim se institucionalizou o sexismo. O aparato legal e paralegal de diferenciação e discriminação de gêneros foi consequência absolutamente lógica dessa valorização diferencial básica do trabalho" (WALLERSTEIN, 1985, p. 21).

O racismo foi na mesma direção. A democracia estadunidense – referência ideal para muitos, sobretudo para aqueles que aceitam em seu nome ingerências sobre outros países – se construiu com *apartheid*, de tal forma que, em muitos de seus estados, a população negra foi segregada por um século após a abolição da escravidão³. E ainda hoje apresenta características racistas bem evidentes. Basta observar o comportamento discri-

² São inúmeros os movimentos, podemos remontar às sufragistas do século XIX, ou à luta de Marielle Franco no Rio de Janeiro, morta em 14 de março de 2018, crime parcialmente esclarecido, uma vez que ainda não foram apontados os mandantes do assassinato e sua motivação. Ela lutava pelos direitos das minorias que representava: mulheres, negras e pobres.

³ A escravidão é oficialmente abolida nos EUA em 1863.

minatório de policiais com a população negra; por exemplo, em 2015 ocorreram 346 casos de jovens negros mortos por policiais⁴.

Há ainda outras ações das chamadas minorias na busca por igualdade, como a grande mobilização da população LGBT⁵, dos hispânicos e, hoje, dos imigrantes em geral, que revelam o caráter limitado da democracia norte-americana.

Constata-se que todas essas minorias constituem, se somadas, a maioria da população dos EUA em termos quantitativos, a qual historicamente vem lutando para alcançar a condição de cidadãos plenos. Ou seja, a soberania do povo na principal democracia ocidental se traduz numa realidade na qual é a minoria que governa em favor de seus próprios interesses, excluindo a maioria. Percebe-se claramente que no capitalismo histórico as diferenças conduzem à desigualdade e essa é a estrutura de sustentação do próprio moderno sistema-mundo.

Se internamente verifica-se uma situação de ausência de democracia plena – uma vez que o Estado, a serviço da acumulação capitalista, auxiliou na divisão e na diferenciação social para facilitar a exploração – como esse Estado se comporta na relação com outros Estados? Em realidade, no campo externo a democracia se torna justificativa para a intervenção e a subordinação aos interesses da dominação econômica.

Wallerstein aponta o caráter ideológico do discurso que fundamenta essas ingerências e invasões militares por justificarem, em nome da implantação da democracia, “governos não democráticos”, como no caso daquelas ocorridas nos Balcãs e no Iraque.

Portanto, reafirmamos que o centro hegemônico não se constitui internamente numa democracia efetiva e da mesma forma não se relaciona com as demais nações de forma democrática, embora utilize a democracia como justificativa para suas ações em outros países. Por exemplo, o Orientalismo⁶,

⁴ Estes dados são do Mapping Police Violence, um site que compila dados colaborativos sobre a violência policial nos EUA. A vulnerabilidade das vidas negras não é um fenômeno que tem origem somente nas ruas. Para Flávio Francisco, pesquisador da Universidade de São Paulo (USP) e especialista em História dos EUA, o racismo no país é institucionalizado e é resultado de uma evolução observada após o final do segregacionismo em 1964. Até então, a lei permitia a segregação racial, excluindo negros de locais e serviços públicos em favor dos brancos e atuando com discriminação e opressão. Com o fortalecimento do movimento dos direitos civis nas décadas de 50 e 60, a comunidade se organizou em protestos, pedindo por direitos iguais. “Lideranças como Martin Luther King chamavam a comunidade para boicotes a serviços públicos e para marchas pacíficas contra violência policial” (GRANATO, 2016).

⁵ Dentre muitas lutas, destaque para Harvey Bernard Milk, ativista pelos direitos dos homossexuais, assassinado em novembro de 1978, e responsável pela aprovação da lei dos direitos dos gays na cidade de São Francisco, da qual foi representante entre 1977 e 1978.

⁶ Oriente visto sob a ótica do Ocidente.

como prática que impede o Oriente de representar-se a si mesmo, cria estereótipos a partir de casos particulares e muitas vezes excêntricos. Desse modo, decodifica com lentes eurocêntricas o que lhe é alheio e, portanto, acaba por tornar homogêneas culturas diferentes.

Nessa mesma ótica, esses estereótipos podem servir como instrumento de análise dos grupos excluídos das próprias sociedades tidas como democráticas, uma vez que eles também não representam a si mesmos em sua diversidade e identidade.

A retórica difundida expressa que se deveria levar, então, a democracia a sociedades consideradas autoritárias e/ou não civilizadas⁷, legitimando, com isso, a intervenção e o não reconhecimento de sua soberania. Mas, cabe perguntar: de qual democracia se fala? Daquela vivenciada internamente num país altamente excludente e que, pelo menos desde a posse de Donald Trump como presidente⁸, vem afligindo os imigrantes – principalmente latino-americanos – de forma brutal e inusitada?

Afinal, uma sociedade altamente excludente no plano interno e intervencionista nas relações internacionais pode ser considerada democrática em seu sentido mais profundo? Wallerstein (2007) responde:

[...] realizar eleições das quais vários partidos ou facções pudessem participar com um mínimo grau de civilidade [...]. Essa é uma definição bem limitada de democracia. [...] No entanto, quando democracia quer dizer algo mais amplo, como o controle genuíno da tomada de decisões pela maioria da população na estrutura governamental, a capacidade real e constante de qualquer tipo de minoria exprimir-se política e culturalmente e a aceitação da legitimidade e da necessidade constante do debate político aberto, parece bastante claro que essas condições precisam amadurecer internamente nos diversos países e regiões [...] (WALLERSTEIN, 2007, p. 58).

⁷ “[...] em nossa ‘guerra contra o terrorismo’ após o 11 de Setembro, continuamos a ouvir justificativas equivalentes para a agressão e o domínio militar: que previnem um mal terrível cometido por outros; que o efeito da iniciativa militar será levar a ‘democracia’ a povos que não a têm e que, portanto, a longo prazo será para o bem deles, ainda que a curto prazo sofram as consequências da guerra e da dominação” (WALLERSTEIN, 2007, p. 112).

⁸ Cuja eleição foi questionada, seja pelo uso de *fake news*, seja pelo envolvimento do FBI, e até mesmo da Rússia.

O percurso realizado até aqui tentou apontar que, no centro do moderno sistema-mundo, a democracia contém seríssimas limitações. Na realidade o discurso da democracia serve como justificativa para a maioria aceitar o que foi de fato decidido e imposto por uma minoria. Dissocia-se assim, mesmo nos países do centro, a necessária relação entre democracia política e social. O modelo de democracia baseado na meritocracia como justificativa para desigualdades econômico-sociais aponta para o vínculo indissociável entre a acumulação de capitais e o Estado moderno.

O capitalismo se caracteriza pela exploração e pela desigualdade, logo como em seu bojo é possível realizar plenamente a democracia política e social? A desigualdade é estrutural no moderno sistema-mundo.

Por isso, voltamos a afirmar: democracia política e democracia social, na hierarquização do modelo pan-europeu histórico, são, em larga medida, conceitos retóricos. No fundo, o discurso de que há democracia no centro e de que não há democracia na periferia (e em parte na semiperiferia) se constitui como um sofisma. No centro do moderno sistema-mundo não existe realmente democracia política, pois não há controle do processo de tomada de decisões pela maioria, como apregoa Wallerstein (2007, p.58). Do mesmo modo, o próprio capitalismo histórico reproduz desigualdades econômicas que impossibilitam a democracia social.

A desigualdade e a hierarquização socioeconômica do moderno sistema-mundo impedem a democracia plena. O modelo ideal construído historicamente – homem, branco, *esclarecido*, cristão e proprietário – exclui *a priori* mulheres, não brancos, os que professam outra religião, os ateus e os despossuídos. Enfim, as diferenças em relação ao modelo hegemônico são marcas de inferioridade – apregoadas até pelos filósofos – no mercado de trabalho e na convivência cotidiana. Essa é a dinâmica da democracia no capitalismo histórico.

Destarte, é comum, nas discussões acerca da Economia Política dos Sistemas-Mundo (EPSM), ficar a impressão de que estamos diante de uma situação sem saída, pois ao observarmos a realidade pelo prisma histórico de longa duração, o moderno sistema-mundo demonstra as inter-relações existentes na sua própria manutenção. Por outro lado, não se pode olvidar da afirmação e reafirmação que Wallerstein oferece para os

movimentos antissistêmicos. Na obra *Análisis de sistemas-mundo*, ele enfatiza a importância do espírito de Porto Alegre, referindo-se ao Fórum Social Mundial, no qual destaca a luta pela liberdade e igualdade como o fundamento de todo e qualquer movimento antissistêmico (WALLERSTEIN, 2010, p. 120).

O percurso aqui desenvolvido ao refletir sobre a democracia histórica, apontando suas mazelas e suas limitações, pode dar a impressão de que se deva propor outra forma de se fazer política. No entanto, o que desejamos destacar é exatamente o contrário. Ser antissistêmico é, entre outras coisas, lutar por mais democracia: uma democracia com maior participação e com mais igualdade social.

No Brasil, as lutas por igualdade de gênero e principalmente as lutas antirracistas ganham contornos cada vez mais explícitos, pois o longo período de escravidão (quase quatro séculos) e o tipo de abolição (explicitamente conservadora) explicam os séculos de exclusão da maioria da população negra. Os obstáculos para a superação dessa desigualdade podem ser observados, por exemplo, na dificuldade de se empreender o sistema de cotas nas universidades e nos obstáculos antepostos à implantação da Lei 11.645 na educação, que, aliás, foi revogada, em 2018⁹.

Segundo o IBGE¹⁰, em 2016, ainda que 54,9% da população brasileira fossem compostos de negros ou pardos, esse grupo representava 64% dos presos e ocupava menos de 20% das vagas no Congresso Nacional.

Já as mulheres são a maioria, 51,6% da população, entretanto elas ocupam somente 10,5% das vagas na Câmara de Deputados e 16% no Senado. Portanto, no caso brasileiro há uma dinâmica “democrática” bastante perniciosa, que pode ser qualificada como antidemocrática. “Ora, a sociedade brasileira é estruturalmente antidemocrática porque é estruturalmente violenta, hierárquica, vertical, autoritária e oligárquica” (CHAUÍ, 2017, p. 2).

Segundo Marcelo Braz, em momento de crise, principalmente política podemos vir a cair em duas possíveis tentações:

– Primeira: a de *subestimar a democracia*, mesmo que burguesa.

Sabemos que qualquer forma de república democrática é melhor que qualquer forma de ditadura. Seja qual for a estratégia política

⁹ Lei 11.645/2008, que introduzia a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena no Ensino Fundamental e Médio no Brasil.

¹⁰ In: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso: 01 ago. 2018.

que adotamos, é na democracia que reunimos mais condições para avançar, lutar, resistir. Por isso, temos que denunciar qualquer tipo de recuo democrático como o que estamos vendo no momento. E não apenas por causa do *impeachment*, porque *ele não é o único recuo democrático* que estamos presenciando. Como veremos mais adiante, ele apenas é *um atalho para mais recuos democráticos* que estão se desenhando em todos os níveis da sociedade brasileira.

Segunda: a de *superestimar a democracia burguesa*.

A democracia tem seus limites. Justamente porque é (e sempre será) democracia acompanhada por um adjetivo que lhe é inseparável (que, por ser-lhe inseparável, é-lhe quase um substantivo): a democracia é democracia burguesa! Que por ser *restrita* ao âmbito da sociedade capitalista não propicia uma participação real da massa do povo na direção/gestão do Estado, porque se esgota nos seus limites formais. É *uma das formas políticas* dessa sociedade. É capaz de promover alguns níveis de socialização da política, mas jamais poderá levar à socialização do *poder político*" (BRAZ, 2017, p. 90, destaques do autor).

Na história do Brasil, além do longo processo de conquista do direito ao voto, dos vários golpes de Estado e da dificuldade de um presidente eleito concluir seu mandato, temos que enfrentar a luta pela igualdade social e de direitos para a maioria da população. A busca pela democracia plena passa por todas as tarefas antissistêmicas que pudermos empreender para uma nova estrutura social realmente democrática.

Na atualidade, vivemos uma crise global e uma grave crise política no Brasil, que estão intimamente associadas. Já em 2017, Braz apontava para o potencial risco da ascensão do conservadorismo reacionário.

Mas o central aqui é que o consenso burguês está na necessidade de acelerar contrarreformas profundas que atendam a quatro objetivos centrais (todos contemplados nas medidas que já tramitam no Congresso Nacional e que devem ser aceleradas):- recolocar o Brasil (e a América Latina) na área de influência prioritária dos Estados Unidos no sentido de retomada, em condições ótimas, da sua dominância imperialista em nosso subcontinente;- reduzir os custos do trabalho no país e aumentar a produtividade média do trabalho com base em novas formas de combinação de mais-valia

relativa (incremento tecnológico para reduzir trabalho necessário e baratear a reprodução social da força de trabalho) e mais-valia absoluta (sobretudo via flexibilização das relações trabalhistas com vistas a atacar as formas de proteção social do trabalhador);- implementar uma cruzada conservadora e reacionária contra os avanços sociais no campo das “minorias” como forma de promover um retrocesso cultural e ideológico no país;- readequar as políticas sociais a um novo programa neoliberal mais radical de modo a criar condições para um ciclo profundo de políticas de austeridade fiscal que pesarão sobre os trabalhadores. Por tudo isso, o momento é grave (BRAZ, 2017, p. 95).

Com as eleições de 2018, no Brasil, o caminho para um governo reacionário se abriu amplamente. Tratando aqui dos limites da democracia histórica, impõe-se a necessidade de destacar que essa ascensão de um poder conservador se deu por meio de eleições, mais precisamente pelo voto! O que novamente nos leva a questionar a própria ideia de democracia entre nós. Por outro lado, a argumentação de Marcelo Braz traz elementos para uma primeira análise do resultado eleitoral, que entre outros fatores, se deveu ao esforço daqueles que capitanearam os interesses corporativos e financeiros – internos e externos – para se apoderarem do Estado e de seus fundos públicos, garantindo assim a maximização dos lucros em época de crise das taxas de acumulação.

No caso brasileiro, além de apresentar os dilemas e percalços da própria democracia, é importante que se diga que o país prossegue sendo completamente dependente dos interesses centrais e da dinâmica global da acumulação capitalista. A democracia é a:

Forma sociopolítica que busca enfrentar as dificuldades acima apontadas conciliando o princípio da igualdade e da liberdade e a existência real das desigualdades, bem como o princípio da legitimidade do conflito e a existência de contradições materiais introduzindo, para isso, a ideia dos *direitos* (econômicos, sociais, políticos e culturais). Graças aos direitos, os desiguais conquistam a igualdade, entrando no espaço político para reivindicar a participação nos direitos existentes e sobretudo para *criar novos direitos*. Estes são novos não simplesmente porque não existiam anteriormente, mas porque são diferentes daqueles que existem,

uma vez que fazem surgir, como cidadãos, novos sujeitos políticos que os afirmaram e os fizeram ser reconhecidos por toda a sociedade (CHAUI, 2017, p. 18).

A democracia, a que aspiramos, requer ampla participação, de tal forma que a vontade popular se transforme em atuação concreta nas várias esferas do poder, inclusive na mídia, e por fim que o acesso aos bens sociais, econômicos e culturais satisfaça as necessidades coletivas e plurais.

Essa democracia transcende o capitalismo. E talvez só assim ela possa se realizar efetivamente, deixando de ser uma ilusão, ainda que bem intencionada.

VIEIRA, R. de L. The illusion of democracy in historical capitalism. *Perspectivas*, São Paulo, v. 52, p. 137-149, jul./dez. 2018.

■ **ABSTRACT:** *This essay, which dialogues with I. Wallerstein and G. Arrighi, theorists of the Political Economy of the World-System, has as an objective to reflect about the historical democracy. This means, observe democracy on how it is undertaken in modernity, concerning the center of the capitalist world-economy and its intersections with Brazil. Democracy and Capitalism are concepts often thought to be inseparable, but under a deeper examination, by PEWS, it is indicated that this association is improper, since social disparity, inherent to the capitalist society, prevents the full realization of democracy. That is why we use "illusion". On the other hand, with this contradiction in mind, it may seem that a search for another social-political organization should be sought. But the perception is that, in a systemic analysis, the alternative is to fight for more democracy, not only a liberal representative democracy but to fight for a democracy that goes beyond capitalism, founded under freedom and the effective equality of social, political and economy rights.*

■ **KEYWORDS:** *Democracy. Capitalism. PEWS.*

Referências

ARRIGHI, G. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.

BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei n.º. 11.645*, de 10 de março de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso: 1 mai. 2014.

BRAZ, M. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário, <<http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.095>>, *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 128, p. 85-103, jan./abr. 2017.

CHAUÍ, M. Comunicação e democracia, *PAULOS – Revista de Comunicação da FAPCOM*, v. 1, n. 2, 2017. p. 17-32.

GRANATO, L. Entenda a crescente tensão racial e violência nos EUA. *Exame*, 25 nov. 2016. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/mundo/entenda-a-crescente-tensao-racial-e-violencia-nos-eua/>. Acesso: 01 ago. 2018.

MAPPING POLICE VIOLENCE. Disponível em: <https://mappingpoliceviolence.org/>. Acesso: 2 dez. 2018.

WALLERSTEIN, I. *O capitalismo histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

WALLERSTEIN, I. *O universalismo europeu: a retórica do poder*. São Paulo: Boitempo, 2007

WALLERSTEIN, I. *Análisis de sistemas-mundo: una introducción*. México: Siglo XXI, 2010.

ÍNDICE DE ASSUNTOS

Bolsonaro, p. 103
Bonapartismo, p. 69
Brasil, p. 47, p. 69
Capital Financeiro, p. 69
Capitalismo, p. 137
Colapso Socioambiental, p. 103
Crise, p. 29
Democracia, p. 137
Desigualdade, p. 11
Economia Chinesa, p. 119
Eleições, p. 11
EPSM, p. 137
Golpe, p. 69
Governo Bolsonaro, p. 89
Guerra híbrida, p. 47
Hegemonia norte-americana, p. 89
Imperialismo norte-americano, p. 89
Lawfare, p. 47
Meio Ambiente, p. 103
Neoliberalismo, p. 11, p. 29
Periferia, p. 119
Política Econômica, p. 29
Política externa brasileira, p. 89
Presidente Lula, p. 47
Recessão, p. 29
Renda Média, p. 119
Reprimarização da Economia, p. 103

SUBJECT INDEX

- Average Income, p. 135
- Bolsonaro, p. 114
- Bolsonaro government, p. 99
- Bonapartism, p. 87
- Brazil, p. 64, p. 87
- Brazilian foreign policy, p. 99
- Capitalism, p. 148
- Chinese Economy, p. 135
- Coup, p. 87
- Crisis, p. 44
- Democracy, p. 87, p. 148
- Economic Policy, p. 44
- Elections, p. 25
- Financial Capital, p. 87
- Hybrid war, p. 64
- Inequality, p. 25
- Lawfare, p. 64
- Neoliberalism, p. 25, p. 44
- Periphery, p. 135
- PEWS, p. 148
- President Lula, p. 64
- Recession, p. 44
- Reprimaryzation of the economy, p. 114
- Socio-environmental colapse, p. 114
- US hegemony, p. 99
- US imperialism, p. 99

ÍNDICE DE AUTORES / *AUTHORS INDEX*

- ANDRADE, E. de O., p. 69
CORSI, F. L., p. 29
MENDONÇA, M. G. de, p. 47
PASSOS, R. D. F. dos, p. 89
PAULINO, L. A., p. 119
SANTANA, D. P. F. de, p. 89
SANTOS, A. dos, p. 11
SCANTIMBURGO, A., p. 103
VIEIRA, R. de L., p. 137

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DOS ORIGINAIS

Informações gerais

A Revista *Perspectivas* publica trabalhos inéditos de autores de instituições nacionais ou internacionais na forma de artigos, retrospectivas, resenhas e traduções. Os trabalhos apresentados, desde que considerados adequados ao padrão editorial e disciplinar da revista, serão avaliados por um membro do Conselho Consultivo e por um parecerista da comunidade acadêmica com reconhecimento no tema tratado. Em caso de um parecer ser favorável e outro contrário, o texto será enviado a um terceiro membro do referido Conselho ou a um parecerista externo, dependendo do assunto do texto. Além de artigos, serão aceitas resenhas de livros, desde que tenham sido publicados no Brasil, nos dois últimos anos, e, no exterior, nos últimos quatro anos.

Os trabalhos poderão ser redigidos em português ou em espanhol. O **Título**, o **Resumo** e as **Palavras-chave** que precedem o texto deverão ser escritos no idioma do artigo; os que sucedem o texto (**Título**, **Abstract**, **Keywords**), em inglês.

Preparação dos originais

Apresentação. Os autores deverão enviar o artigo, rigorosamente, dentro das normas para apresentação de originais, por via eletrônica pelo sistema SEER, e, através do e-mail perspectivasunesp@gmail.com, enviar também ao diretor da revista. O trabalho deverá ser redigido em *Word for Windows*, versão 6.0 ou superior, em papel tamanho

A4 (21 cm x 29,7 cm), com margens superior e esquerda de 3,0 cm e com margens direita e inferior de 2,0 cm. A fonte deverá ser *Times New Roman*, tamanho 12. O trabalho deverá ter uma extensão máxima de trinta páginas (incluindo referências) digitadas com espaçamento duplo. Os trabalhos que ultrapassem esse limite serão avaliados, previamente, pela Comissão Editorial que considerará a possibilidade de sua publicação.

Estrutura do trabalho. Os trabalhos devem obedecer à seguinte seqüência: **título** centralizado, em maiúsculas com negrito, no alto da primeira página; **nome do autor**, por extenso e apenas o último sobrenome em maiúsculas, duas linhas abaixo do título, alinhado à direita; **filiação científica**, em nota de rodapé, puxada no final do nome do autor, constando Universidade (SIGLA) – Universidade (por extenso). Faculdade ou Instituto – Departamento. Cidade – Sigla do Estado – País. CEP – E-mail; **resumo** (com, no máximo, duzentas palavras e fonte 11), duas linhas abaixo do título, sem adentramento e em espaçamento simples; mantendo-se o espaçamento simples, duas linhas abaixo do resumo deverão constar as **palavras-chave** (no máximo sete e fonte 11), separadas por ponto final. A Comissão Editorial sugere que, para facilitar a localização do trabalho em consultas bibliográficas, as palavras-chave sejam retiradas de *Thesaurus* da área, quando houver, ou correspondam a conceitos mais gerais da área do trabalho. Duas linhas abaixo das palavras-chave, se inicia o **texto**, em espa-

çamento duplo e parágrafo 1,25 cm. Os subtítulos correspondentes a cada parte do trabalho deverão figurar à esquerda, em negrito sem numeração e sem adentramento; duas linhas após o término do texto, à esquerda, em negrito e sem adentramento, deverão constar **agradecimentos** (quando houver), **título** (em inglês, em fonte 12), **abstract** e **keywords** (*ambos, em fonte 11, espaçamento simples e itálico*). Duas linhas abaixo, à esquerda, em negrito e sem adentramento, deverão figurar as **referências**, em ordem alfabética e cronológica, indicando os trabalhos citados no texto.

Referências. Devem ser dispostas em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor e seguir a NBR6023 da ABNT, de agosto de 2002. Exemplos:

- Livros e outras monografias:

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Metodologia do trabalho científico*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1986. 198p.

- Capítulos de livros:

JOHNSON, W. Palavras e não palavras. In: STEINBERG, C. S. *Meios de comunicação de massa*. São Paulo: Cultrix, 1972. p.47-66.

- Dissertações e teses:

BITENCOURT, C. M. F. *Pátria, civilização e trabalho: o ensino nas escolas paulista (1917-1939)*. 1988. 256f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

- Artigos e periódicos:

ARAUJO, V.G. de. A crítica musical paulista no século XIX: Ulrico Zwingli. *ARTEUnesp*, São Paulo, v.7, p.59-63, 1991.

- Trabalhos apresentados em evento (publicado):

MARIN, A. J. Educação continuada. In: CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 1., 1990, São Paulo. *Anais...* São Paulo: UNESP, 1990. p.114-188.

- Autor entidade:

IBGE. *Normas de apresentação tabular*. 3. ed. Rio de Janeiro, 1993.

Citação no texto. O autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome, em letras maiúsculas, separado por vírgula da data de publicação (BARBOSA, 1980). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses: “Morais (1955) assinala [...]”. Quando for necessário especificar página(s), esta(s) deverá(ão) seguir a data, separada(s) por vírgula e precedida(s) de p. (MUMFORD, 1949, p.513). As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (REESIDE, 1927a, 1927b). Quando a obra tiver dois ou três autores, todos poderão ser indicados, separados por ponto-e-vírgula (OLIVEIRA; MATEUS; SILVA, 1943), e quando houver mais de três autores, indica-se o primeiro seguido de et al. (GILLE et al., 1960). As citações diretas no texto, com mais de

três linhas, deverão ser destacadas com recuo de 1,25 cm da margem esquerda, mantendo a fonte *Times New Roman*, com letra corpo 11, espaçamento simples e sem aspas.

Abreviaturas. Os títulos de periódicos deverão ser abreviados conforme o *Current Contents*.

Notas. Devem ser reduzidas ao mínimo e colocadas no pé da página, as remissões para o rodapé devem ser feitas por números, na entrelinha superior.

Anexos e/ou Apêndices. Serão incluídos somente quando imprescindíveis à compreensão do texto.

Figuras e Tabelas. Desenhos, fotos, gráficos, mapas, esquemas, fórmulas, modelos, e outras figuras, assim como tabelas, devem ser impressos em folhas separadas do texto principal. A localização das figuras e tabelas no texto deve ser indicada entre colchetes, em uma linha entre dois parágrafos: [Figura 1. aproximadamente aqui]. Os arquivos eletrônicos de tabelas devem ser fornecidos no formato *Word for Windows* (*.doc) e gráficos no formato *Excel for Windows*. Fotografias e outras figuras devem ser apresentadas nos formatos eletrônicos bitmap JPEG (*.jpg) ou *Windows* bitmap (*.bmp). Figuras e tabelas devem ser identificadas por uma legenda, incluir os termos "Figura" ou "Tabela", seguidos por algarismos arábicos. As figuras e tabelas devem ter largura máxima de 114 mm e comprimento máximo de 174 mm. Todas as legendas, números e textos incluídos em figuras e tabelas devem estar claramente

legíveis. Apenas em casos especiais serão aceitas figuras e tabelas coloridas, recomenda-se, portanto, aos autores que façam as adaptações necessárias e as apresentem em branco e preto.

Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências, são de inteira responsabilidade dos autores. Os trabalhos que não se enquadrarem nessas normas serão devolvidos aos autores, para que eles providenciem as adaptações necessárias.

Impressão e Acabamento: Imagem da capa:



Título: Long Exposure Autos Highway

Autor: Photographer2575

Fonte: Pixabay

Acesso e licença: <https://pixabay.com/photos/long-exposure-autos-highway-traffic-1232714/>